

Plano Municipal pela Primeira Infância



de Contagem

1ª EDIÇÃO - 2024



Recuperação
Primeira
Infância
Minas Gerais

50
Planos Municipais
pela Primeira Infância
de Minas Gerais



ifan
Instituto da
Infância



CECIP
URBANEST



FICHA TÉCNICA

Marília Campos

Prefeita de Contagem

Ricardo Faria

Vice Prefeito de Contagem

Marcelo Lino da Silva

Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Telma Fernanda Ribeiro

Secretária Municipal de Educação

Lorena Luiza Chagas Lemos

Subsecretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Anderson Cunha Santos

Subsecretário de Políticas da Educação Básica

Célia Carvalho Nahas

Superintendente de Políticas Públicas para Infância e Adolescência

Mayara Luna Rocha

Superintendente de Educação Infantil

Carolina Ribas

Nathália Ferreira Guimarães

Assessoras Técnicas da Superintendente de Políticas Públicas para Infância e Adolescência

Renata Castro Araújo Dias

Diretoria de Acompanhamento Pedagógico da Educação Infantil

©2024. Prefeitura Municipal de Contagem. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que cite a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Venda proibida. Versão eletrônica. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da Secretaria Municipal de Saúde de Contagem. Para acesso à versão eletrônica, consultar o endereço: <https://portal.contagem.mg.gov.br>

Organização de Conteúdo e Edição Técnica

Carolina Ribas

Josiane Martins Gonçalves Gomes

Autoria e Elaboração Técnica

Célia Carvalho Nahas

Mayara Luna Rocha

Carolina Ribas

Nathália Ferreira Guimarães

Renata Castro Araújo Dias

Josiane Martins Gonçalves Gomes

Equipe Técnica de Revisão

Carolina Ribas

Josiane Martins Gonçalves Gomes

Projeto Gráfico Produção Visual

Júlia Cristina Dias Ribeiro

Colaboração (Criança e família)

Joyce de Paula Carvalho (*mãe*)

Caetano Carvalho Araujo (*criança*)

Ficha Catalográfica

Contagem. Prefeitura Municipal de Contagem. Plano Municipal pela Primeira Infância de Contagem-MG. Contagem, 2024.

136p.

COMITÊ INTERSETORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

REPRESENTANTES

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Célia Carvalho Nahas (titular)

Carolina Ribas (suplente)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Segurança Alimentar

Karla Lopes dos Santos (titular)

Gabriel Athos Andrade Medina (suplente)

Secretaria Municipal de Educação

Mayara Luna Rocha (titular)

Renata Castro Araujo Dias (suplente)

Secretaria Municipal de Saúde

Déborah Hofman Braccini Bessa (titular)

Amanda Luiza Lobo Silva (suplente)

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Junio Marcos Coelho (titular)

Raquel Torres da Rocha (suplente)

Secretaria Municipal de Cultura

Jéssica Lina Gonçalves da Silveira (titular)

Josinea Marprates (suplente)

Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Camila Rita da Silva (titular)

Câmara Municipal

Eliane Cristina de Oliveira (titular)

Kessya Vieira de Oliveira (suplente)

Conselho Tutelar

Nathália Luiza de Lima (titular)

Kleiton Barbosa Andrade (suplente)

Conselho Municipal da Educação

Emanoel José Matias (titular)

Andrea Pinheiro Tomaz de Carvalho (suplente)

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Katia Helena de Jesus Soares (titular)

Michele de Souza Campos (suplente)

REPRESENTAÇÕES CONVIDADAS

Defensoria Pública da Infância e Adolescência

Marcos Lourenço Capanema de Almeida (titular)
Rebeca Breves de Melo e Silva (suplente)

Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

João Carlos Pio de Souza (titular)
Joyce Emília Oliveira Mota (suplente)

SIGLAS

- AB** - Programa Acompanhamento de Bebês
- ABRINQ** - Fundação Abring pelos Direitos da Criança e do Adolescente
- APS** – Atenção Primária à Saúde
- BNCC** - Base Nacional Comum Curricular
- CAE** – Centro de Atenção Especializada
- CAPS** – Centro de Atenção Psicossocial
- CEMEI** - Centro Municipal de Educação Infantil
- CEO** – Centro de Especialidades Odontológicas
- CER** – Centro de Especialidade em Reabilitação
- CF** - Constituição Federal
- CMDCA** - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CONANDA** - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CTA** – Centro de Testagem e Aconselhamento
- DS** - Distrito Sanitário
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- ESF** – Estratégia de Saúde da Família
- eMulti** – Equipe Multiprofissional
- eSF** – Equipe de Saúde da Família
- eSB** – Equipe de Saúde Bucal
- eCR** – Equipe de Consultório na Rua
- FIA** - Fundo da Infância e da Adolescência
- FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IEI** - Instituições de Educação Infantil
- IFAN** - Instituto da Infância
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LEEI** - Leitura e Escrita na Educação Infantil
- ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OMS** - Organização Mundial de Saúde
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PIPA** - Programa de Intervenção Precoce Avançada
- PME** - Plano Municipal de Educação
- PNE** - Plano Nacional de Educação

PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância

PMPIC - Plano Municipal pela Primeira Infância de Contagem

PNPI - Plano Nacional pela Primeira Infância

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAS – Rede de Atenção à Saúde

REPI - Rede Estadual pela Primeira Infância

RNPI - Rede Nacional Primeira Infância

SAD – Serviço de Atenção Domiciliar

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SDHC - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania **SEDUC** - Secretaria de Educação de Contagem

SIPNI – Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização

SISVAN- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Minas Gerais

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA 02

COMITÊ INTERSETORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA 04

SIGLAS 06

MENSAGEM DA REPI 10

PARA INICIAR NOSSA CONVERSA 11

1. COMO SURTIU O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA EM CONTAGEM? 12

2. QUAIS CONCEITOS ORIENTAM A FORMULAÇÃO DESTE PLANO? 16

3. COMO É A PRIMEIRA INFÂNCIA EM CONTAGEM? 17

4. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL 18

Panorama Geral 24

Análise Sócio Demográfica 27

Povos e Comunidades Tradicionais 30

População Migrante 34

5. HABITAÇÃO 19

6. SAÚDE 20

Políticas Públicas de Saúde para a Primeira Infância 37

Cobertura Vacinal e Vacinação 47

Segurança Alimentar e Nutrição Adequada 49

Crianças com Deficiências 53

7. EDUCAÇÃO 53

8. ASSISTÊNCIA SOCIAL 55

9. MEIO AMBIENTE, LAZER E CULTURA 60

10. O QUE DIZEM AS CRIANÇAS? 62

11. METODOLOGIAS E EIXOS ESTRATÉGICOS 69

12. EIXOS – QUADRO DO MARCO LÓGICO 71

- 12.1 As famílias e as comunidades das crianças e Assistência social às famílias com crianças na primeira infância 80
- 12.2 Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos/Enfrentando as violências contra as crianças/O sistema de justiça e a criança 82
- 12.3 Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias 86
- 12.4 Crianças com Saúde e Evitando acidentes na primeira infância 89
- 12.5 A criança e a cultura; Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais e A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente 96
- 12.6 Educação Infantil 100
- 12.7 Do direito ao brincar 103
- 12.8 Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças 104
- 12.9 Empresas e a primeira infância e Protegendo as crianças contra a pressão consumista 105

13. COMO FAREMOS O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO? 98

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS 99

15. AGRADECIMENTOS 101

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 102

Anexo I - Decreto do Comitê Intersectorial 106

Anexo II - Consulta Pública 107

Anexo III - Resultado da Consulta Pública 112

Mensagem da REPI-MG

Nossa gratidão ao município de Contagem por ter caminhado com a Rede Primeira Infância – Minas Gerais (REPI-MG) na construção coletiva do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). E tudo começou com a adesão à campanha por meio da assinatura da prefeita do município, Marília Campos. Ela marcou o início de um processo importante que envolveu o trabalho de muitas pessoas nas diferentes secretarias municipais, nas organizações da sociedade civil, nos conselhos, nas universidades, nos coletivos e movimentos, nas comunidades, e contou com a preciosa participação das crianças.

Após a criação da REPI-MG, foi idealizada a sua primeira grande ação: um movimento para promover um aumento significativo dos PMPIs no Estado de Minas Gerais. No ano de 2022, a plataforma Observa (Observatório do Marco Legal da Primeira Infância), da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), apontava apenas dois municípios com Planos nas 853 localidades mineiras. Queríamos saber, então, se outros municípios tinham Planos Municipais, mas eles ainda não estavam cadastrados na plataforma da RNPI, bem como apoiar os municípios que não tinham começado a construir seus PMPIs.

A campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais” nasceu do esforço da Rede Primeira Infância – MG com o apoio da Fundação Van Leer, do Cecip, da Urban95, da UNCME-MG e da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). Em agosto de 2023, 108 municípios passaram a receber apoio técnico por parte da REPI- MG para a elaboração dos PMPIs. Da parte da Rede Primeira Infância - MG, foram oferecidas muitas horas de capacitação on-line com especialistas, além de eventos presenciais, participação em audiências públicas, conversas, produção de material informativo que ajudaram na construção do PMPI. Valeu todo o esforço! O nosso muito obrigada vai para todos vocês.

Sabemos dos grandes desafios vivenciados pelas diferentes infâncias em Minas Gerais. Como o nosso Estado é imenso e tão diverso, precisamos caminhar de forma coletiva, trocando boas experiências e nos apoiando também na implementação, no monitoramento e na avaliação do Plano. O PMPI é mais um importante instrumento para combater as desigualdades e garantir que todas as crianças tenham direito à um desenvolvimento pleno. Recebemos este Plano com alegria e esperança porque acreditamos no trabalho coletivo para a promoção de uma vida digna para todas as infâncias.

Desirée Ruas, Galdina Arrais e Rogério Prado

Secretaria Executiva da REPI-MG e coordenação da Campanha 50 Planos Municipais pela Primeira Infância de MG

PARA INICIAR NOSSA CONVERSA



CEMEI PROFESSORA JUVERCI DE FREITAS FERREIRA. ARQUIVO: SEDUC/CONTAGEM

O Plano Municipal da Primeira Infância - PMPI surgiu como um compromisso com o futuro da nossa Cidade, reconhecendo que os primeiros anos de vida constituem um período crucial para o desenvolvimento humano.

Este plano se propõe a ser um sinal de esperança, oportunidade e igualdade para todas as crianças do nosso município. Compreendemos que, investir na primeira infância não é apenas um ato de boa vontade, mas uma medida estratégica para construir bases sólidas buscando o sucesso e o futuro de nossa sociedade.

Nesta jornada, unimos esforços para criar um ambiente acolhedor, seguro e estimulante, que possa promover o desenvolvimento integral das crianças, onde cada pequeno cidadão tenha acesso à cidade e suas Políticas Públicas, cuidados de qualidade, educação inclusiva e apoio familiar desde o momento de seu nascimento até os seis anos de idade.

Este plano é mais do que um documento, é um compromisso com a prosperidade e a justiça social de nossa comunidade hoje e para as gerações por vir.

1 COMO SURTIU O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA EM CONTAGEM?



Desenho da Praça do Sol - Maria Eduarda Gomes Jesus, 5 anos

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.”

Provérbio africano

O provérbio africano é utilizado na epígrafe deste capítulo por reconhecer que a criança é responsabilidade de todos (as), passando pela família, pela sociedade e pelo Estado, já que nenhuma pessoa se desenvolve somente a partir dos valores da sua família nuclear, mas o faz também de acordo com a comunidade em que vive e com a qual se relaciona.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Contagem - PMPIC surgiu em parceria com a Rede da Primeira Infância Minas Gerais - REPI-MG, após a adesão do município à Campanha “50 PMPiS¹” e assinatura da carta compromisso *Criança é Prioridade*², pela prefeita Marília Campos, assumindo publicamente a primazia da Primeira Infância em sua administração.

Este plano constitui-se em um instrumento político e técnico para o poder público local que visa orientar decisões e assegurar ações e investimentos de proteção e promoção dos direitos das crianças na primeira infância. Convém ressaltar que esta é uma Política de Estado, intersetorial, que objetiva o atendimento aos direitos das crianças de 0 a 6 anos de forma integral, cuja elaboração é recomendada pelo Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257/2016 (BRASIL, 2016).

1 50 PMPiS é o nome da campanha realizada pela REPI-MG em parceria com a UNCMG-MG no ano de 2023 para prestar consultoria a 50 municípios de Minas Gerais durante a elaboração de seus Planos Municipais pela Primeira Infância.

2 A carta compromisso *Criança é prioridade* foi construída coletivamente pelas organizações parceiras da Rede Nacional Primeira Infância e engloba ações prioritárias para que as candidaturas se comprometam na formação de um mandato orientado para a garantia dos direitos das crianças

É um plano necessário e fundamental na identificação de prioridades e necessidades através da articulação entre as instâncias de poder público, judiciário, universidades, representantes da sociedade civil e das famílias. Torna-se, portanto, um instrumento de mobilização política e social que contempla o olhar sobre as infâncias de Contagem, com a participação das crianças, como reforça o Plano Nacional pela Primeira Infância.

Este plano é um compromisso com as crianças brasileiras. Estamos determinados a trabalhar para que todos os seus direitos sejam atendidos. Esta determinação pautará nossas opções pessoais, a elaboração dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, a vigilância sobre os programas, projetos e atividades e sobre a elaboração de leis relativas a seus direitos. Essa geração e estes governos querem ser vistos como geração e governos que fizeram a opção prioritária por suas crianças. (Plano Nacional pela Primeira Infância, 2010, p.22)

O surgimento de referenciais, marcos *legais e jurídicos* para o desenvolvimento humano tornam-se essenciais para a elaboração de Políticas Públicas para a infância. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) nos auxilia a entender as infâncias e a criança como um sujeito de direitos, compreendendo o seu desenvolvimento como fluxo contínuo desde o início da vida até os 18 anos de idade. O ECA oferece elementos para a formulação de Políticas Públicas e, com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016), que institui a Política Integrada da Primeira Infância, vemos crescer a visão intersetorial e multiprofissional para a promoção dos direitos das crianças.

Este Plano atribui importância capital à concepção de criança e de infância na sua dimensão singular e na dimensão coletiva da infância, com o olhar aberto para a diversidade das crianças e para a diversidade de infâncias. Entender a criança como pessoa na sua inteira dignidade, como cidadã e sujeito de direitos, é a base para a definição das diretrizes, dos objetivos e das metas em cada um dos direitos constantes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Marco Legal da Primeira Infância e das leis setoriais da educação, da saúde, da assistência, da cultura e de outros setores que lhe dizem respeito. (Plano Nacional pela Primeira Infância, 2010, p.11)

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Contagem pretende assegurar o desenvolvimento pleno, saudável e protegido das crianças de 0 a 6 anos de idade, através da mobilização política e social, contemplando a inclusão, a diversidade cultural, de raça, de gênero, de etnia, de territórios, de infâncias e condições de vida. Importante destacar que os planos são importantes instrumentos de gestão de Políticas Públicas, sendo um documento fundamental para garantia de Políticas Públicas de educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, assistência social, promoção da igualdade étnico-racial, desenvolvimento urbano, moradia e outros direitos e garantias fundamentais para as crianças de 0 a 6 anos.

A criança, numa perspectiva holística, vista em sua inteireza, é um sujeito de direitos que interage com vários equipamentos e programas municipais, daí a necessidade de elaboração deste plano de forma intersetorial.

A elaboração deste plano iniciou em 2023, ano em que aconteceu o Seminário comemorativo dos quatro anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância, quando o ministro Camilo Santana ressaltou que *“não haverá futuro enquanto ampliarmos as desigualdades existentes. Não haverá futuro quando uma criança for dormir com fome ou sem escola”*. A proteção integral e prioritária da criança é condição

sine qua non para as concepções de crianças e infâncias de Contagem.

Durante o período de setembro a dezembro de 2023 as equipes da Superintendência de Educação Infantil - SEDUC e da Superintendência de políticas de proteção à Infância e Adolescência- SMDH participaram de uma formação on-line para elaboração dos planos, promovida pela Rede Primeira Infância de Minas Gerais (REPI-MG) e pelo Instituto da Infância (IFAN). Outras ações importantes foram realizadas conforme cronograma abaixo:

Tabela 01: cronograma de atividades.

PERÍODO	AÇÃO
ago/23	lançamento à campanha dos 50 planos municipais
Setembro a dezembro/ 2023	Formação das equipes com a REPI-MG
jan/24	Decreto nº 1109 instituindo o Comitê intersetorial
Fevereiro a maio/2024	Realização de Grupos de Trabalho
jun/24	Consulta pública e Seminário Aberto
Dezembro/2023 a agosto/2024	Redação do PMPI
set/24	Aprovação do PMPI

Fonte: elaborado pelos autores.

A primeira ação após as formações com a REPI-MG foi a publicação do Decreto municipal nº 1109 constituindo o Comitê Intersetorial envolvendo órgãos, instituições, entidades e representantes da sociedade civil. (Anexo I)

O comitê intersetorial realizou, no período de 05 a 12 de junho de 2024, uma consulta pública (Anexo II) sobre a Primeira Infância no município de Contagem. Na oportunidade, foi disponibilizado um formulário na plataforma municipal DECIDE Contagem, via *link* e *QR Code*, com perguntas voltadas para o aprimoramento do bem-estar das crianças, visando planejar, promover, coordenar, avaliar e monitorar as políticas públicas direcionadas a esse grupo.

Após esse período, as respostas à consulta pública foram compiladas (Anexo III) e apresentadas no Seminário Aberto, realizado em 20 de junho de 2024.

O Seminário Aberto contou com a participação de diferentes setores e representantes, a saber:

- Associação dos surdos de Contagem;
- Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Contagem - Sind Ute;
- Professoras, diretores, pedagogas, crianças e familiares dos Centros Municipais de Educação Infantil - Cemeis e Centros de Educação Infantil - CEIs (creches parceiras);
- Defensoria pública dos direitos das crianças e adolescentes;
- Movimento de luta pró creche - MLPC;
- Conselheiros Tutelares;
- Administradores regionais de Contagem;

- OAB de Contagem;
- Sociedade Civil.

Com a finalidade de apresentar os resultados obtidos com a consulta pública e socializar o processo de elaboração do PMPI, o Seminário oportunizou a participação de mais de noventa pessoas comprometidas com a primeira infância.

Para a elaboração da identidade visual e desenvolvimento do projeto editorial gráfico deste plano foram colhidos desenhos de crianças das instituições de Educação Infantil de Contagem (rede própria e parceira).

2 QUAIS CONCEITOS ORIENTAM A FORMULAÇÃO DESTE PLANO?



Desenho do Lucas, 5 anos

“Ser criança não significa ter infância”

Documentário: A invenção da infância

A epígrafe deste capítulo é uma frase apresentada ao final do documentário “A invenção da Infância”, um curta-metragem dirigido por Liliana Sulzback e Mônica Schmiedt. O curta exibe diversos depoimentos com o intuito de retratar um desequilíbrio que abala o conceito de infância em diferentes âmbitos, em um mesmo país. Mostra duas realidades distintas de crianças com infâncias diferentes. De um lado, em famílias de baixo poder aquisitivo, com o alto índice de mortalidade infantil, com crianças sobreviventes impelidas a trabalhar para obterem recursos, mesmo que mínimos, para subsistência. Por outro lado, famílias com melhores condições financeiras, preenchem o tempo de suas crianças com atividades como tênis, futebol, inglês, ballet, natação, dentre outras. O conceito de infância nem sempre se fez presente na cultura e foi criado em um determinado período para demarcar uma época diferenciada da vida adulta. O que fica marcado não são somente os diferentes jeitos de ser criança, mas também a diferença cultural e econômica presente em um mesmo período em um país que comporta realidades tão extremas.

O processo de elaboração do Plano Municipal considerou o conceito de crianças, infâncias e currículo da Educação Infantil de Contagem. Tal reflexão teve o objetivo de desconstruir o mito da infância feliz e superar a visão reducionista de criança, reconhecendo-a como sujeito potente que vive experiências com ponto de vista próprio sobre o mundo no qual vive.

É importante ressaltar que a ideia de infância é moderna, pois durante grande parte da Idade Média, as crianças eram vistas como meros seres biológicos, sem estatuto social, nem autonomia existencial

(SARMENTO, 2002). De acordo com Sarmento, foi justamente dessa visão de criança como ser biológico sem o reconhecimento inicial da fase própria da infância que surgiu a necessidade de destacar a distinção entre os dois conceitos. A ideia de infância foi uma transformação social e histórica que surgiu por volta do século XIII, sendo que até o fim deste século as crianças eram tratadas como adultos em miniatura. Infância é uma categoria social do tipo geracional, isto é, que refere-se a um conjunto de indivíduos que se identificam por uma característica comum, pertencerem ao mesmo escalão etário. É uma categoria diversa e complementar às outras categorias.

O Município de Contagem atua na ampliação e melhoria da oferta da educação infantil, com destaque para algumas ações, como o curso de escrita na Educação Infantil - LEEI, oferecido no município de Contagem nos últimos anos, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e, em 2024, como parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, nos mobiliza a refletir sobre a criança. *“O infante não é simplesmente aquele que não fala (Infans), mas sim aquele que luta para criar sua própria palavra, instituindo a si mesmo e ao mundo que o cerca”*. (SOUZA, S. J.) Tomemos essa citação para conceituar criança como sujeito sócio- histórico, cultural, ativo, potente e capaz. Considerar a criança como sujeito significa considerar que elas têm ideias, expressam seus desejos, necessidades, fazem escolhas, são capazes de tomar decisão, de criar, inventar por meio de seus movimentos, expressões, olhares e falas.

Ao encontro dessa concepção, a Educação Infantil de Contagem, em sua logo, apresenta a ideia de criança de direitos, ressaltando o direito de brincar, já que aparecem duas crianças deitadas brincando de bola com os pés para cima. Para representar a diversidade dos sujeitos, as crianças da logo possuem características diferentes, uma branca e a outra negra, uma menina e o outro menino. No entorno conseguimos ler Educação Infantil de Contagem e a tríade: educar, cuidar e brincar, indicando que são três ações indissociáveis.

Imagem 01: Logo da Educação Infantil de Contagem elaborada em 2012



Além da logo, a Educação Infantil de Contagem possui uma mandala que representa o seu currículo. Ao centro da mandala aparece a criança, que se constitui como centralidade e protagonista do trabalho pedagógico. A criança como *“sujeito social, histórico, cultural e ser na natureza na relação com o mundo por meio de experiências.”* (CONTAGEM, 2012, p.39) Consideramos as crianças como sujeito sócio, histórico e cultural ao defender que as formas de compreender o mundo são construídas historicamente na cultura do meio social em que vive a criança. Significa entender que a criança

constrói sua história pessoal, que vai se fazendo na cultura familiar e que se configura de diversas formas:

“a partir da classe social da sua família, do espaço geográfico que habita, do seu sexo, de seu pertencimento étnico-racial, das especificidades de seu desenvolvimento e das vivências socioculturais que têm em função desses fatores.”(Salles e Faria, 2012, p.)

A palavra “experiências” aparece ao fundo da mandala, indicando a importância das vivências de acordo com as especificidades do desenvolvimento de cada faixa etária, bem como a necessidade e interesse das crianças. Ao redor da criança aparecem múltiplas linguagens: oral, escrita, musical, matemática, do brincar, do cuidado e as relações, corporal, plástica e visual, do mundo natural e do mundo social. Atualmente percebemos a necessidade de atualizar a coleção considerando outras linguagens.

Após as linguagens temos a maneira como as crianças se desenvolvem: aconchego e afetividade; experimentação/exploração; imitação/repetição; brincar; interações; cuidados básicos de saúde, alimentação, higiene e segurança. Em seguida aparecem os diferentes espaços e grupos com os quais a criança se relaciona: sociedade, família, comunidade e instituição de educação infantil (IEI). Considerando o espaço da IEI, essa relação acontece num determinado contexto, o que possibilita a formação humana e a diversidade que são estruturantes do currículo na Educação Infantil e que se dão de forma intencional nas instituições a partir da organização do Projeto Político Pedagógico.

A Mandala do Currículo pode ser lida tanto de dentro pra fora como de fora pra dentro. Ela traduz a articulação do trabalho necessário para que as crianças aprendam, se desenvolvam e construam suas identidades, como cidadãos e sujeitos de direitos.

Imagem 02: Mandala do Currículo da Educação Infantil, elaborada em 2012



Segundo Corsaro (2011), crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que, na interação com os grupos sociais com que se relacionam e com os contextos de vida em que estão inseridos, produzem

as suas próprias e exclusivas culturas infantis e ao mesmo tempo, contribuem para a produção das sociedades adultas.

A partir dessa concepção de criança, esse Plano se configura como essencial para discutir e qualificar a relação das crianças com os espaços públicos da cidade, como praças e parques; com elementos culturais; com seus pares nas instituições de Educação Infantil e outros equipamentos da cidade.

A Coleção de Currículo de Contagem aponta o currículo da Educação Infantil como:

“o conjunto de experiências culturais relacionadas aos saberes e conhecimentos, vividas por adultos e crianças numa instituição de Educação Infantil - IEI, na perspectiva da formação humana. As experiências vividas nessa caminhada são selecionadas e organizadas intencionalmente pelas profissionais da IEI, embora estejam sempre abertas ao imprevisível.(...) Nesse sentido, a seleção das experiências é determinada pelas necessidades e interesse das crianças com as quais a IEI trabalha, considerando as especificidades do seu desenvolvimento e do contexto onde vivem, a diversidade que as caracteriza, bem como pelas exigências do mundo contemporâneo.”
(CONTAGEM, 2012, p 30)

As diretrizes e objetivos que orientam as ações voltadas para a primeira infância em Contagem são baseadas em princípios fundamentais, como a garantia dos direitos da criança, o respeito à sua individualidade e o reconhecimento de sua importância como sujeito de direitos.

Os Princípios são as ideias fundamentais e inegociáveis que norteiam os pensamentos, as intenções e as ações de uma ou mais pessoas em um determinado tempo histórico, sociedade e lugar. Estão atrelados aos valores éticos e morais, tais como a honestidade, a justiça, a empatia, a solidariedade e o respeito às diferenças. Neste sentido, compreender sua conceituação de uma maneira mais ampla, torna-se essencial, pois estará presente e permeando todo o documento do Plano.

Encontramos os princípios em diversos aportes legais, em diferentes instâncias e institutos de defesa dos direitos das crianças. Dentre eles, podemos mencionar a Constituição Brasileira (1988), no artigo 227, onde afirma que os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser garantidos com absoluta prioridade, considerando a criança cidadã, sujeito de direitos, sendo responsabilidade da família, da sociedade e do Estado o dever de assegurar-lhes tais direitos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda criança de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei No 8.069, de 13 de Julho de 1990, nos traz em seu artigo 3º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Outro aporte Legal é o Marco Legal Pela Primeira Infância, Lei Nº 13.257 de 2016, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de Políticas Públicas em atenção às especificidades e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

Art. 1º - Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Um dos princípios para o Marco Legal Primeira Infância é a participação das crianças, **conforme apresentada em seu artigo** no Art. 4º:

Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.

Outro referencial importante para a construção deste Plano são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados pela Cúpula da ONU em 2015, com destaque para os que dizem respeito direto às crianças:

Imagem 03: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



As diretrizes, tendo em vista os princípios traçados, fornecem instruções com o intuito de orientar, instrumentalizar e criar ferramentas imprescindíveis e mais assertivas, no que se refere à tomada de decisões, a facilitação dos processos, a promoção de melhorias das práticas adotadas, a diminuição de incertezas e para o direcionamento das Políticas em um determinado contexto.

Este arcabouço teórico e normativo oferece a base conceitual e orientadora das escolhas estratégicas das intervenções na Primeira Infância e organiza o processo de planejamento, gestão e implementação das ações, delineando os valores éticos essenciais ao desenvolvimento integral na infância.

Nesse sentido, o município de Contagem estabelece os seguintes princípios e diretrizes que estruturam seu Plano Municipal Pela Primeira Infância:

Tabela 02: princípios e diretrizes do Plano

PRINCÍPIOS	DIRETRIZES
1. Integralidade da criança	Promover o desenvolvimento integral da criança de até 6 (seis) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
2. A criança como sujeito de direitos	Assegurar os direitos fundamentais das crianças, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações pertinentes.
3. Participação da criança	Reconhecer a criança como sujeito capaz de expressar sua opinião, seus desejos, interesses, preferências, sentimentos. Criar estratégias para escuta das crianças.
4. O território como referência	Reconhecer, respeitar e valorizar o lugar onde se vive, fortalecendo a conexão e ampliando a consciência de suas potencialidades e necessidades.
5. Universalidade	Garantir acesso à educação, saúde, assistência social e demais serviços essenciais para a primeira infância.
6. Intersetorialidade	Integrar diferentes áreas como: saúde, educação, direitos humanos, cultura, meio ambiente e assistência social, pensando no atendimento integral à primeira infância.
7. Respeito à diversidade	Considerar as especificidades culturais, étnicas, de gênero e socioeconômicas.
8. A prioridade absoluta dos primeiros anos da vida humana	Garantir que as necessidades da primeira infância sejam priorizadas nas Políticas Públicas.
9. Sustentabilidade social e ambiental	Buscar a excelência nos serviços oferecidos à primeira infância e garantir sua continuidade ao longo do tempo.
10. Afirmação da cultura de paz	Propor ações de prevenção e combate às violências através da garantia de direitos e do fortalecimento da educação e da cultura.

Fonte: elaborado pelos autores.

Diante do exposto, o presente Plano Municipal Pela Primeira Infância de Contagem, tendo em vista a abordagem centrada na criança, em parceria com as famílias e diversos outros agentes públicos e privados, reforça a priorização da infância em seu território, considerando sua vulnerabilidade e, sobretudo, seu protagonismo

3 COMO É A PRIMEIRA INFÂNCIA EM CONTAGEM?

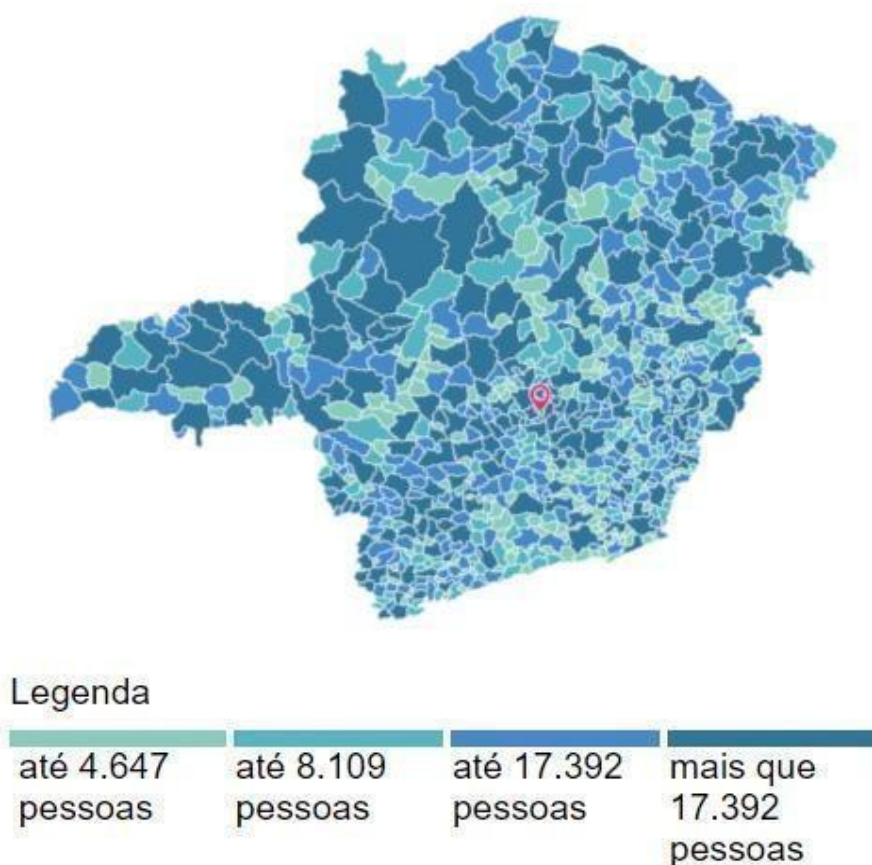
Na cidade de Contagem, diversas ações e políticas são implementadas para promover o desenvolvimento na primeira infância. O atendimento e as prioridades voltadas para essa fase refletem um compromisso abrangente com o desenvolvimento integral das crianças, desde o nascimento até os primeiros anos de vida. As diversas secretarias municipais atuam de forma articulada, implementando Políticas e Programas que abordem os diferentes aspectos do cuidar, educar e brincar na primeira infância. Para alcançar essas metas é primordial que se conheça o contexto em que essas crianças estão inseridas e os recursos disponíveis para a realização das ações necessárias.

4 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

4.1 Panorama Geral

Localizada na região central de Minas Gerais e integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Contagem destaca-se como o terceiro município mais populoso do Estado, abrigando uma população de 621.863 habitantes, conforme o último Censo de 2022 do IBGE. Com uma área de 194,746 km², suas fronteiras encontram-se com as cidades de Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas, Ribeirão das Neves e Ibirité. O mapa a seguir demonstra a localização do Município de Contagem no Estado de Minas Gerais, com sinalização da demografia populacional conforme o Censo de 2022.

Imagem 04: sinalização populacional – CENSO 2022



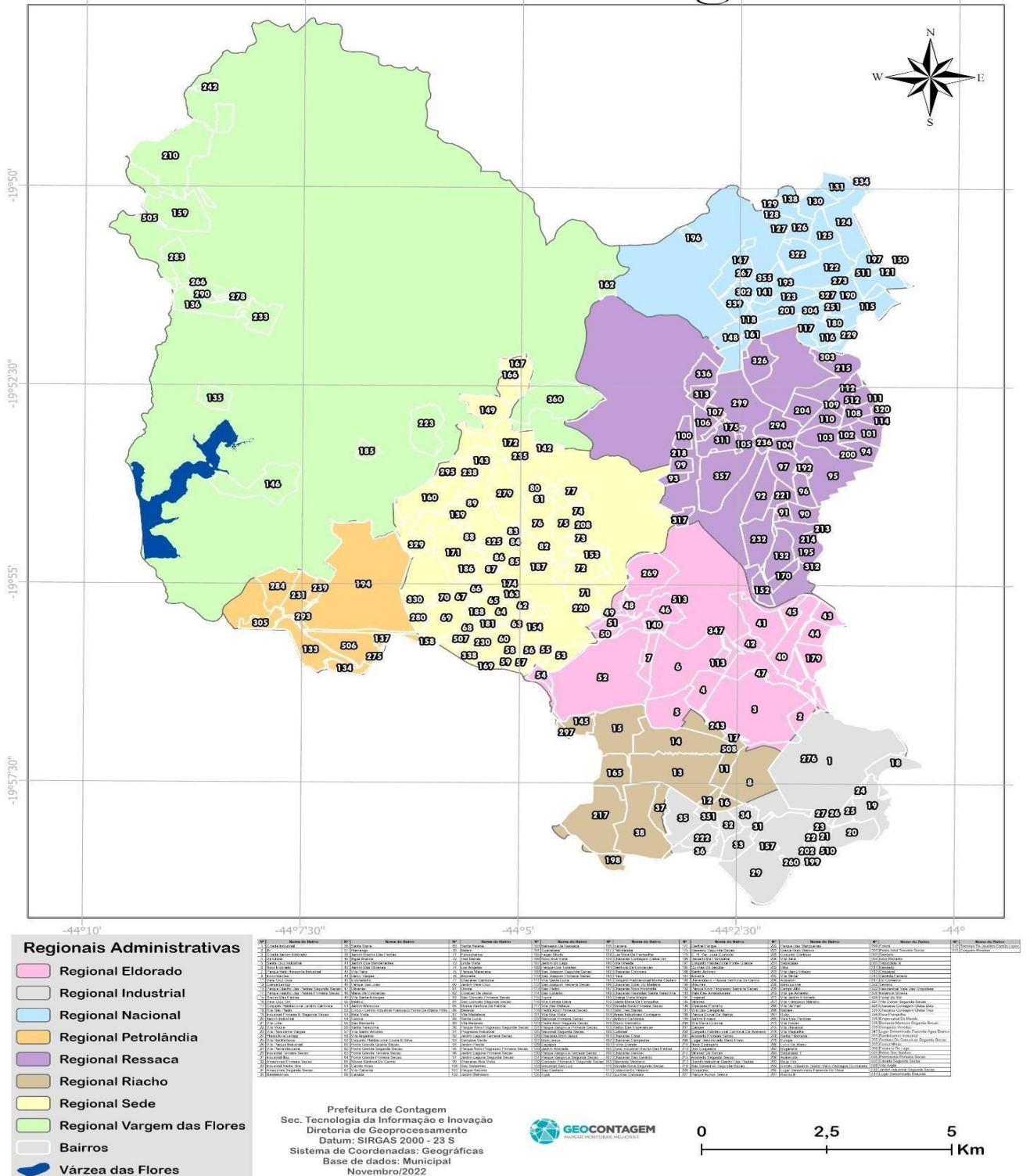
Fonte: IBGE Cidades

O território é composto por 513 bairros e é dividido em oito regionais administrativas discriminadas, com identificação da porcentagem relativa do município, da seguinte forma: Eldorado (19%), Ressaca (16%), Sede (15%), Riacho (12%), Industrial (12%), Nacional (10%), Vargem das Flores (9%) e Petrolândia (7%). O mapa a seguir demonstra essa divisão administrativa.

Imagem 05: divisão administrativa de Contagem



Bairros - Contagem/MG



Fonte: Portal Geo Contagem

O município possui uma localização estratégica, cruzado por importantes vias de transporte, como a BR 040, que liga Brasília e Rio de Janeiro, e a BR 381, conectando Belo Horizonte a São Paulo. Além disso, está a apenas 10 quilômetros do Aeroporto da Pampulha e a 35 quilômetros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins). Destaca-se ainda a BR 262, que corta o município e desempenha um papel fundamental na integração regional, facilitando o escoamento de mercadorias e o acesso a outros centros industriais e econômicos da região. Contagem também é cortada pela Ferrovia Centro Atlântica, fundamental para a integração do transporte de cargas de grãos e minerais entre as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. A Ferrovia é operada pela empresa de logística VLI Multimodal, originada pela Diretoria de Logística de Cargas Gerais da Vale S.A., a segunda maior mineradora do mundo, que a utiliza para o transporte de minerais extraídos no quadrilátero ferrífero.

Essa localização privilegiada contribuiu para o desenvolvimento do município como um importante centro industrial, comercial e de serviços. Sua história industrial remonta à década de 1940, com a criação da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, impulsionando setores como metalurgia e minerais não-metálicos. Nas décadas seguintes, com a diversificação da base industrial, Contagem atraiu indústrias de ponta, incluindo equipamentos eletroeletrônicos, comunicação e alimentos, além de investimentos na indústria 4.0³.

Atualmente, Contagem abriga sete distritos industriais, que variam de indústrias automotivas a tecnologia da informação, com seis deles sob gestão municipal e um particular. Essa diversidade industrial é complementada por uma rede de serviços especializados e instituições de ensino técnico e superior, promovendo um mercado consumidor em expansão.

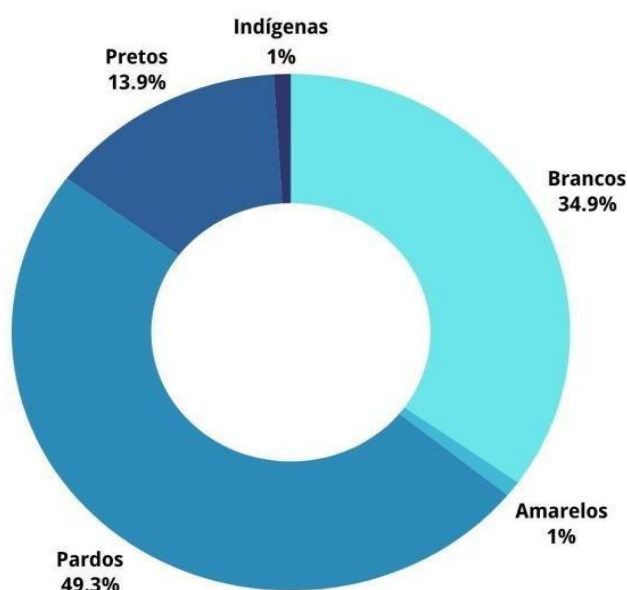
³ Também conhecida como a quarta revolução industrial, a indústria 4.0 combina tecnologias avançadas como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial, big data, computação em nuvem e automação buscando criar ambientes de produção eficientes, flexíveis e personalizáveis. Na Indústria 4.0, máquinas inteligentes se comunicam entre si e com sistemas de gestão, permitindo a tomada de decisões autônomas e a otimização de processos em tempo real.

4.2 Análise Sócio Demográfica

Segundo informações do IBGE Cidades, o município de Contagem apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$54.136,41 em 2021, o que o situa entre os 10% de cidades com maior desenvolvimento econômico de Minas Gerais e entre as 15% do Brasil. Em relação ao salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2021, o valor é de 2,4 salários mínimos, situando Contagem como o 59º entre os 853 municípios do estado quando comparado a outras localidades (IBGE Cidades, 2021).

Em relação à composição da população por sexo, as mulheres representam aproximadamente 52,13% da população, enquanto os homens correspondem a cerca de 47,87%. Quanto à distribuição étnico-racial, a população é majoritariamente parda, compreendendo cerca de 50,27% do total. Os indivíduos brancos representam aproximadamente 35,49% da população, seguidos por pessoas pretas, que correspondem a cerca de 14,07%. A população amarela totaliza cerca de 0,12% e a indígena cerca de 0,10% do total de habitantes. Com uma população total de 621.856 pessoas, Contagem é caracterizada por sua diversidade étnica e cultural, refletindo em sua riqueza demográfica.

Gráfico 1: Distribuição Étnico-Racial da População de Contagem, em percentual, por Raça/Cor - 2023



Fonte: Elaboração Própria (IBGE-2022).

De acordo com o Portal da Transparência do Registro Civil, de janeiro de 2016 a janeiro de 2024 no total de 21.668.773 crianças registradas no país, mais de um milhão (1.192.691) não foram registrados com o nome do genitor. O município de Contagem não foge a regra, em mesmo período foram 53.054 nascimentos registrados para 2.920 sem filiação do pai na certidão de nascimento. Muitos homens registram seus filhos e podem não cumprir com outras obrigações paternas, mas é destacável o número de genitores que não se responsabiliza pelo registro civil.

“Pelo documento que assegura à pessoa a garantia de identidade, mediante o estabelecimento do seu vínculo familiar, assim como o seu vínculo em relação ao Estado, possibilitando que possa exercer sua cidadania.”(p. 139 Plano Nacional pela Primeira Infância, 2020)

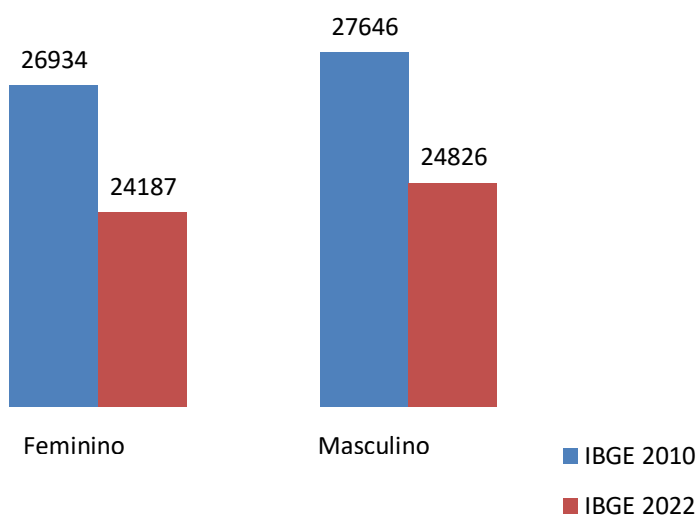
De acordo com o Censo Demográfico do ano de 2022 (IBGE), as crianças de 0 a 6 anos correspondem a uma população de 49.013, compreendendo 7,88% de sua população geral. Para planejar o atendimento integral e entender as prioridades voltadas para a Primeira Infância é de suma importância acompanhar o crescimento longitudinal deste grupo e conhecer o público em cada fase do crescimento e desenvolvimento. A população infantil até 6 anos de vida é em sua maioria masculina e evoluiu com um decréscimo se comparada a população residente em 2010 e em 2020., conforme Tabela 3 e Gráfico 2 e 3, abaixo:

Tabela 3: divisão da população infantil

Idade	Pop IBGE 2010		Pop IBGE 2022	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
0	3830	3884	3439	3488
1	3796	3918	3409	3518
2	3897	3921	3500	3521
3	3793	3863	3406	3469
4	3846	4119	3454	3699
5	3874	4027	3479	3616
6	3898	3914	3500	3515
Total	26934	27646	24187	24826

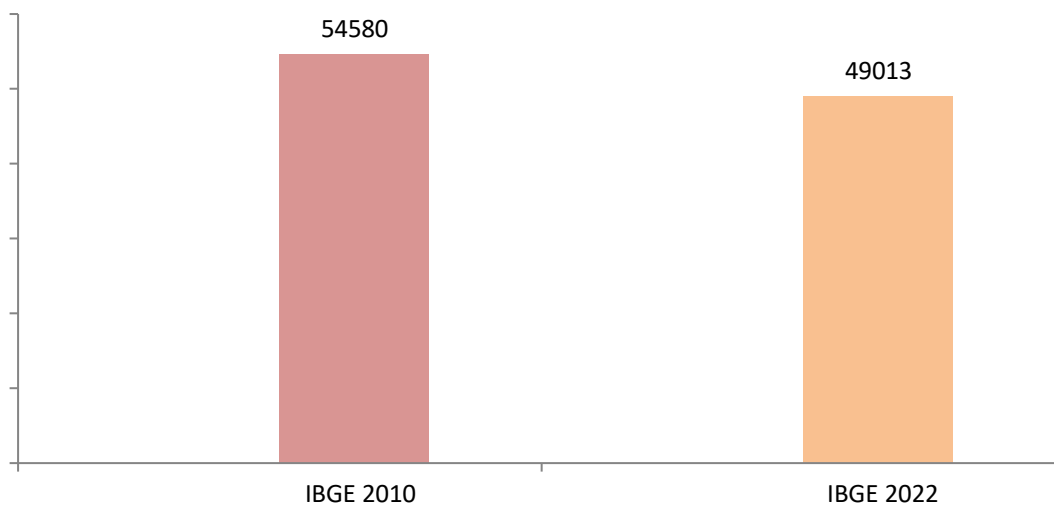
Fonte: Produção Própria DAB/SAS/SMS – 2024 / Dados do IBGE 2010 e 2022.

Gráfico 2 : População de 0 a 6 anos, segundo o IBGE, Contagem – MG



Fonte: Painel Saúde Contagem – 2024 (IBGE-2022)

Gráfico 3: População de 0 a 6 anos, segundo o IBGE, Contagem – MG.



Fonte: IBGE 2010 e 2022

4.3 Povos e Comunidades Tradicionais

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e utilizando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Inciso I do Art. 2º da Lei 21.147/2014).

Em Contagem há povos indígenas, comunidade quilombola, comunidades tradicionais de matriz africana, povos do Congado/Reinado, povos Ciganos e famílias tradicionais circenses. De acordo com as informações coletadas entre maio de 2021 e julho de 2022, e publicadas no Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais (2012) estima-se que cerca de 3.500 pessoas oriundas de povos e comunidades tradicionais vivendo no município de Contagem, o que compreende 72 (setenta e dois) povos e comunidades tradicionais conforme demonstrado nas imagens abaixo.

Comunidade Quilombola	Bairro	Regional
Comunidade Quilombola dos Arturos ¹⁴	Jardim Vera Cruz	Sede

Povo do Reinado/Congadeiro	Bairro	Regional
Irmandade do Rosário dos Ciriacos	Novo Progresso	Ressaca
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade Quilombola dos Arturos	Jardim Vera Cruz	Sede
Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário do Bairro Industrial	Industrial	Industrial
Guarda de Nossa Senhora do Rosário - Os Carolinos	Retiro	Vargem das Flores
Guarda de Moçambique do Divino Espírito Santo - Os Marianos ¹⁵	Eldorado	Eldorado

Povos Ciganos	Bairro	Regional
Etnia ROM	Inconfidentes	Riacho
Etnia ROM	Inconfidentes	Riacho
Etnia ROM	Inconfidentes	Riacho

Família Tradicional Circense	Bairro	Regional
Família Circense	Estâncias Imperiais	Petrolândia

Etnias indígenas	Bairro	Regional
Pankararu	Campina Verde	Ressaca
Kamacã Mogoió	Novo Progresso	Ressaca
Maxakali	Tupã	Vargem das Flores
Maxakali	Nacional	Nacional

Fonte: Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Contagem

Comunidade Tradicional de Matriz Africana (Povo de Terreiro)	Bairro	Regional
Ilé de Oxum	Petrolândia	Petrolândia
Tenda de Umbanda Recanto de Nanã	Novo Progresso	Ressaca
Instituto Cultural Ilê Iyá Omi Àse Barú ¹	Tropical	Petrolândia
Associação Afro Babá Epê	Perobas	Sede
Tenda de Umbanda Pai André de Aruanda	Amazonas	Riacho
Ilé Asé Odé Inlê ²	Xangrilá	Nacional
Ilé Axé Ogunfunmilayo ³	Quintas Coloniais	Sede
Ilé Ogodo lomiwa	Estâncias Imperiais	Petrolândia
Casa de Caridade Vovô Pedro de Aruanda - CAVOP ⁴	Pedra Azul - Conjunto Carajás	Nacional
Ilé Axé Ojú Ómin Oiá	Retiro	Vargem das Flores
Tenda de Quimbanda e Jurema Reino da Calunga (Ilê Asé Agbara Opará)	Colorado	Ressaca
Casa de Umbanda Boiadeiro 7 Estradas	Alvorada	Sede
Centro Espírita Luminoso Divino Espírito Santo ⁵	Eldorado	Eldorado
Centro de Umbanda Pai Antero	Santa Cruz	Eldorado
Fraternidade Umbandista Esotérica “Portal da Luz”	Parque Recreio	Nacional
Ilé Axé Omin d’Oxalufan	Vila Belém	Sede
Nzo Manzo Nkosi Filhos de Mata Virgem	Nacional	Nacional
Comunidade Espírita Odé Farangi ⁶	São Mateus	Nacional
Associação Benfícete O Além dos Orixás ⁷	Riacho das Pedras	Riacho
Nzo Atim Obatalocy ⁸	São Gotardo	Ressaca
Nzo Ngana Kixaxi	Bernardo Monteiro	Sede
Comunidade Espírita Neto de Bate Folhinha ⁹	Nacional	Nacional
Ile Axé Omim	Nacional	Nacional
Ilé Asé Obaluáyê	Vila Militar	Sede
Tenda de Umbanda Francisco Oliveira Chagas	Industrial São Luiz	Petrolândia

Fonte: Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Contagem

Comunidade Tradicional de Matriz Africana (Povo de Terreiro)	Bairro	Regional
Ilé Asé Efon Opo Baru	Glória	Eldorado
Centro Espírita Ogum Beira Mar / Ile Asé Igba Ogum ¹⁰	Nova Contagem	Vargem das Flores
Nzo kazoinde	Vila Madalena	Sede
Kwe ty Ogum Ogy	Funcionários	Sede
Instituto Isesselagba Ijo Ifá Ajiseifala	Tupã	Vargem das Flores
Templo Espírita Estrela do Fogo	Colonial	Sede
Casa de Acolhimento Seara de Aruanda	Nascentes Imperiais	Petrolândia
Sociedade Espírita Templo Estrela Da Luz	Santa Helena	Sede
Casa Espírita Tenda de Oyá	Nascentes Imperiais	Petrolândia
Ilê Axé Jagu e Omulu	Granjas Vista Alegre	Sede
Nzo Ndanji Mona Simby Kia Kabila ¹¹	Parque Xangrilá	Nacional
Ilé Asè Omo Odè Jocide	Colonial	Sede
Ilé Vovó Maria Conga	Ressaca	Ressaca
Abasá de Obá Afonjá	Bela Vista	Sede
Abasá Mikayá	Fonte Grande	Sede
Associação Beneficiente Pai Caetano	Santa Helena	Sede
Tenda de Umbanda Mensageiros da Luz	Nossa Senhora de Fátima	Sede
Terreiro de Iemanjá ¹²	Bernardo Monteiro	Sede
Associação Comunitária Cabana Espírita Umbandista Pai João Baiano ¹³	Quintas Coloniais	Sede
Centro Espírita de Umbanda Nossa Senhora do Rosário	Bernardo Monteiro	Sede
Centro Espírita Ilé Oyá Eguibale	Inconfidentes	Riacho
Núcleo de Cultura Afro-Brasileira	Alvorada	Sede
Casa de Cultura e Religiosidade Afro-brasileira Tia Maria da Angola	Vila Santa Luzia	Ressaca
Nzo ia Nzambi ngana N'gunzo	Jardim Laguna	Ressaca
Nzo Mona Ria Nvula	Novo Progresso	Ressaca
Associação social Ilê Axé Oxum Opara	Novo Progresso	Ressaca
Bakise Ngunzo Ameñ	Retiro	Vargem das Flores
Tenda de Umbanda Boiadeiro	Riacho	Riacho
Nzo N'gunzo Kaiango Kianote N'zazi	Jardim Laguna	Ressaca

Fonte: Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Contagem

Nações/Tradições	Número de Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs)
Ketu	12
Umbanda	10
Angola	12
Angola Moxikongo	2
Angola Kasange	1
Kimbanda	4
Omolokô	5
Tambor de Mina	1
Jeje	2
Èfòn	2
Culto a ifá	1

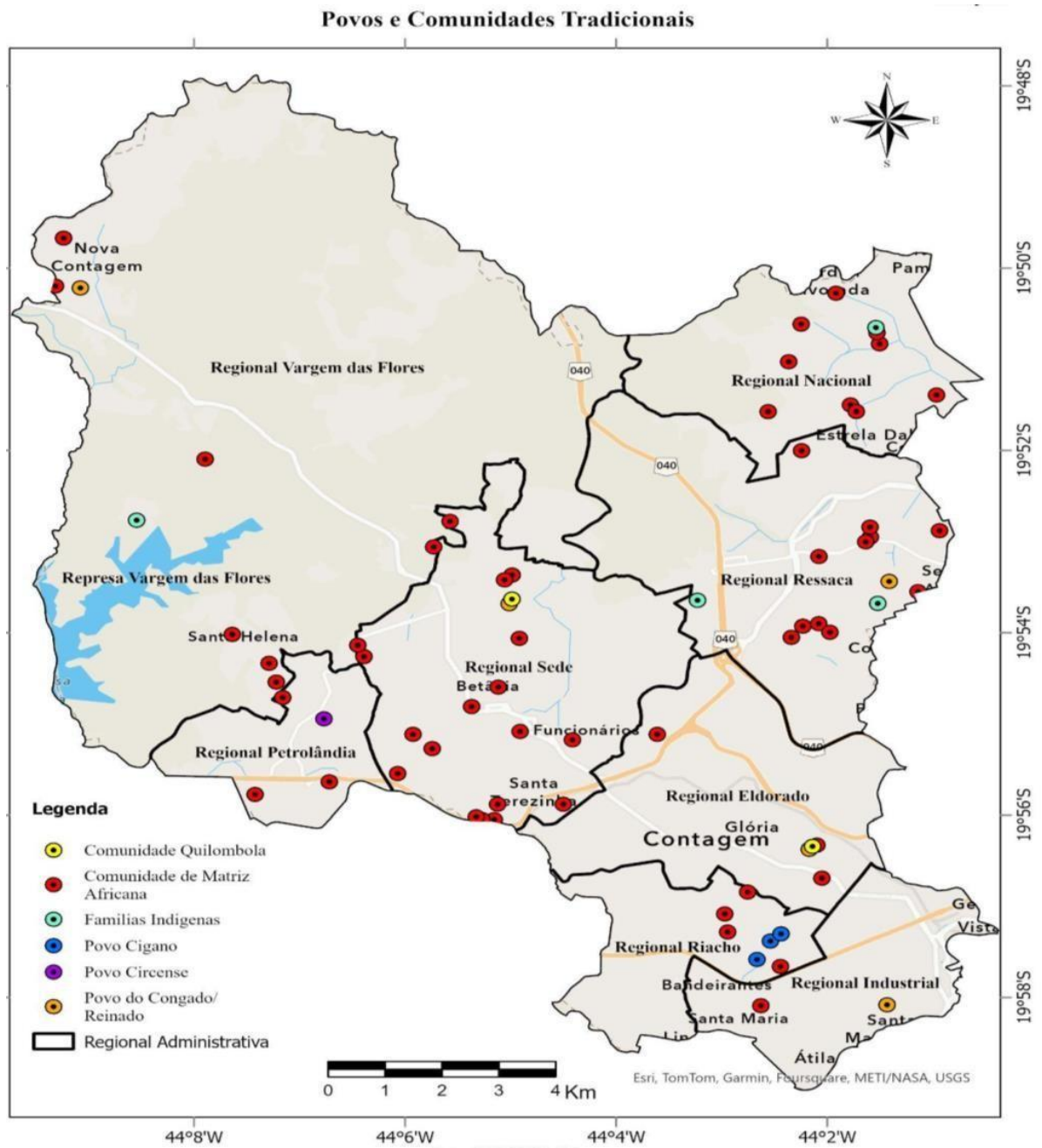
Fonte: Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Contagem

Tamanho grandiosidade étnica e cultural presente no município precisa ser evidenciada para compreensão das vivências de diferentes infâncias. O entendimento da infância guarda particularidades e pode, por exemplo, não ser apenas pela faixa etária, podendo conter outros marcadores culturais, como independência, para definir a etapa da infância. Segundo dados da Secretaria de Educação de 2023, 100% das instituições de educação infantil pública do município contemplam em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais didáticos referentes à diversidade étnico- racial com vista à promoção da igualdade. Já o percentual de instituições de educação infantil que dispõem de brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnico-racial é de 73,2% para rede pública e 95,5% para privada. Necessário atentar pela gama de materiais que de fato contemplem a diversidade étnico- cultural presente no município.

A sapiência através da mediação cultural e quando necessário por meio de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa fé⁴ são primordiais para a construção e execução de Políticas Públicas que protejam as crianças de atos racistas e que promovam sua cultura de maneira positiva educando os colegas que não são oriundos de comunidades tradicionais a valorização do patrimônio cultural que é produzido pelo povo.

⁴As consultas são um direito conquistado e devem ser realizadas antes de qualquer intervenção que impacte o território e vida dos povos e comunidades tradicionais. “É direito dos povos e comunidades tradicionais serem consultados antes de ações do Poder Público / Empresas privadas ocorrerem quando tais ações possam causar riscos aos seus direitos, modos de vida, territórios, seus costumes e sua cultura. Assim, o Poder Público deve mostrar à comunidade o que essas ações podem causar dentro de seus territórios. O Poder Público tem, também, o dever de ouvir a comunidade, antes que qualquer decisão seja tomada. A determinação de qualquer mudança dentro da comunidade, sem que antes seus membros sejam ouvidos, caracteriza uma violação ao direito à consulta. O direito à consulta é reconhecido na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que está em vigor no Brasil desde o ano de 2003.”CEDEFES (2022)

Imagem 06: Povos e comunidades tradicionais



Fonte: Portal GeoContagem

4.4 População Migrante

Segundo apresentação realizada pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Diretos Sociais e Migração PUC-Minas⁵ entre 2000 e 2020, o Observatório das Migrações em São Paulo apontou que o Estado de Minas Gerais é indicado com aproximadamente 58 mil imigrantes, distribuídos em 631 dos 853 municípios mineiros, ou seja, 73,9% dos municípios. Do total de migrantes no estado, 10 municípios concentram 68,7% dessa população, sendo que Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem abrigam 52,1% desse total.

Os dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) permitem conhecer o volume de imigrantes, em situação regular, que estão registrados no município de Contagem. Considerando o período de 2020 a 2023, três nacionalidades se destacam no conjunto dos imigrantes internacionais na cidade: haitianos, venezuelanos e colombianos, que representam, aproximadamente, 80% da população migrante do município.

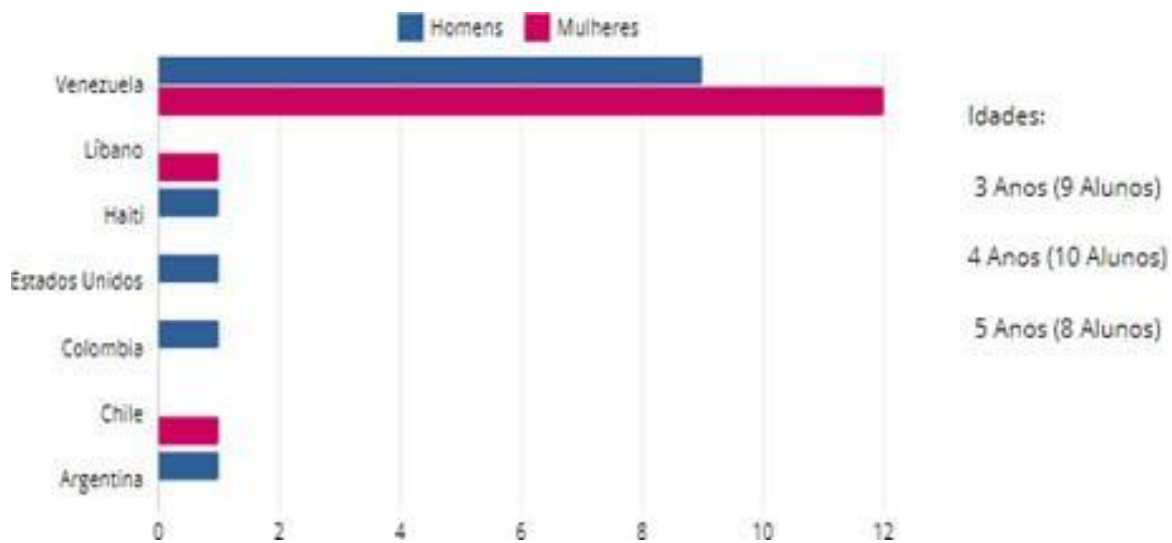
Em 2021, dos 315 imigrantes registrados como residentes em Contagem, 44,4% deles eram haitianos, 30,2% venezuelanos e 14,5% colombianos. Em 2023, até o mês de novembro, os registros daquele ano indicavam para a cidade, 317 imigrantes, sendo 38,2% de nacionalidade venezuelana, 24,6% colombianos e 16,1% de haitianos.

Em relação aos estudantes migrantes, segundo a SEDUC, havia 194 crianças nas escolas municipais de Contagem em 2023 de 16 nacionalidades diferentes. Prevalência de venezuelanos (87), haitianos (41), colombianos (19), bolivianos (12).

O gráfico a seguir apresenta os dados das crianças migrantes matriculados na educação infantil, que abrange a faixa etária relevante à construção desse plano.

⁵ Profa. Dra. Maria Consolação de Castro; Prof. Dr. Duval Fernandes; Mestranda Amanda Balestrini, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de Contagem, Contagem, Minas Gerais, abril de 2024.

Gráfico 4: Crianças Migrantes por Nacionalidade e Gênero, no Município de Contagem – 2023



Fonte: Elaboração Própria (Contagem, SEDUC, 2023)

Para integrar as crianças e os estudantes migrantes existe, desde 2015, na SEDUC o Programa sem fronteiras que presta atendimento aos imigrantes e refugiados no que diz respeito à integração social e garantia do direito à educação.

5 HABITAÇÃO

4.1 Panorama Geral

Destaca-se a infraestrutura urbana robusta, com alto índice de atendimento urbano de água (99,34% com rede de abastecimento em 2022) e gestão eficaz dos resíduos sólidos urbanos (100% com coleta comum e 40% com coleta seletiva), demonstrando compromisso com a sustentabilidade e a qualidade de vida. Por outro lado, os últimos cinco anos trouxeram desafios significativos, como enchentes e epidemias de dengue, que exigiram que o município decretasse situação de emergência ou calamidade.

Apesar de possuir um plano de ocupação e uso do espaço público, que visa organizar a cidade e criar um ambiente mais seguro e agradável para todos, existem oportunidades para melhoria. A priorização clara de espaços específicos para crianças na primeira infância e prioridade nas ações direcionadas à melhoria das condições de moradia das famílias com crianças até seis anos, são ações que podem reforçar ainda mais o empenho de Contagem em oferecer um futuro promissor para as suas crianças.

No município, as regiões de aglomerados subnormais com condições precárias de vida são denominadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). No contexto das 165 ZEIS mapeadas no município, é direcionada atenção especial do Poder Público para garantir melhores condições de vida aos seus moradores, mediando o desafio de conciliar o desenvolvimento urbano com a garantia do bem-estar social, especialmente para as crianças, a parcela mais vulnerável da população.

6 SAÚDE

6.1 Políticas Públicas de Saúde para a Primeira Infância

Para que se alcance a médio e longo prazo uma população mais saudável, plena e com maior capacidade de sustentabilidade, torna-se imprescindível investir na saúde da criança. A Atenção Primária à Saúde (APS), que é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), precisa de uma abordagem centrada na primeira infância. Deve incluir em seu planejamento assistencial, a criança, em parceria com as famílias e diversos outros agentes públicos e privados, reforçando a priorização da infância, considerando sua vulnerabilidade e seu protagonismo no território.

Tendo em vista a necessidade de investir na primeira infância, Contagem conta uma Rede de Atenção à Saúde (RAS) composta por Unidades de Pronto Atendimento (UPA) sendo 1 UPA exclusiva para pediatria, complexo hospitalar, contemplando a maternidade, o centro materno infantil amigo da criança, casa da gestante e puérpera, Central de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Transporte Sanitário, Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) com uma equipe Pediátrica, Centros de Atenção Especializada (CAEs), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) com 1 CAPS infantil, Centro Especializado em Reabilitação tipo IV (CER IV) e Serviços conveniados para o Programa de Intervenção Precoce Avançado (PIPA). Tendo ainda a APS distribuída em 8 Distritos Sanitários (DS) contendo: Unidades Básicas de Saúde (UBS) com Equipes de Saúde da Família (eSF), equipes multiprofissionais (eMulti), farmácias distritais, postos de coleta de exames laboratoriais, Equipes de Saúde Bucal (eSB), Equipe de Consultório na Rua (eCR), Equipes APS Prisional e Salas de Vacina.

A Rede de Atenção à Saúde de Contagem é gerenciada pela Secretaria Municipal de Saúde e possui gestão descentralizada em 8 Distritos Sanitários (DS) que correspondem aos territórios administrativos. Cada Diretoria de Distrito Sanitário possui uma estrutura administrativa e faz a gestão local dos serviços da APS. Na Saúde a população possui concentração e vulnerabilidades que varia com a localização e está distribuída em quantidade disforme entre os DS conforme Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5: Distribuição da População, por Distrito Sanitário, no Município de Contagem-MG, 2024



Fonte: Painel Saúde Contagem – 2024 (Dados populacionais IBGE-2022)

A saúde disponibiliza nos territórios o cuidado à Mulher Gestante e à Criança nos primeiros anos de vida que vão desde o Pré-Natal até a Puericultura, perpassando por ações de prevenção, promoção e de atendimentos multiprofissionais. Tem como porta de entrada a APS, que dispõe de 100% de cobertura com Estratégia de Saúde da Família (ESF) em todos os Distritos Sanitários, o que significa que todos os cidadãos estão sendo alcançados por essa estratégia. Além disso, a APS está interligada a todos os demais componentes da rede através de sistema de regulação e de referência e contra-referência.

A Caderneta da criança é entregue para as mães de crianças que nascem no Centro Materno Infantil (CMI) de Contagem, assim como nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo utilizadas para registro de dados vacinais e de dados antropométricos. Como o Ministério da Saúde não garantiu continuidade no fornecimento, é preciso implementar estratégias para assegurar a regularidade da dispensação e o uso desse recurso fundamental para o acompanhamento do desenvolvimento, assim como da saúde das crianças, e forma que esteja acessível a todos. Mesmo com a distribuição deste instrumento, não se vê o registro ou a utilização do mesmo por todos os setores envolvidos na rede de cuidados à criança.

Dentro da Política Nacional para a Primeira Infância (PNPI) existem diversas ações em andamento na RAS do município, que estão integradas ao cotidiano dos serviços:

- Cadastramento e acompanhamento domiciliar da gestante, criança e famílias, por meio do ACS;
- Atenção ao Pré-Natal, à gravidez de risco habitual, de alto risco e na adolescência;
- Atenção Obstétrica e Neonatal com Alta responsável do Centro Materno Infantil;
- Atenção ao Puerpério;
- Atenção ao Aleitamento Materno;
- Atenção a Alimentação Saudável e Suporte Nutricional Domiciliar;
- Vigilância em Saúde, vacinação e teste do pezinho;
- Controle de Doenças prevalentes na infância e doenças de transmissão vertical;
- Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento;
- Atenção à saúde Mental;
- Atendimento à criança Hospitalizada;
- Promoção de saúde auditiva e ocular;
- Ações de saúde bucal;
- Cuidado com as crianças com deficiência;
- Programa Saúde na Escola (PSE);
- Ações conjuntas intersetoriais.

São realizadas no município, ainda, uma série diversificada de campanhas, programas e ações preventivas direcionadas à saúde na primeira infância. Essas iniciativas abrangem uma ampla gama de áreas essenciais, desde o apoio ao pré-natal até a promoção de hábitos saudáveis e a detecção precoce de condições de saúde. Cada uma dessas ações e campanhas tem um propósito específico e relevante para a saúde e bem-estar das crianças e suas famílias.

Esses serviços visam garantir o bem estar físico das crianças desde o início de suas vidas, na gestação. Destaca-se as duas unidades de saúde na rede pública e uma na rede privada que oferecem serviços

obstétricos, conferindo à comunidade opções diversificadas de atendimento para pré-parto e parto. O Centro Materno Infantil - Maternidade Juventina Paula de Jesus - é referência na atenção ao parto, nascimento e atendimento de alto risco em Contagem, além de promover investimentos constantes para realizar partos cada vez mais humanizados. O Centro Materno Infantil é, ainda, um dos 300 hospitais do país com a certificação de Hospital Amigo da Criança, conferido pelo Ministério da Saúde aqueles que:

“Cumprem os 10 passos para o sucesso do aleitamento materno, instituídos pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Para ser amigo da criança, o hospital deve também respeitar outros critérios, como o cuidado respeitoso e humanizado à mulher durante o pré-parto, parto e o pós-parto, garantir livre acesso à mãe e ao pai e permanência deles junto ao recém-nascido internado, durante 24 horas, e cumprir a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças na Primeira Infância (NBCAL)” (MS, 2024).

É fundamental assegurar a qualidade do atendimento, garantindo acesso a exames essenciais e uma identificação precoce de possíveis riscos à saúde da mãe e do bebê. Nesse sentido, a recente reabertura da Casa da Gestante e Puérpera⁷, em um novo endereço, é uma resposta significativa às demandas por melhorias na infraestrutura. Essa iniciativa visa oferecer um ambiente mais acolhedor e eficiente, proporcionando maior conforto e apoio à saúde materno-infantil em nossa comunidade.

Indo de encontro com a pauta de saúde e direitos de mãe e bebê, é importante trazer para enfoque a Equipe Matricial, composta por representantes das Secretarias de Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos, que desempenha um papel fundamental na coordenação e integração dos cuidados para gestantes, puérperas, e seus recém nascidos. A equipe trabalha para garantir que as gestantes tenham acesso contínuo e coordenado aos serviços necessários, que atenda às necessidades da mãe e do bebê. Por meio da colaboração entre diferentes áreas, a Equipe Matricial ajuda a identificar e resolver rapidamente problemas que possam surgir durante o período gestacional, e na fase do puerpério, fazendo com que tanto as mães, quanto os bebês, tenham seus direitos e bem estar garantidos.

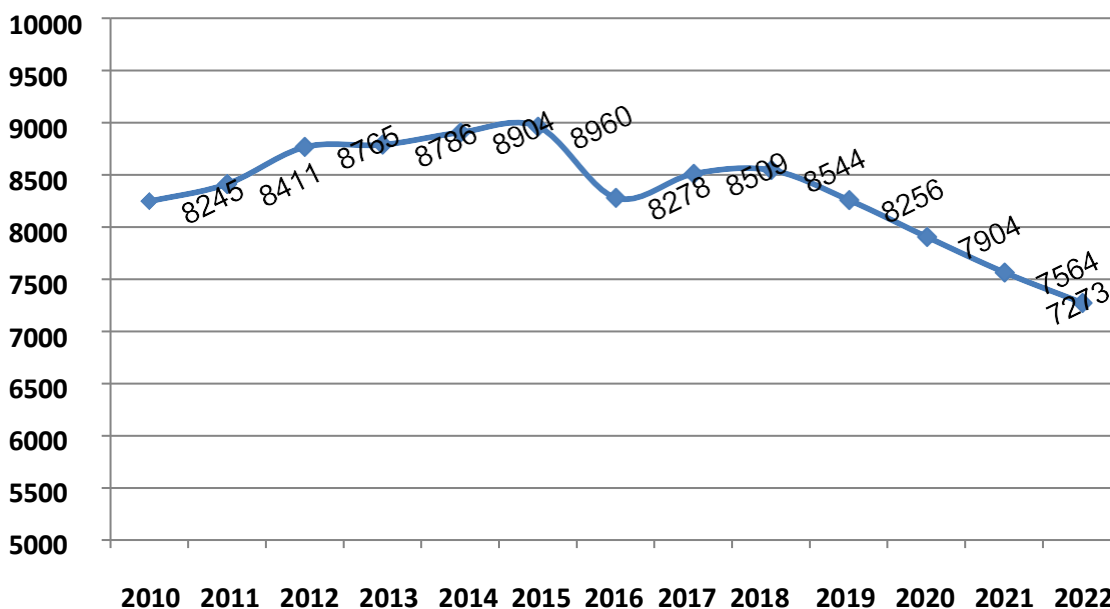
No ano de 2023, mais da metade dos partos foram naturais, representando 53,20% do total de partos registrados, bem como 19 partos domiciliares. Além disso, um expressivo percentual de recém-nascidos, 90%, teve consultas de puericultura agendadas antes da alta da maternidade, indicando um compromisso com o acompanhamento precoce da saúde infantil. A APS vem demonstrando uma melhoria no cuidado contínuo com o desenvolvimento e com o bem-estar das crianças e apresenta um aumento dos atendimentos por meio da puericultura de 32.441 em 2021 para 83.146 em 2022 e 81.710 em 2023 (e-GESTOR, 2024)

Ainda em relação ao ano de 2023, a integralidade das puérperas tiveram acesso ao alojamento conjunto com os recém-nascidos, conforme previsto pela Lei 1.108/2005, que garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), ao passo que 97,18% das gestantes receberam acompanhante durante todo o processo de parto e pós-parto. Destacamos, entretanto, o registro de um falecimento materno nesse mesmo ano, de uma mulher de 30 a 39 anos, de etnia parda e estado civil casada, ressaltando a importância contínua de esforços para melhorar os cuidados de saúde materna e reduzir eventos adversos.

Para orientar e qualificar as ações e os serviços de saúde à primeira infância no território é preciso conhecer os determinantes e condicionantes sociais, de vida e de saúde. Inicialmente, deve-se conhecer a expectativa de nascidos vivos e qual é o comportamento da curva de nascimentos no município. O planejamento das ações estratégicas exige conhecimento da estruturas dos serviços e as

questões que afetam a saúde da criança conforme a seguir:

Gráfico 6 : Total de Nascidos Vivos, por ano, no Município de Contagem-MG, 2010 a 2022



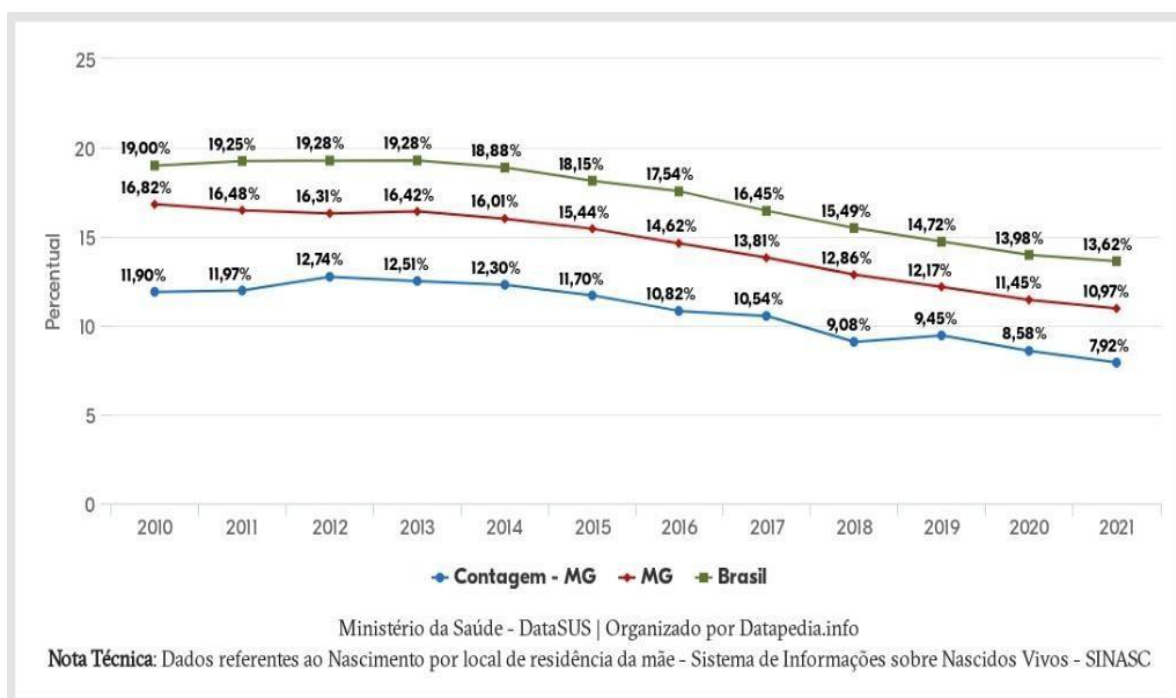
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
8245	8411	8765	8786	8904	8960	8278	8509	8544	8256	7904	7564	7273

Fonte: Dados populacionais IBGE-2022

No Gráfico 6 é possível perceber que o número de nascidos vivos vem decrescendo nos últimos 12 anos, o que altera sensivelmente a curva do crescimento populacional e os demais indicadores que possuem esse dado em seu denominador.

Segundo dados do e-Gestor/SISAB, em 2023, os indicadores de saúde materna revelam que um terço (34%) das gestantes iniciou o pré-natal no primeiro trimestre de gravidez e a vacinação contra o tétano neonatal atingiu 81,85%. Uma proporção significativa de gestantes, representando 12%, encontra-se na faixa etária entre 10 e 19 anos. Esse dado contrasta com a tendência decrescente observada entre 2010 e 2021 e demonstra um aumento notável de aproximadamente 6% no número de gestantes adolescentes.

Gráfico 7: Proporção de Nascidos Vivos de Mães Adolescentes (de 10 a 19 anos), no Município de Contagem-MG

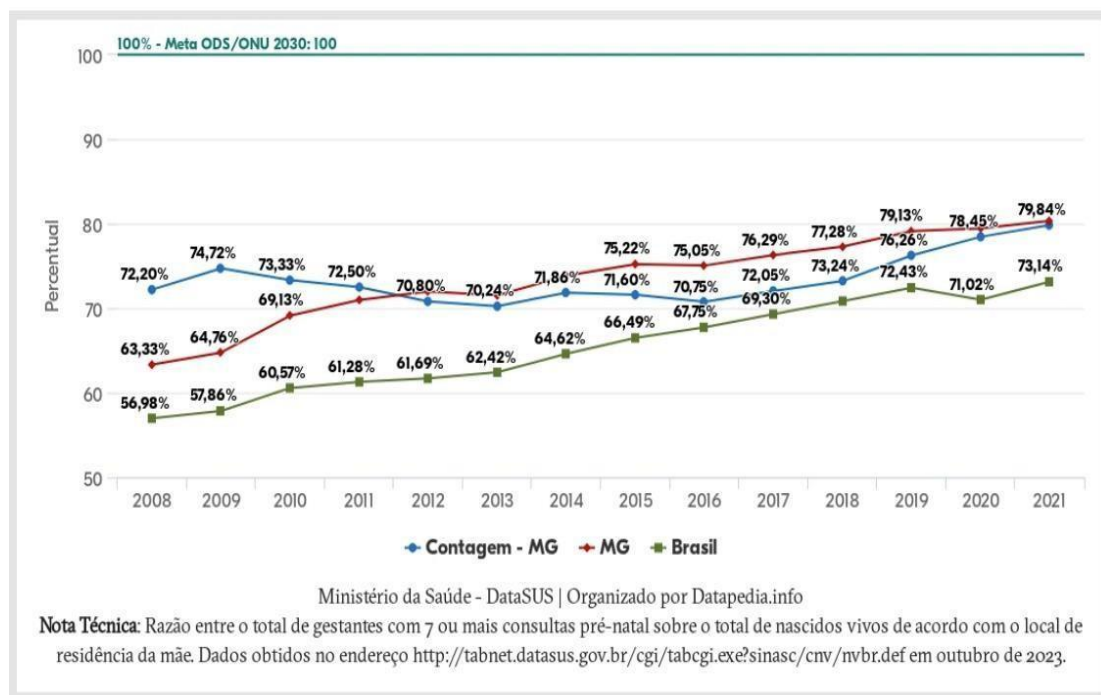


Fonte: MS-DataSUS

A proporção de Nascidos vivos de mães adolescentes, Gráfico 7, demonstra a ocorrência de nascidos vivos em condições de risco associado à idade das mães entre 10 e 19 anos, dividido pelo total de nascidos vivos residentes, multiplicado por 100. Em Contagem esta proporção vem reduzindo para taxas menores que 10%, mas ainda deve ser um indicador relevante para o planejamento das ações em saúde da criança. Condições como prematuridade e o baixo peso ao nascer tendem a ser mais frequentes em nascidos de mães adolescentes e idosas. Com esta proporção é possível identificar crianças de risco, níveis de saúde e de desenvolvimento.

Segundo o Ministério da Saúde, 66% das gestações em adolescentes são indesejadas e acontecem em sua maioria por desinformação, falta de apoio de redes familiares e comunitárias. Independentemente das circunstâncias que levaram à gravidez precoce, ela acarreta consequências tanto para as jovens mães quanto para seus filhos, impactando suas vidas de forma individual e social. Entre essas consequências estão a interrupção precoce dos estudos, os riscos à saúde da mãe e da criança, tais como prematuridade, anemia, aborto espontâneo, eclâmpsia e depressão pós-parto.

Gráfico 8: Proporção de Nascidos Vivos com 7 ou mais consultas de Pré-Natal, no Município de Contagem-MG – 2008 a 2021

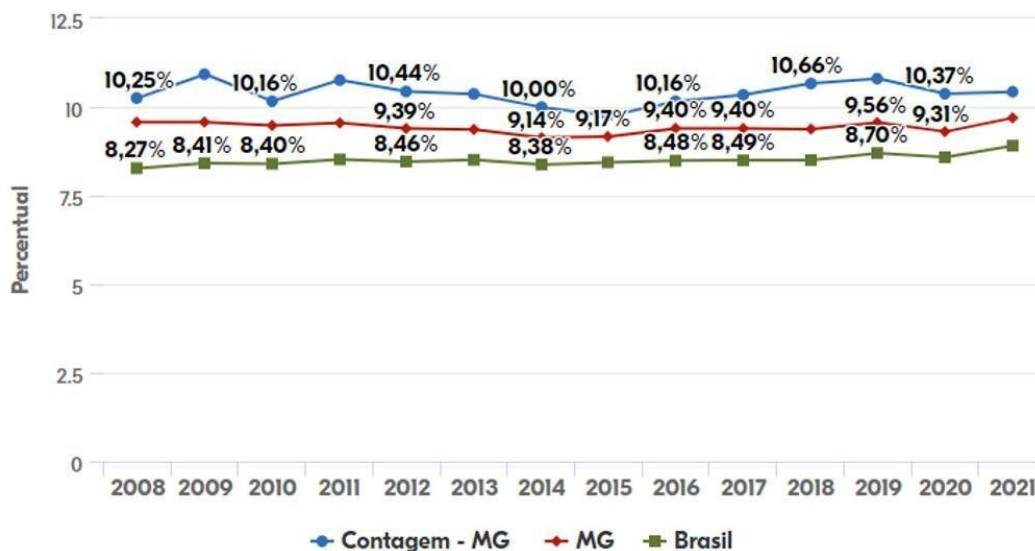


Fonte: MS-DataSUS

A Proporção de Nascidos Vivos com 7 ou mais consultas de Pré-Natal é um indicador que mede a cobertura do atendimento pré-natal nos serviços de saúde, desta forma, a orientação do Ministério da Saúde é de que seja realizado, no mínimo, seis consultas de acompanhamento pré-natal, realizadas por médico ou enfermeiro. Desta forma podemos concluir que em Contagem a cobertura do atendimento pré-natal é considerável e demonstra que os nascidos vivos residentes tiveram, em sua maioria (>70%), conforme Gráfico 8, acesso e assistência pré-natal. Entendendo que os demais indicadores, tais como a mortalidade materna e infantil, são aceitáveis, podemos concluir que o município oferta assistência de qualidade ao pré-natal.

Em contrapartida e entendendo que o Pré-Natal é uma assistência que deve ser ofertada a 100% das gestantes, deve-se ainda voltar grandes esforços para a atenção pré-natal, à captação precoce da gestante e à garantia de 7 consultas ou mais.

Gráfico 9: Proporção de Nascidos Vivos com Baixo Peso ao Nascer, no Município de Contagem-MG –2008 a 2021



Fonte: MS-DataSUS

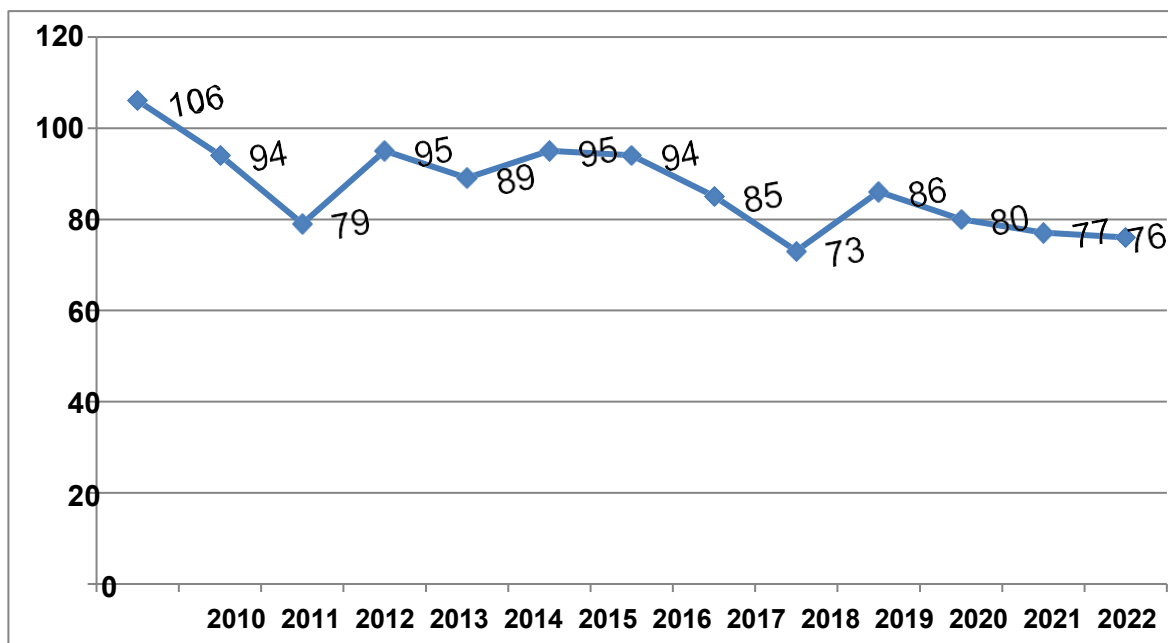
O Percentual de nascidos vivos com peso ao nascer inferior a 2.500 gramas, considera a primeira medida de peso do recém-nascido, devendo ser feita, preferencialmente, durante a primeira hora de vida. Trata-se da medida da frequência (porcentagem) de nascidos vivos de baixo peso, em relação ao total de nascidos vivos, multiplicado por 100.

O baixo peso ao nascer pode ter por causa o retardo do crescimento intra-uterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a morbi-mortalidade neonatal e infantil. É um preditor da sobrevivência infantil, pois quanto menor o peso ao nascer, maior a possibilidade de morte precoce. Valores abaixo de 10% são aceitáveis internacionalmente, embora a proporção encontrada nos países desenvolvidos varie em torno de 6%.

Em Contagem observa-se uma proporção em torno de 10% para esse indicador (Gráfico 9), o que nos coloca no limite pouco acima dos valores aceitáveis. Sendo assim, temos um ponto de atenção importante, já que proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de necessidade de melhoria na assistência materno-infantil.

Precisamos analisar variações territoriais e temporais da proporção de nascidos vivos de baixo peso e apoiar iniciativas orientadas para as intervenções nutricionais e avaliação das condições orgânicas e condutas de risco (tabagismo, alcoolismo e outras) da gestante.

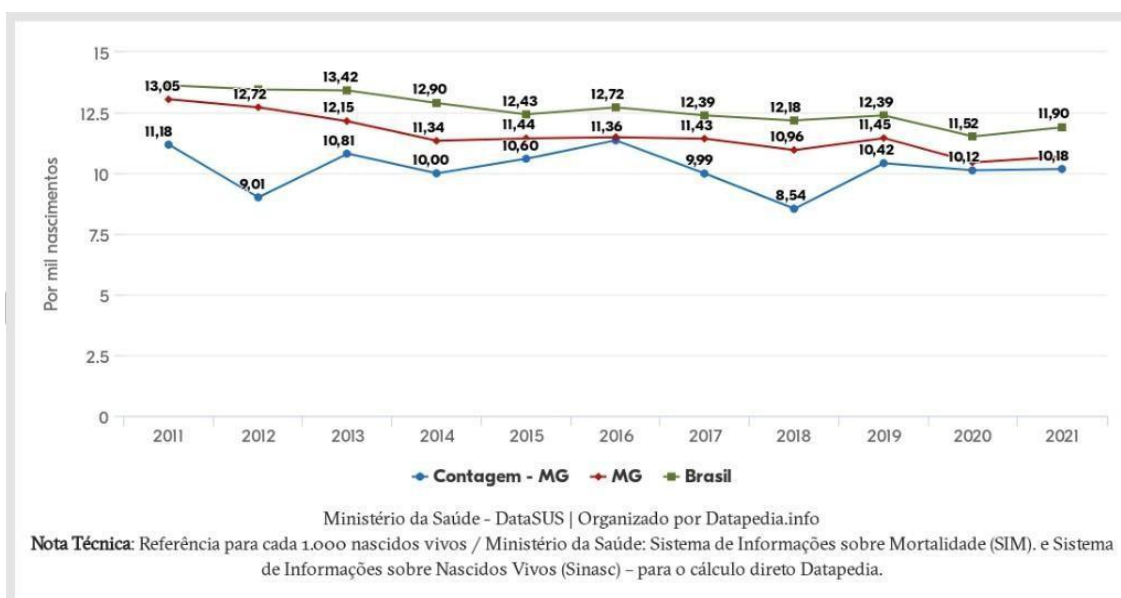
Gráfico 10: Total de Óbitos em Menor de 1 Ano, por ano, no Município de Contagem-MG, 2010- 2022



2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
106	94	79	95	89	95	94	85	73	86	80	77	76

Fonte: Dados populacionais IBGE-2022.

Gráfico 11: Taxa de Mortalidade Infantil, no Município de Contagem-MG, 2010-2021

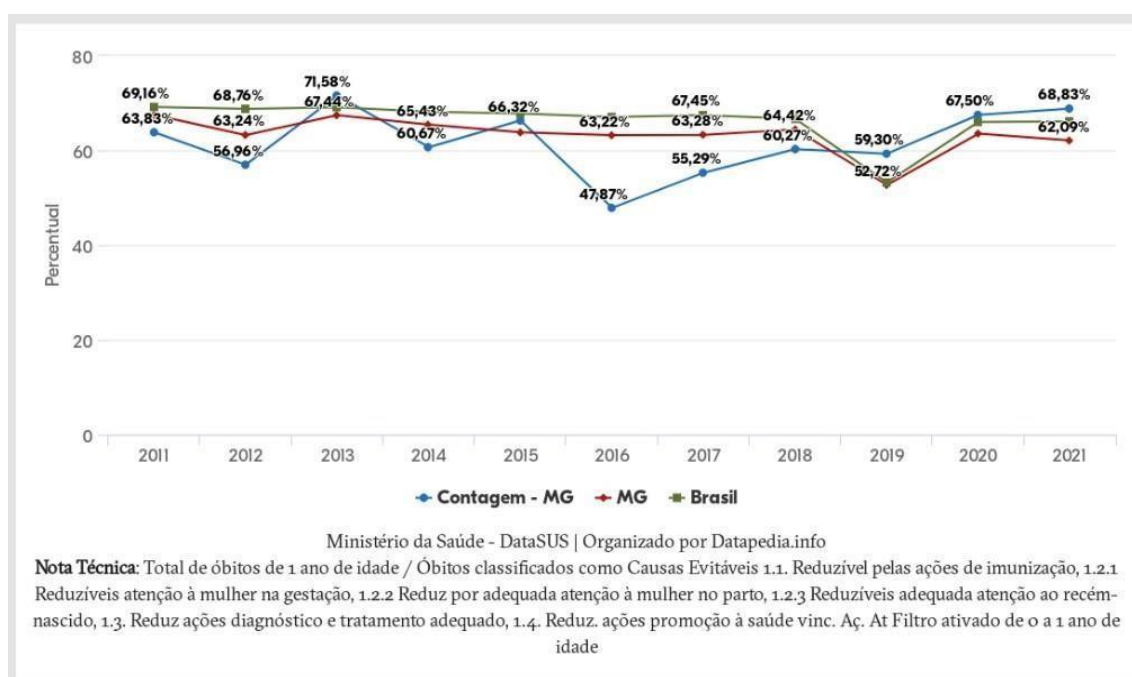


2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
12,86	11,18	9,01	10,81	10,00	10,60	11,36	9,99	8,54	10,42	10,12	10,18

Fonte: MS – DataSUS

A Taxa de Mortalidade Infantil trata do número de óbitos de menores de um ano de idade, dividido pelo número de nascidos vivos, expresso por mil nascidos vivos. Este dado estima o risco de um nascido vivo morrer durante o primeiro ano de vida. São geralmente *altas* (50 ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Em Contagem, nos entre 2010 e 2021, temos um decréscimo no total de óbitos em menores de 1 ano de vida e uma taxa de mortalidade baixa, conforme Gráfico 10. Desta forma pode-se inferir que o município vem atuando nas políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal, ao parto e na saúde infantil no primeiro ano de vida. Mas não se pode deixar de pensar que é preciso avançar em ações para uma redução mais significativa da mortalidade infantil, levando em conta que grande parte dos óbitos podem ser evitáveis.

Gráfico 12: Percentual de Mortalidade Infantil, em Menores de 1 ano, por Causas Evitáveis, no Município de Contagem-MG, 2010-2021



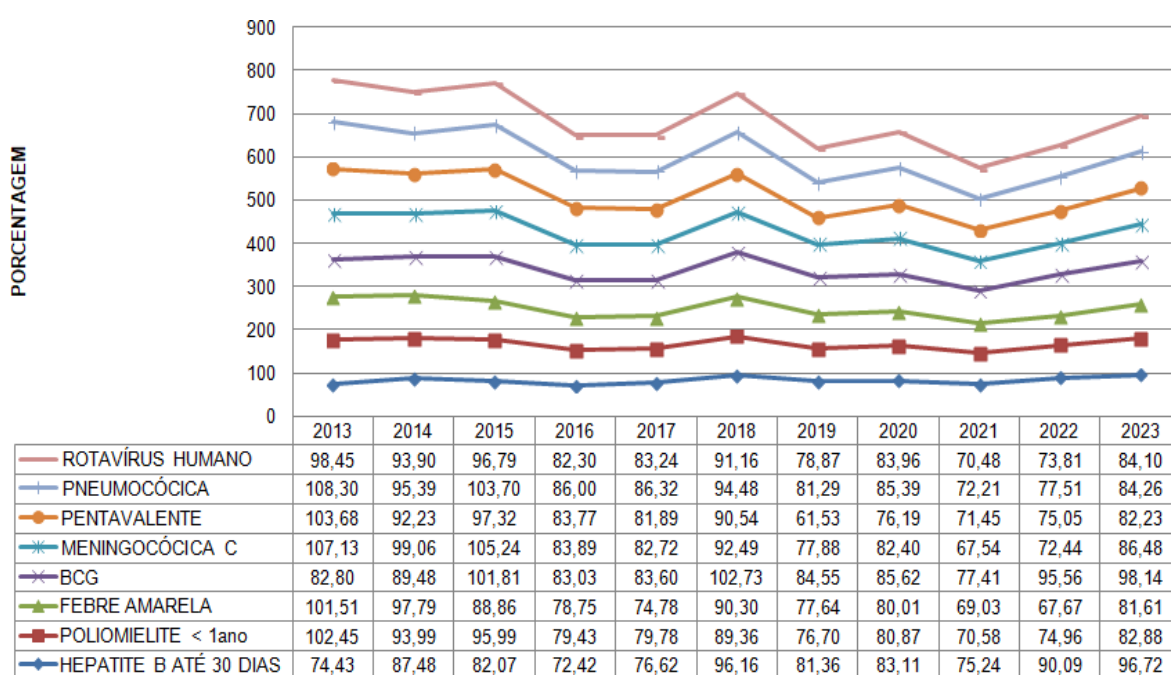
Fonte: MS - DataSUS

O Gráfico 12 demonstra que 68% dos óbitos infantis no município poderiam ser evitados. Entendendo este cenário a Saúde conta com dois comitês muito atuantes: o Comitê Municipal de Investigação Óbito Fetal, Infantil e Materno e o Comitê Municipal de Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites B e C. Ambos possuem subdivisões Distritais. Esses comitês realizam atividades de coleta, produção, análise e divulgação de informações sobre óbitos. Fazem discussões e recomendações para os profissionais de saúde com vistas na redução as taxas de mortalidade infantil e fetal e na melhoria da qualidade da assistência.

6.2 Cobertura Vacinal e Vacinação

A vacinação é essencial para a manutenção da saúde da criança desde o nascimento. É fundamental para o avanço na prevenção, controle, eliminação e erradicação das doenças preveníveis. É preciso entender o processo de imunização, a evolução das coberturas vacinais e o público a ser vacinado. É preconizado que a cobertura vacinal seja maior que 95% e sua evolução em Contagem pode ser vista nos Gráficos 13 e 14 a seguir:

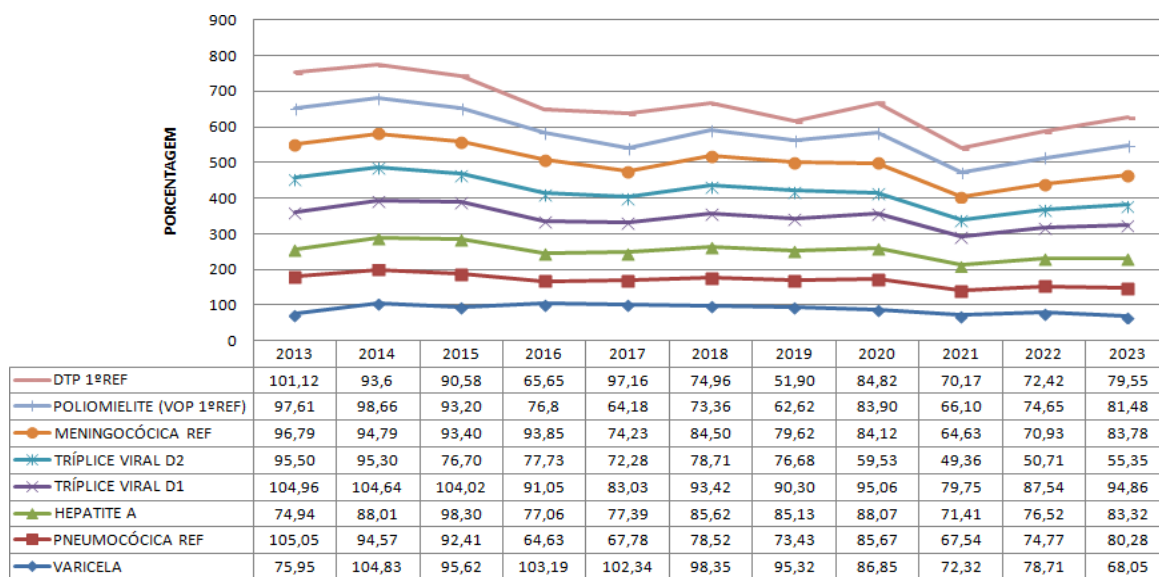
Gráfico 13: Cobertura Vacinal em Menores de 1 ano, no Município de Contagem-MG, 2013-2023



Fonte: MS – SIPNI (2024).

As coberturas das vacinas recomendadas do calendário vacinal para o primeiro ano de vida apresentaram decréscimo com muitas variações, desde 2013. Observa-se que em 2021 houve um decréscimo importante que se justifica pela pandemia de Covid-19 e pela intensificação voltada para vacinação contra a Covid-19. Em 2022 e 2023 observa-se um aumento na cobertura vacinal devido ao retorno da rotina e às ações implementadas no município, mas que ainda estamos distantes da meta vacinal (95%). Entre as vacinas indicadas para menores de 1 ano de idade, a BCG que protege contra tuberculose e a vacina contra Hepatite B foram as que apresentaram crescimento para acima da meta de 95%. Por serem vacinas realizadas ao nascer, em sua maioria no CMI, pode-se deduzir que ofertar a vacina neste local é estratégico, garante acesso e efetividade.

Gráfico 14: Cobertura Vacinal em Crianças de 1 ano, no Município de Contagem-MG, 2020-2023



Fonte: MS – SIPNI (2024).

Para as crianças com um ano de idade, os imunizantes estratégicos como: hepatite A, poliomielite, pneumocócica, meningocócica, DTP (difteria, tétano e coqueluche) e tríplice viral 1ª dose e 2ª dose (sarampo, caxumba e rubéola) registraram aumento de cobertura. Exceto a vacina varicela que houve falta de disponibilidade por um período de 2023. Mesmo com aumento é importante ressaltar que ainda não alcançamos a meta de 95% preconizada pelo PNI.

É preciso intensificar as ações para continuar no caminho da reversão da queda das coberturas vacinais que o município enfrenta, que é um reflexo do cenário que Brasil enfrenta desde 2016. Para superar as dificuldades relacionadas a imunização deve-se elaborar estratégias locais viáveis e adaptadas à primeira infância, à estrutura de saúde e à realidade de cada território.

6.3 Segurança Alimentar e Nutrição Adequada

Em uma sociedade marcada por disparidades socioeconômicas e complexas questões alimentares, garantir a segurança alimentar e a nutrição adequada para todas as crianças se torna um imperativo e um desafio para o futuro. No âmbito municipal, a garantia do aleitamento materno, o combate à desnutrição e à obesidade infantil exigem ações intersetoriais e abrangentes para garantir o desenvolvimento pleno e saudável das crianças (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, 2004).

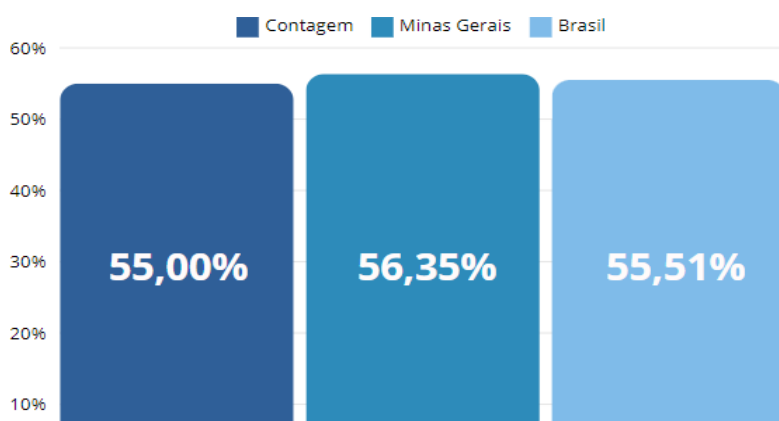
Pensar em Alimentação Saudável passa inicialmente pelo Aleitamento Materno exclusivo até o 6º mês de vida enfatizando os 10 passos para a alimentação saudável, com foco no vínculo e na redução da mortalidade infantil. O alimento mais adequado para a nutrição de um bebê nos primeiros 6 meses de vida é o leite materno. Exige acompanhamento sistemático das equipes de saúde em parceria com as famílias e os demais setores públicos e privados. Quanto mais alto o índice de aleitamento materno, mais benéfico para a comunidade local.

A taxa de prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de 6 meses é o percentual de crianças residentes de 0 a 6 meses que estão sendo alimentadas exclusivamente com leite materno. O

conceito de aleitamento materno exclusivo pressupõe que a criança receba apenas o leite materno, sem adição de água, chás, sucos e outros líquidos ou sólidos (exceto gotas ou xaropes de vitaminas, suplementos minerais ou outros medicamentos). Até os 6 meses, a OMS considera este indicador muito bom na faixa de 90 a 100%, bom de 50 a 89%, razoável de 12 a 49% e ruim de 0 a 11%.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) tem seus dados compostos por informações alimentadas em plataforma própria pelo Sistema de Informação da APS e pelo no sistema de gestão do Programa Bolsa Família. Traz informações importantes para análise e acompanhamento do estado nutricional de bebês e crianças que podemos ver a seguir:

Gráfico15: Taxa de Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo em menores de 6 meses, Contagem-MG, 2023

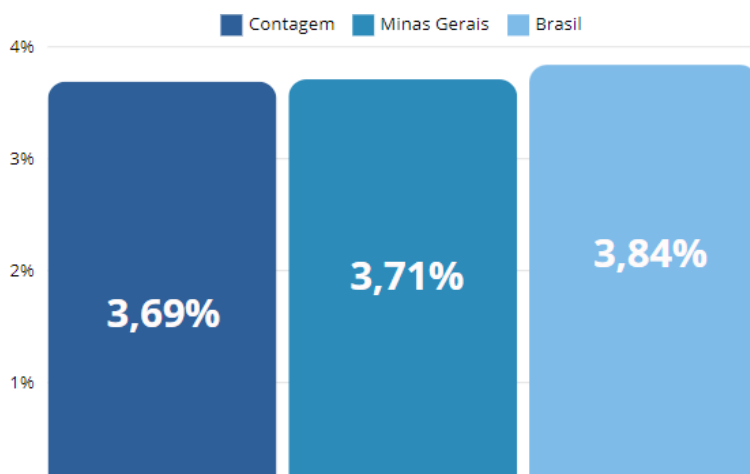


Fonte: SISVAN (2023).

Em Contagem, podemos observar no Gráfico 15, que o indicador bom (55,51%) demonstra que a prática do aleitamento materno exclusivo ao longo dos primeiros seis meses de vida é frequente, o que favorece às condições gerais de saúde e de nutrição da população infantil, sugerindo sua potencial resistência a infecções. Entende-se também que é preciso buscar medidas oportunas de intervenção para que a maioria das crianças, entre 90% e 100%, seja mantida em aleitamento materno até completar seis meses de vida.

O Percentual de baixo peso na idade de 0 a 5 anos visto no Gráfico 16, demonstra o número de crianças possivelmente afetadas pela desnutrição, condição que, além de comprometer o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, impacta negativamente no seu aprendizado, produtividade e qualidade de vida futura (Caetano et al., 2010). As raízes da desnutrição são complexas e multifacetadas, entrelaçando fatores socioeconômicos, acesso precário à alimentação adequada e práticas alimentares inadequadas (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, 2006). Observamos que Contagem se destaca positivamente neste cenário, apresentando um índice de crianças com baixo peso inferior aos índices estaduais e nacionais.

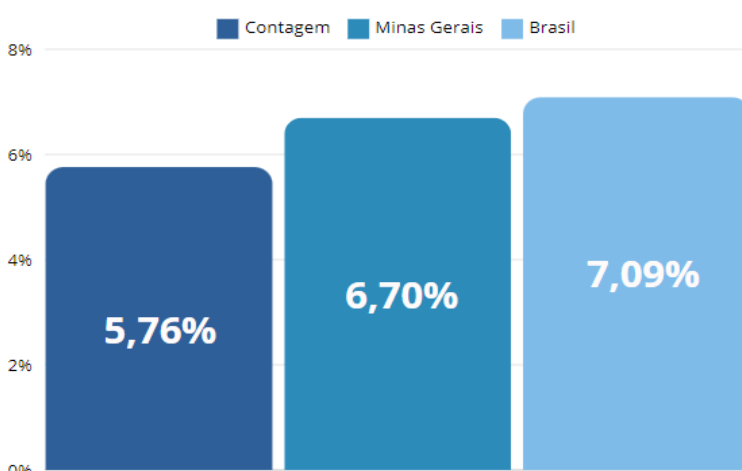
Gráfico 16: Percentual de Baixo Peso em crianças de 0 a 5 anos, no Município de Contagem- MG, 2023



Fonte: SISVAN (2023)

Em contrapartida, os índices de peso elevado em crianças de 0 a 5 anos vistos no Gráfico 17, trazem alertas acerca da obesidade infantil, condição frequentemente resultado de uma combinação de fatores como padrões alimentares inadequados e falta de atividade física, abre portas para o desenvolvimento de doenças crônicas como diabetes. (Cavalcante et al., 2006). Nesse sentido, pode-se notar que, novamente, o município de Contagem se destaca, quando em comparação aos dados relativos ao Estado de Minas Gerais e a Federação, com indicadores reduzidos de peso elevado na primeira infância.

Gráfico 17: Percentual de Peso Elevado em crianças de 0 a 5 anos, no Município de Contagem-MG, 2023



Fonte: SISVAN (2023).

Em um contexto onde a nutrição adequada é vital para o desenvolvimento saudável das crianças, medidas eficazes são fundamentais para garantir sua segurança alimentar e nutricional. As Equipes de Saúde da Família (ESF) desempenham um papel fundamental nesse aspecto, fornecendo orientação nutricional que promove hábitos alimentares saudáveis e adequados à faixa etária das crianças

(Pastoral da Criança, 2023). Além disso, a RAS oferece Suporte Nutricional Domiciliar com fornecimento de fórmulas alimentares por via oral ou enteral, para tratamento de patologias específicas como: Alergias e intolerâncias alimentares, doenças neurodegenerativas e para impossibilidade de amamentação como nos casos de mães com HIV.

Além disso, é essencial aprimorar a qualidade das opções alimentares oferecidas em creches e escolas primárias. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, 2024) reconhece essa importância e, em Contagem, é parte da Política garantir a oferta diária de merenda em todas as suas instituições de educação infantil. Também é prioridade do município a restrição de venda de alimentos potencialmente prejudiciais à saúde da criança, conforme demonstra a Portaria nº 77 formulada de maneira conjunta entre a Secretaria de Educação e a Fundação de Ensino de Contagem, em 06 de dezembro de 2022, que versa sobre essa proibição em todas as unidades públicas de educação no município.

Ainda que Contagem possua iniciativas e programas que estimulam a agroecologia, a economia solidária e a agricultura familiar, durante o desenvolvimento desse diagnóstico não foi possível aferir as informações sobre essas iniciativas em sua integralidade. Mais uma vez identifica-se a necessidade de maior qualificação dos dados produzidos e obtidos para que, conhecendo o que é desenvolvido no território, possam ser potencializadas as ações.

No cenário descrito, a desnutrição infantil e a obesidade são desafios complexos que exigem uma abordagem abrangente e coordenada, envolvendo Políticas Públicas, serviços de saúde, educação e a comunidade em geral.

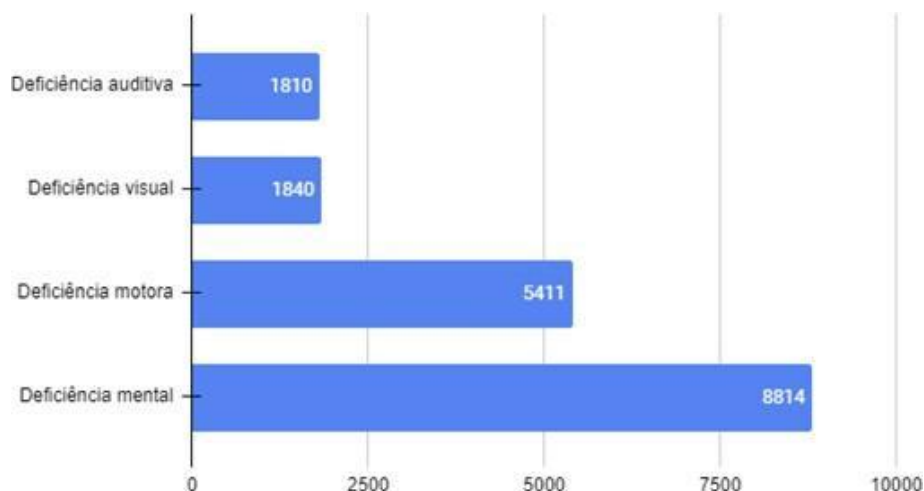
6.4 Crianças com Deficiências

Os dados da Secretaria de Educação revelam a presença de 2.224 crianças e estudantes com deficiência. Deste total, 1.501 possuem Transtorno do Espectro Autista⁸ (TEA); 143 apresentam deficiência física, 48 possuem deficiência visual, 34 têm deficiência auditiva, 142 têm deficiências múltiplas e 197 apresentam deficiência intelectual. Entre essas, 634 são crianças de até 5 anos e 11 meses com deficiência, e 339 estão inseridas em programas de atendimento especializado para crianças com necessidades educacionais especiais na rede própria, bem como na rede parceira.

⁸ De acordo com a Lei 12.764/2012, pessoa com transtorno do espectro autista, que para todos efeitos legais é considerada pessoa com deficiência, aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Gráfico 18: Atendimentos para crianças de 0 a 6 anos, por tipo de deficiência, no Município de Contagem-MG, 2023

Fonte: Contagem/SMS/SISTEMA VIVVER/e-SUS

Os dados apresentados no Gráfico 18 refletem o número de atendimentos para crianças entre 0 a 6 anos de vida, no ano de 2023, por deficiência. Não demonstra a quantidade de crianças com deficiência atendidas e sim os tipos de deficiências contempladas, entendendo que uma criança pode ter mais de uma deficiência ou ter tido vários retornos à consulta neste ano. Observa-se que há uma demanda para o município de acompanhamento e cuidado com esse público.

O município disponibiliza avaliação e estimulação precoce através de atendimentos de forma integral (corpo, mente e social) e integrada (saúde, educação, assistência social e trabalho) para que pessoas com deficiência possam alcançar melhor desenvolvimento e estarem presentes na sociedade de forma ativa e participativa. Uma das parcerias atualmente estabelecidas através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), que constituem parcerias de caráter temporário, é com o Programa de Intervenção Precoce Avançado (PIPA), que dá suporte às pessoas com deficiência e suas famílias. O PIPA realiza o acompanhamento multiprofissional de bebês prematuros, de alto e médio risco, com alterações nos marcos do desenvolvimento ou síndromes, sequelas neurológicas, ou patologias diagnosticadas que possam acarretar alguma deficiência, ou ainda com algum risco psicossocial.

Inclui-se, nos serviços ofertados pelo município, o Centro Especializado em Reabilitação Antônio de Oliveira (CER IV), que atende, em média, 1800 usuários por mês, com profissionais especializados, oferecendo serviços de habilitação e reabilitação mais amplos à pessoas com deficiência intelectual, física, auditiva, visual e múltiplas deficiências. Com técnicas inovadoras e equipamentos modernos, o trabalho realizado tem como base a perspectiva biopsicossocial do sujeito. Essa perspectiva engloba uma visão sistêmica e contextualizada e exige avaliação multifatorial do indivíduo, suas especificidades, seu comportamento em relação a elas e o contexto social, familiar e cultural. É oferecido um atendimento individual, em grupo e acompanhamento às famílias, com abordagem transdisciplinar e conta com profissionais das especialidades de Neurologia, Psiquiatria, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Clínica Médica, Enfermagem, Fonoaudiologia, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Assistência Social, Nutrição e Pedagogia, entre outras.

Outro serviço ofertado pelo poder público é o Serviço de Transporte Especial para Pessoas com Deficiência Física com Alto Grau de Comprometimento – Sem Limite, tem como objetivo o transporte de pessoas com deficiência física com alto grau de comprometimento na sua mobilidade, na

modalidade compartilhada, que residam no Município de Contagem e destina-se aos atendimentos escolares e de saúde ofertados por instituições do Município.

Algumas praças do município possuem brinquedos adaptados para possibilitar o lazer e diversão das crianças com deficiência. Além disso, o município, comprometido com a promoção da inclusão e conscientização desde a primeira infância, realiza também, campanhas como o Abril azul, que destaca tanto o mês de conscientização do autismo, como também o dia internacional da síndrome de Down, promovendo eventos educativos, culturais e esportivos que envolvem e valorizam a participação de todos, reforçando o compromisso da cidade com uma sociedade mais inclusiva e igualitária desde os primeiros anos de vida.

7 EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação é responsável por garantir o acesso à creche e à pré-escola de qualidade. Isso envolve a expansão da oferta de vagas em instituições de educação infantil próprias e também instituições de educação infantil parceiras do município, bem como a realização de formações referentes às práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças de 0 a 6 anos.

A creche se configura como uma poderosa aliada no desenvolvimento infantil, especialmente para crianças de famílias em situação de vulnerabilidade. Reconhecendo seu papel crucial, o Plano Municipal de Educação de Contagem (PME), Lei nº 4737, de 24 de junho de 2015, estabelece a meta de matricular 50% das crianças entre 0 e 3 anos até 2024, já alcançada no município por meio do cadastramento escolar. Através de um planejamento estratégico e contextualizado, a creche pode se tornar um instrumento de justiça social e igualdade de oportunidades, promovendo o desenvolvimento pleno de todas as crianças e reduzindo as geometrias da desigualdade social.

O PME propõe, ainda, a meta de universalizar o acesso à pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos. Essa iniciativa visa promover a igualdade de oportunidades, além de reduzir as desigualdades estruturais e garantir que todas as crianças tenham acesso a um ensino de qualidade, desde a tenra idade.

A pré-escola se configura como um pilar fundamental para o desenvolvimento infantil, proporcionando um ambiente que contribui para a ampliação das habilidades cognitivas, sociais e emocionais que corroboram diretamente na construção de aptidões essenciais para o futuro das crianças.

Reconhecendo a importância do acesso universal à pré-escola, bem como a função protetiva das creches, Contagem atende 100% das crianças de 4 e 5 anos cadastradas, desde 2016 e 68% das crianças de 0 a 3 anos. Nos últimos três anos, Contagem investiu mais de R\$ 22 milhões na construção de novos Centros Municipais de Educação Infantil (Cemeis), expandindo significativamente a oferta de vagas para a primeira infância.

Em 2022, cinco novas unidades tiveram suas obras iniciadas nas regionais Ressaca, Nacional, Sede e Riacho, bem como três novas unidades já foram inauguradas no primeiro semestre de 2024, e duas estão em fase de conclusão de obras, beneficiando aproximadamente mil crianças com acesso à educação de qualidade na primeira infância.

A rede de educação infantil conta, atualmente, com 44 Cemeis, 4 anexos, 24 turmas vinculadas e 23 creches parceiras, totalizando 95 unidades, capazes de absorver 14850 crianças. Cada Cemei é planejado para garantir o bem-estar das crianças, com ambientes lúdicos e seguros que estimulam o desenvolvimento integral. As unidades contam com infraestrutura moderna e equipe pedagógica qualificada, proporcionando um ensino de excelência desde os primeiros anos de vida. No município, o atendimento em horário integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses acontece em instituições da rede parceira e, em Cemeis, o atendimento acontece em horário parcial.

Além das inaugurações, alguns Cemeis foram contemplados com recursos destinados à realização de obras, manutenções e reparos, visando garantir uma educação com mais conforto e segurança. Um exemplo é o Cemei Jardim Eldorado, que passou por uma reforma completa e atende cerca de 216 crianças.

Imagem 7: Janine Moraes/PMC



Comprometida com a valorização e inclusão, a Prefeitura de Contagem entrega anualmente a todas as crianças matriculadas, o kit escolar contendo materiais pensados criteriosamente para favorecer o seu desenvolvimento e o kit de uniforme, que além de identificar o espaço que a criança frequenta, colabora com a segurança além dos muros das escolas.

Outras ações realizadas pela Secretaria de Educação são:

- Projeto Além dos Muros: ação do programa de educação integral e integrada do Município de Contagem, que promove vivências de situações fora do ambiente escolar, possibilitando a realização de investigações e descobertas pelas crianças;
- Aquisição e entrega de tablets aos Cemeis: ampliando assim a vivência das crianças no uso de tecnologias digitais.
- Oferta do curso Leitura e Escrita na Educação Infantil- LEEI: desde 2021 oferece o LEEI para trabalhadoras da Educação Infantil, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;
- Em 2024 adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com a oferta de novas turmas do LEEI;
- Percurso formativo para as pedagogas visando a continuidade das ações do LEEI, discutindo a transversalidade da linguagem escrita nas práticas pedagógicas;
- Encontro formativo com as pedagogas novatas mensalmente para qualificar a prática pedagógica;
- Verba para aquisição de livros: cada Cemei recebeu 5 mil reais para adquirir livros literários de qualidade para compor seus acervos;
- Entrega de brinquedos espumados e playgrounds a todas as unidades de Educação Infantil.

8 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em Contagem, a Proteção Social Básica para crianças de até 6 anos se destaca pelo atendimento especializado e programas de acompanhamento familiar. Em 2023, o município conta com 1 núcleo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), atendendo 20 crianças, sendo 10 delas de 0 a 2 anos, e 10 de 3 a 6 anos. Já o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) acompanha 260 crianças. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante apoio financeiro a 0,44% das crianças de até 6 anos residentes no município.

Além disso, das 23.460 famílias, com crianças de 0 a 6 anos, cadastradas no CadÚnico, 17.957 estão inseridas no Programa Bolsa Família.

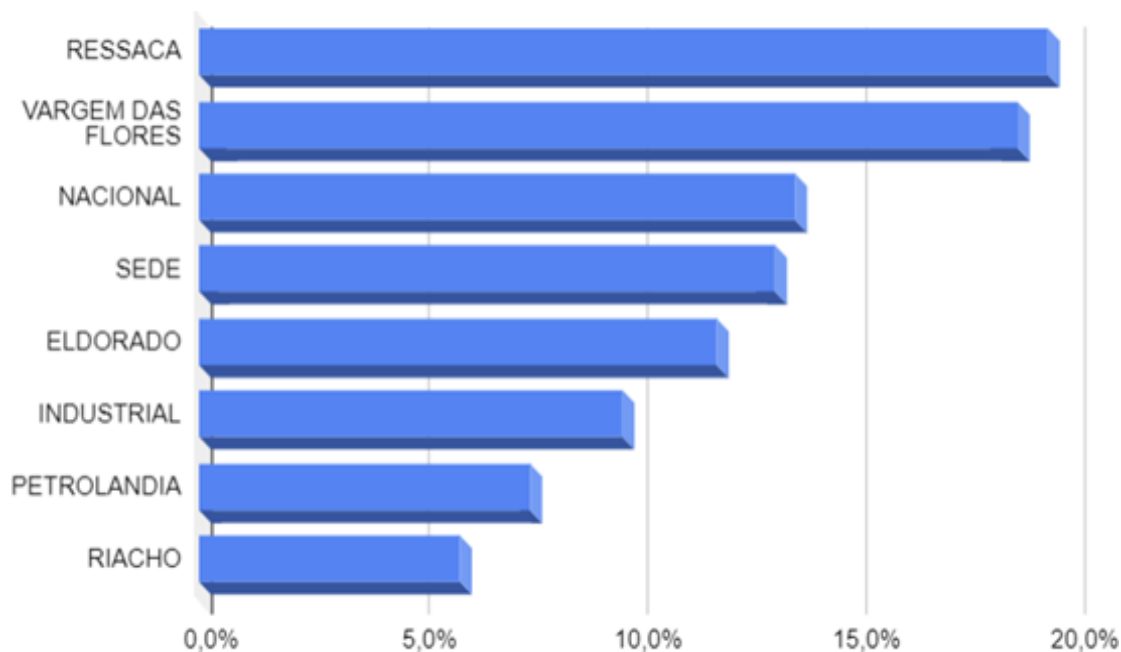
O Cadastro Único (CadÚnico) desempenha um papel fundamental como a porta de entrada para vários programas sociais no Brasil, tornando-se um indicador crucial da situação de vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos. Ao se inscrever no CadÚnico, é possível avaliar a proporção de crianças em situação de vulnerabilidade em relação ao total na região, fornecendo informações essenciais para a formulação de políticas públicas direcionadas e o monitoramento do impacto das ações já em vigor. Além disso, o número de crianças de 0 a 6 anos inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família permite observar a proporção do programa Bolsa Família em relação ao total de crianças no cadastro único e ao total de crianças de 0 a 6 anos na localidade, veja Tabela 4.

Tabela 4: Distribuição das crianças de 0 a 06 anos cadastradas no CadÚnico

REGIONAL	0 a 3 anos	%	4 a 6 anos	%	Total geral	%
RESSACA	2394	19,80%	2615	19,10%	5009	19,40%
VARGEM DAS FLORES	2246	18,50%	2584	18,90%	4830	18,70%
NACIONAL	1682	13,90%	1832	13,40%	3514	13,60%
SEDE	1550	12,80%	1847	13,50%	3397	13,20%
ELDORADO	1446	11,90%	1607	11,70%	3053	11,80%
INDUSTRIAL	1146	9,50%	1351	9,90%	2497	9,70%
PETROLANDIA	904	7,50%	1049	7,70%	1953	7,60%
RIACHO	740	6,10%	793	5,80%	1533	5,90%
Total geral	12108	100,00%	13678	100,00%	25786	100,00%

Fonte: Dados Próprios (Registro de Atendimento Assistência Social).

Gráfico 19: Crianças de 0 a 6 anos, Cadastradas no CadÚnico, por Regial Administrativa, no Município de Contagem-MG – 2023

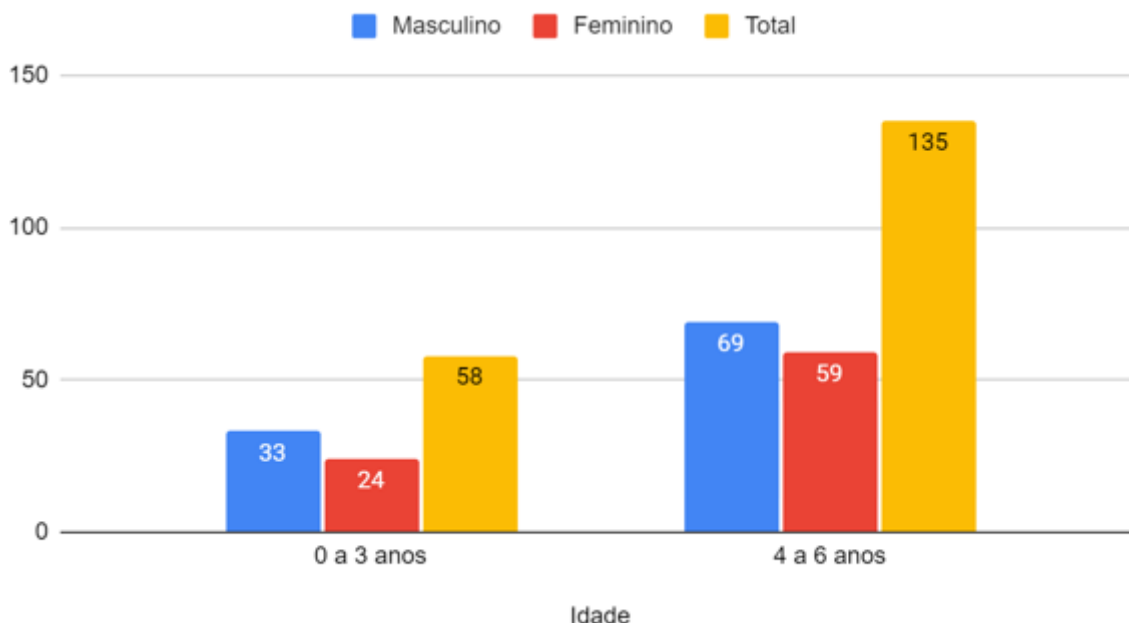


Fonte: Dados Próprios (Registro de Atendimento Assistência Social)

Já a Proteção Social Especial (Alta Complexidade) para a primeira infância, em especial o Serviço de Acolhimento Institucional, conta com o acolhimento de 20 crianças em instituições especializadas. Embora o acolhimento institucional seja crucial em casos de urgência e necessidade, modalidades como o acolhimento em famílias acolhedoras, ainda inexistente no município, são possibilidades que permitem oferecer às crianças um ambiente mais próximo ao vivenciado no âmbito familiar, promovendo o vínculo afetivo, o desenvolvimento social e contribuindo para a desinstitucionalização do acolhimento.

Os dados a seguir são referentes aos casos de violação de direitos de crianças entre 0 e 6 anos, acolhidos pelo Sistema de Assistência Social do município de Contagem, no ano de 2023. De acordo com os dados, observa-se uma maior incidência de casos de violação em crianças de 4 a 6 anos, em comparação com as crianças de 0 a 3 anos. Isso pode ser explicado pelas habilidades de comunicação mais desenvolvidas das crianças mais velhas e pelo fato de frequentarem a pré-escola, que tem atendimento obrigatório, ao contrário das creches. Esses fatores podem facilitar a identificação de possíveis violências e o conseqüente registro de denúncias.

Gráfico 20: Crianças de 0 a 6 anos Vítimas de Violação de Direitos, por faixa etária, no Município de Contagem-MG - 2023

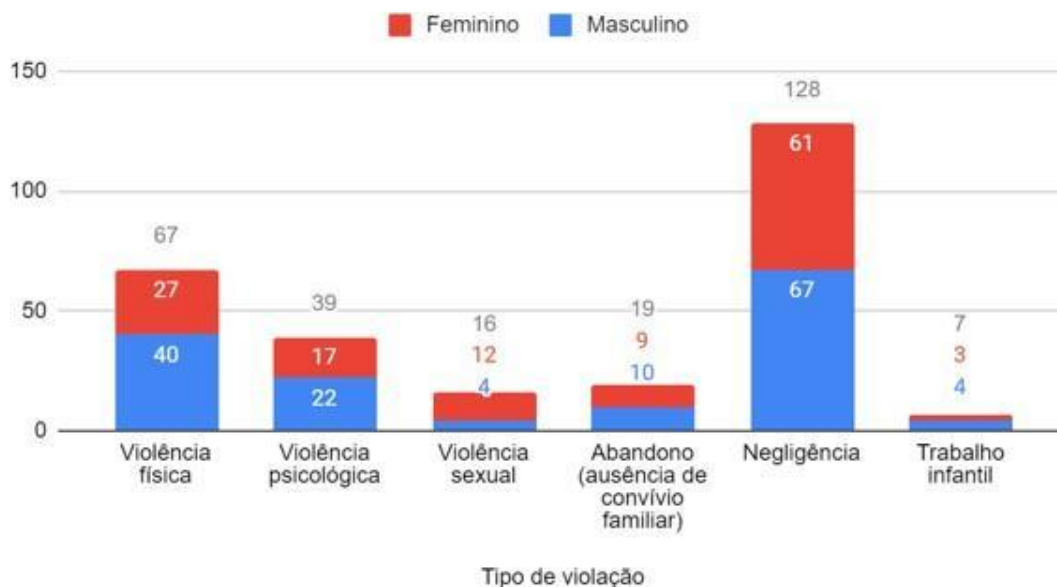


Fonte: Dados Próprios (Registro de Atendimento Assistência Social)

Conforme demonstrado no gráfico, os dados sobre as violações enfrentadas por meninos e meninas de até 6 anos destacam uma clara predominância de casos relacionados à negligência, em comparação com outras formas de violação. Além disso, há uma diferenciação de gênero notável no que diz respeito à violência sexual, com as meninas sendo três vezes mais afetadas do que os meninos, diferentemente dos outros tipos de violação, onde existe certa paridade de ocorrência por gênero.

Como exemplo na luta contra a negligência e outros tipos de violência, é essencial destacar o Núcleo Intersetorial de Prevenção à Violência, criado em 8 de agosto de 2022. Este núcleo concretiza ações voltadas para a prevenção e enfrentamento dessas violações, com foco em ações educativas e de sensibilização, além de intervenções diretas em casos identificados. Ele é composto por representantes das áreas de saúde, educação, desenvolvimento social, direitos humanos, cultura, esporte, juventude, defesa social, delegacia especializada de atendimento à mulher e polícia militar.

Gráfico 21: Tipos de Violação de Direitos Sofrida por Crianças de 0 a 6 anos, por sexo, no Município de Contagem-MG – 2023.



Fonte: Dados Próprios (Registro de Atendimento Assistência Social)

A questão da violência sexual é uma preocupação persistente no Brasil, como evidenciado pelos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023. O ano de 2023 traz o maior número de estupros da história do país, sendo 6 a cada 10 vítimas desse tipo de crime são crianças de até 13 anos que tem como agressores familiares ou conhecidos. Mais especificamente, assim como verificado nas estatísticas do município, temos a prevalência de meninas, sendo essas 88,7% das vítimas a nível nacional.

Imagem 8: Número de estupros

MAIOR NÚMERO DE ESTUPROS DA HISTÓRIA

74.930 vítimas
crescimento de **8,2%**
em relação a 2021

18.110 estupros | **56.820** estupros de vulnerável

QUEM SÃO AS VÍTIMAS

88,7% sexo feminino

11,3% sexo masculino

56,8% negras | **0,5%** indígenas

42,3% brancas | **0,4%** amarelas

ONDE OCORREM

68,3%
na residência da vítima

9,4%
em vias públicas

PRINCIPAIS VÍTIMAS SÃO CRIANÇAS

61,4% tem entre **0 e 13 anos** de idade

10,4% tem menos de **4 anos**

AGRESSORES CONHECIDOS

Vítimas de 0 a 13 anos

86,1% são conhecidos | **64,4%** familiares

Vítimas de 14 anos e +

77,2% são conhecidos | **24,3%** de autoria de parceiros ou ex-parceiros íntimos

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023

Considerando o panorama acima, bem como entendendo que existe no Brasil como um todo uma subnotificação sistemática de casos de violência sexual, conforme estudo do IPEA⁹ que aponta apenas 8,5% dos estupros no Brasil como reportados às polícias e 4,2% pelos sistemas de informação da saúde, é urgente pensar a prevenção à esse tipo de violação. Dentre outras formas de prevenção, a educação das crianças, de forma que sejam capazes de reconhecer as violências sofridas, segue sendo uma das mais importantes:

“(…) é comum que a criança não tenha sequer capacidade de reconhecer o abuso sofrido, seja pela falta de conhecimento sobre o tema ou pelo vínculo com o agressor. Isto porque é compreensível que a criança tenha algum sentimento de amor ou mesmo lealdade pelo agressor, já que em geral o abuso é praticado por pais, padrastos, avôs e outros familiares (Conte, Simon, 2021). Além disso, o abusador tende a manipular a criança com ameaças ou subornos, o que garante o silêncio da vítima (ibidem). Por fim, o sentimento de culpa ou mesmo vergonha costuma estar presente na criança, que acaba por não revelar nada a familiares.”

Apesar dos altos números de denúncias de violência a nível nacional, a subnotificação das violências contra crianças e adolescentes é, no geral, uma realidade brasileira, conforme informações de Sofia Reinach, gerente de projetos da Organização da Sociedade Civil Vital Strategies, em um seminário realizado pela Comissão de Legislativa Participativa no ano de 2023. Em consonância com essa realidade, a análise dos dados encaminhados pela Assistência Social, ainda de acordo com a Imagem 8, sugerem uma subnotificação dos casos de trabalho infantil, uma preocupação prioritária na agenda do município.

No que tange as questões ligadas ao universo do trabalho, o trabalho infantil apresenta-se de forma velada e subnotificada, o que acarreta além da violação de direitos, danos no processo de desenvolvimento cognitivo, psicológico, expondo as crianças à situações de adoecimento. Para lidar com essa questão, Contagem estabeleceu a Comissão Municipal Permanente de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (COMPETI), criada especificamente com a finalidade de monitorar o cumprimento do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e propor estratégias eficazes para lidar com esse desafio.

⁹ FERREIRA, H.; COELHO, D.S.C; CERQUEIRA, D.; ALVES, P.; SEMENTE, M.. Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2023.

9 MEIO AMBIENTE, LAZER E CULTURA

Contagem, cidade em constante desenvolvimento, se destaca por oferecer um ambiente propício para o crescimento saudável da infância, proporcionando atividades culturais e recreativas direcionadas para as crianças e suas famílias. O desenvolvimento físico, social e emocional das crianças, aliado à promoção da integração comunitária e do contato com a cultura desde os primeiros anos de vida, figura como prioridade absoluta para o município de Contagem. Nesse sentido, diversas iniciativas são implementadas para alcançar esse objetivo, abrangendo diferentes áreas e promovendo o bem-estar das crianças de forma holística.

O projeto Diversão em Cena, uma parceria público-privada com a ArcelorMittal, viabiliza o acesso gratuito ao teatro, estimulando o contato com a arte, o desenvolvimento da criatividade e o despertar de novas perspectivas. A brinquedoteca do Centro de Educação Ambiental (CEA), operada pelo consórcio PROPAM, oferece um ambiente lúdico e acolhedor, repleto de recursos educativos e recreativos que estimulam a imaginação, o desenvolvimento motor e cognitivo das crianças, além de promover a socialização e o trabalho em equipe. O CEA também se destaca pela promoção da conscientização ambiental, através de atividades educativas que conscientizam as crianças sobre a importância da preservação do meio ambiente.

No âmbito das políticas de preservação ambiental podemos pontuar, ainda, o programa Com Vidas nas Escolas que, com público alvo não somente de crianças, mas também de adolescentes e adultos inseridos no EJA, tem como objetivo fomentar práticas e conhecimentos acerca da educação ambiental em todos os níveis de ensino das escolas públicas e particulares do município de Contagem, com vistas a mudança de comportamento no que tange ao uso e a relação com o meio ambiente de forma sustentável e consciente. Importante ressaltar, ainda, que todas as instituições de educação infantil do município contemplam, em seus projetos pedagógicos, temáticas e desenvolvimento de atividades de educação ambiental, fortalecendo a diretriz já inserida nos projetos pedagógicos.

Foram revitalizados 96 equipamentos públicos, contando com atividades de lazer culturais e esportivas, proporcionando um ambiente diversificado e acolhedor para crianças e famílias, e também recebendo visitas de instituições escolares. Um desses espaços é o Parque Fernão Dias, localizado na região do Riacho, que vem se tornando, a cada dia, um local para as pessoas terem momentos de descontração, integração social, contato com a natureza e momentos de lazer. Outros espaços pensados para atendimento às crianças e suas famílias são o Parque Gentil Diniz; o Parque Ecológico do Eldorado - Thiago Rodrigues Ricardo, casas de cultura; a Casa dos Cacos, uma residência transformada em obra de arte com mosaicos coloridos feita de materiais reciclados; o Céu das Artes Ressaca, um centro cultural que oferece atividades esportivas, educativas e artísticas; Bibliotecas; a Estação Bernardo Monteiro (VLI), uma estação ferroviária que, além de sua função logística, também serve como ponto de interesse para a comunidade; e diversos museus de Contagem.

Imagem 9: Parque Fernão Dias



Fonte: Gil Leonardi/ Imprensa MG.

Além disso, há uma série de eventos no parque especificamente voltados para crianças, que promovem atividades recreativas e educativas ao ar livre. A Biblioteca Pública de Contagem é outro importante recurso, oferecendo um vasto acervo de livros infantis, muitos dos quais são publicados pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FMIC). As contrapartidas do FMIC, quando envolvem a publicação de livros, incluem a doação dessas obras para escolas municipais, ampliando o acesso à literatura infantil e incentivando a leitura desde cedo.

10 O QUE DIZEM AS CRIANÇAS?

Era uma vez uma terra nada distante chamada Adultocentrismo, nela viviam os adultocêntricos, um povo que acreditava que somente adultos sabiam o que era melhor para todo mundo. Na terra do Adultocentrismo só adulto falava, só adulto era ouvido, só adulto era visto como pessoa sabida e parecia tão verdadeira essa ideia que todo mundo achava mesmo que só adulto sabia das coisas... (FRANCISCA, 2020).

Imagem 10: Desenho realizado por criança da educação infantil



Cemei Darcy Ribeiro

A epígrafe acima descreve a terra do adultocentrismo, na qual somente adulto era visto como sujeito sábio e capaz de opinar sobre o mundo. É preciso ter a convicção que a criança é capaz de participar dos processos de gestão, refletir e sugerir sobre a cidade que elas desejam morar. A construção de um plano para infância pressupõe a escuta das crianças e o que desejam, e não partir apenas dos olhos dos adultos que acreditam saber sobre o que é mais importante para ela. Por isso, abrimos um processo de escuta das crianças onde as instituições de Educação Infantil do município desenvolveram uma proposta para ouvir esses sujeitos e trazer suas falas, desejos e percepções para contribuir com a escrita e execução deste plano.

É preciso sim, valorizar os estudos sobre o desenvolvimento infantil e compreender que as instâncias participantes desse processo como educação, saúde, esporte, lazer, cultura, desenvolvimento social, segurança, e outras, contribuirão com seus conhecimentos, pesquisas, experiências sobre as crianças e suas necessidades. Mas é preciso inseri-las nessa escuta pública. A voz das crianças e suas produções mostram coerência com uma vida social mais justa para todos.

Após conversa com as pedagogas das instituições que acompanham a Educação Infantil em Contagem, da rede própria e parceira, sugerimos que cada unidade escolar desenvolvesse um processo de escuta das crianças, registrando suas observações através de desenhos e falas sobre a cidade que elas querem. Esta escuta foi referente aos espaços da cidade, equipamentos públicos, bairro ou a própria escola. A partir desta proposta, as instituições enviaram para a equipe de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Contagem - Seduc, através de um formulário, as percepções, ideias, desejos e necessidades das crianças. As profissionais da Superintendência de Educação Infantil também fizeram escuta através de conversas dentro das instituições.

Imagem 11: Desenho realizado por criança da educação infantil



Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade

A escuta das crianças nos faz refletir sobre como elas conhecem as questões sociais, necessidades e uso dos equipamentos públicos. Nos desenhos as crianças representam seus olhares e desejos. Como uma criança que relatou com detalhes que desejava ter uma escola maior, com porteiro, câmeras de segurança, quadra, grama com área de plantio e espaço para brincar na terra. Descreveu ainda a faixa de pedestre alta (com travessia elevada), demonstrando seu desejo de que os carros parem na faixa em frente à escola para as pessoas atravessarem. Outra criança da mesma instituição desenhou sua casa com quadra de grama, bola e trave, dizendo que quer uma quadra para brincar de futebol. (Centro Municipal de Educação Infantil - Cemei Professora Juverci de Freitas Ferreira)

Imagem 12: Desenho realizado por criança da educação infantil



Kuan - Cemei Professora Juverci de Freitas Ferreira

Outra criança fez ainda o desenho de um hospital, dizendo que precisa de “médico infantil” (termo usado pela criança para definir “pediatra”).

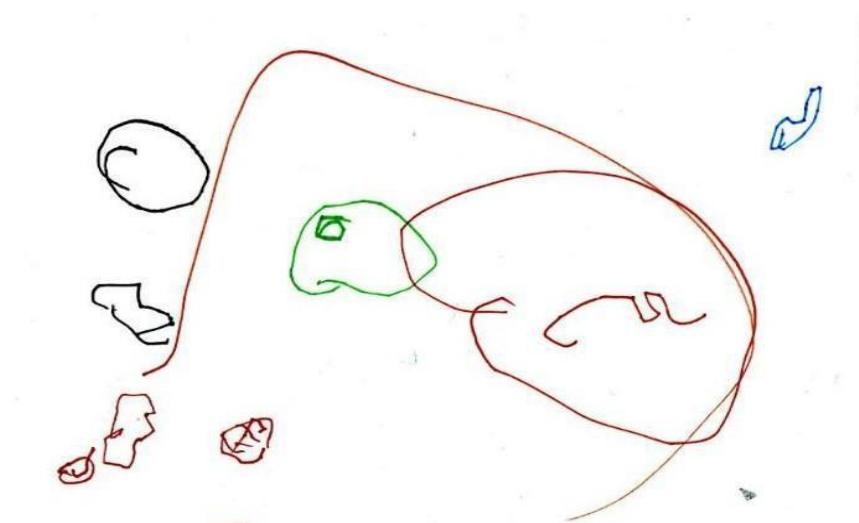
Imagem 13: Desenho realizado por criança da educação infantil



Cemei Professora Juverci de Freitas Ferreira

A metodologia de escuta e desenho não foi restrita às crianças maiores, pois a proposta de Contagem enfatiza a concepção de criança potente desde cedo, conforme apontado anteriormente na mandala do currículo. As instituições ouviram inclusive bebês e crianças pequenas, percebendo suas falas, expressões e diferentes linguagens. Em um Cemei onde a escuta foi realizada com esta faixa etária, as crianças demonstraram querer “um lugar na escola para brincar de dançar com os coleguinhas” ou “uma praça para jogar bola”, ou uma praça para “brincar com a irmã”. Crianças bem pequenas expressando que precisam de espaços na cidade que permitam brincar do que gostam e com as pessoas que gostam, sejam eles dentro ou fora da escola.

Imagem 14: Desenho realizado por criança da educação infantil



Cemei Vila da Paz

Outras instituições definiram com as turmas de 4 e 5 anos como poderiam ter uma cidade melhor e discutiram sobre “o lixo pelas ruas do bairro, o mato e a importância de manter a coleta do lixo e o bairro limpo, a rua da escola com alagamentos quando chove tem sido um problema que chamou a atenção das crianças. Cuidar da cidade para ficar limpa, bonita e colorida.” Outras turmas levantaram questões importantes sobre como melhorar o lazer no bairro e na cidade, pedindo espaços para a comunidade como parquinho, brinquedos e clube. Elas ainda demonstraram preocupação com a saúde, pedindo mais médicos; questões ambientais como plantar árvores e enviar flores para as escolas, cuidados também com a segurança pública e com as pessoas em situação de pobreza. Também ficaram curiosas com palavras não comuns em seu dia a dia, como “melhoria”. As professoras e a pedagoga ficaram surpreendidas com a ideia e interesse das crianças em escrever e assinar sua carta que foi entregue aos representantes da prefeita no Seminário Aberto realizado no dia 20 de junho de 2024.

Imagem 15: Desenho realizado por criança da educação infantil



Cemei Vereador João Evangelista Fernandes

Ter mais ônibus, pessoas trabalhando, água/ chuva, escolas e casas, ruas e natureza, "pessoas felizes indo para casa", também aparece nas falas e reflexões das crianças.

Imagem 16: Desenho realizado por criança da educação infantil



Cemei Regino Inocêncio. "QUERIA MAIS FLORES, JARDIM". Helena

E as crianças não se esqueceram ainda de pessoas mais vulneráveis, dizendo que queriam oferecer comida e casa aos "moradores de rua da cidade". Um olhar que transcende às suas próprias necessidades, mas que levam a perceber que uma cidade boa para as crianças é uma cidade justa e colorida com pessoas felizes.

Imagem 17: Desenho realizado por criança da educação infantil



Cemei Regino Inocêncio.

A partir da escuta das crianças, a professora Heloísa, da turma de 5 anos da Escola Municipal Walter Fausto do Amaral, como mediadora, levou para a Secretaria do Meio Ambiente um projeto pedindo a construção de uma praça em seu bairro. O pedido foi acolhido por uma empresa da cidade, que, juntamente com a prefeitura e as crianças, planejaram e executaram o projeto de uma praça em frente à escola onde estudam. Assim, sempre que essas crianças passarem por lá, se sentirão pertencentes ao meio social em que vivem, sabendo que foram agentes transformadores do seu bairro, da sua cidade. Sim, crianças são capazes de mudar o mundo!

Em um artigo a partir de sua pesquisa no Cemei Estrela Dalva, Carvalho e Batista (2017) fizeram um processo de observação participante e escuta das crianças sobre o seu direito ao acesso à leitura e escrita na Educação Infantil, a pesquisa propôs olhar especificamente às crianças, buscando apreender as sinalizações através dos gestos, falas, registros e expressões sobre o seu desejo de ter acesso a linguagem escrita. Durante a pesquisa, uma criança chamada Sofia disse para a professora e reafirmou para a diretora, que entrou para a escola para aprender a escrever uma carta para o seu pai que morava longe. Assim, Sofia e outras crianças, demonstram entender que a escola é uma instituição para aprendizagem da leitura e escrita, bem como a importância da escola como espaço de aprendizagem e desenvolvimento. Portanto, ter escolas de qualidade, onde seus direitos de aprendizagem (conhecer-se, participar, explorar, brincar, conviver, expressar-se) sejam garantidos faz parte do plano da cidade. Uma cidade com mais escolas infantis, com escolas de qualidade que respeitem as especificidades da criança e da infância, que valorizem a importância de brincar, interagir e aprender.

A partir desta escuta e dos registros gráficos, percebe-se o protagonismo da criança e como elas têm um olhar para a cidade, seja quando se preocupam com a construção de hospitais, de praças, de ampliação da escola, de recolhimento de lixo, de segurança nas escolas, de alimentação saudável, de questões de saúde como proliferação da dengue, seja quando olham para pessoas em situação de rua e conseguem enxergar a necessidade de alimentação e de moradia da população. Portanto, essa escuta atenta elucida a importância de olhar para os equipamentos públicos e torná-los mais humanizados, cientes que pessoas diferentes farão uso desses espaços.

Contagem busca, a cada ano, ser uma cidade que valoriza a infância, qualificando os equipamentos públicos e as estratégias de atendimento da população infantil e suas famílias. Para isso, serão criadas nesse plano, estratégias em pequeno, médio e longo prazo, definindo metas, ações e monitoramento para implantação das políticas. Espera-se que a partir da escuta às crianças, sua presença e seu olhar, a cidade seja transformada em espaços vivos e coloridos.

11 METODOLOGIAS E EIXOS ESTRATÉGICOS

No final de 2023 a equipe se reuniu para organizar a elaboração da proposta de formação do Comitê em âmbito municipal, a construção do plano, a construção de uma imagem que pudesse representar este processo, conforme orientado pela metodologia utilizada pela Rede Estadual pela Primeira Infância - REPI.

Assim em 17 de janeiro de 2024, foi instituído o Comitê Intersetorial da Primeira Infância no Município de Contagem, por meio do Decreto 1109¹⁰. Após a publicação foi dada ciência a todas as Secretarias e órgãos que compõem o Comitê, solicitando a indicação de seus representantes, indicando a primeira reunião para o dia 20 de março de 2024.

A primeira reunião aconteceu em data programada e seus objetivos foram:

- Apresentar a proposta de construção do plano municipal
- Aprovação do regimento interno
- Organização do trabalho a partir de oficinas de escrita.

Foi apresentado o instrumento de diagnóstico e o modelo de marco lógico proposto pela REPI. Nesse encontro as 18 ações finalísticas (indicada pelo número no quadro abaixo) do Plano Nacional pela Primeira Infância foram divididas em três grandes eixos:

Tabela 5: Ações Plano Nacional pela Primeira Infância

Ações/eixo 1	Ações/eixo 2	Ações/eixo 3
3 As famílias e as comunidades das crianças	1 Crianças com Saúde	10 Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças
4 Assistência social às famílias com crianças na primeira infância	2 Educação Infantil	11 Protegendo as crianças contra a pressão consumista
5 Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos	6 Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças	16. Objetivos de desenvolvimento sustentável para e com as crianças
8 Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias	7 A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente	17. As empresas e a primeira infância
9 Enfrentando as violências contra as crianças	12. Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais	18. O direito à beleza
15. O sistema de justiça e a criança	13. Evitando acidentes na primeira infância	
	14. A criança e a cultura	

Fonte: Elaboração própria

A divisão foi feita visando organizar o trabalho posterior em grupos. Nesse encontro também foi apresentado o instrumento de diagnóstico, que também foi dividido para que os representantes coletassem dados de suas respectivas secretarias. Os dados seriam compilados e apresentados no próximo encontro geral do Comitê.

Entre 8 a 12 de maio foram realizadas as oficinas de cada eixo. Nelas foi apresentado o conteúdo das ações estratégicas contidas no Plano Nacional pela Primeira Infância e construído os objetivos e ações do quadro do marco lógico para cada eixo, como ilustrado logo abaixo. Para essa construção foram consideradas as ações previstas no Plano Municipal para Infância e Adolescência de Contagem, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) no ano de 2023, assim como as ações previstas pelas secretarias para o público da primeira infância, de forma a garantir que o Plano municipal pela Primeira Infância também dialogue com os demais instrumentos de gestão de Políticas Públicas e com o planejamento das diferentes secretarias do município.

Tabela 6: Marco Lógico - Orientações ao preenchimento

Objetivos	Ações	Meta	Setor Responsável
<p>Refere ao que se quer mudar - é o propósito:</p> <p>Mais amplo, verbo no infinitivo. <i>Ex: Garantir o acesso de todas as crianças entre 0 - 6 anos ao ambiente escolar</i></p>	<p>Relacionado ao objetivo e aponta a ação concreta para o seu alcance.</p> <p><i>Ex: Inaugurar novas CEMEIs</i></p>	<p>Alcance das ações em número ou %.</p> <p><i>Ex: Inaugurar 50 CEMEIs até 2030</i></p>	<p>Área técnica.</p> <p><i>Ex: SEDUC</i></p>

Fonte: Elaboração Própria

A segunda reunião do Comitê foi realizada dia 24 de abril de 2024 e teve como objetivo:

- Apresentação dos dados coletados para o diagnóstico.
- Apresentação do trabalho desenvolvido em cada eixo.
- Revisão e construção dos objetivos e ações escritos nos eixos.

A leitura de dados apresentados possibilitou uma visão mais ampla da situação da primeira infância no município e assim a revisão mais direcionada dos objetivos e ações construídas nas oficinas anteriores. Permitiu também socializar e discutir com o Comitê todas as propostas apresentadas e trabalhadas nos eixos.

Em Maio foi realizada a 2ª Reuniões do Comitê com objetivo de completar os quadros do marco lógico com metas estabelecidas e setores responsáveis. Após olhar o diagnóstico e as ações e objetivos, o trabalho foi estabelecer metas e responsabilizar os setores para cada ação colocada nos quadros.

No início do mês de junho, foi aberta e amplamente divulgada consulta pública denominada “Impressões sobre a Primeira Infância de Contagem”, que contou com o contingente de 397 respostas, e teve seu resultado apresentado durante seminário aberto, realizado nesse mesmo mês. Para além

do compartilhamento dos resultados da Consulta Pública, o Seminário contou, ainda, com as pautas da apresentação do diagnóstico construído, do panorama da primeira infância em Contagem e da apresentação da escuta das crianças. O seminário foi realizado dia 20 de junho de 2024 no auditório da faculdade UNA e contou com mais de 100 pessoas presentes, entre trabalhadores e trabalhadoras da gestão pública, sociedade civil organizada, crianças e familiares. O encontro foi transmitido ao vivo via canal do youtube da Secretaria de Educação e encontra-se disponível nas plataformas.

Imagem 18: Subsecretária de Direitos Humanos e Secretária de Educação com as crianças da Cemei Vereador João Evangelista



Foi disponibilizado no mesmo dia do seminário a consulta pública sobre o plano construído até então. A consulta ficou disponível na plataforma do Decide Contagem para críticas, sugestões e/ou elogios aos quadros do marco lógico construído com objetivos, ações, metas e setores responsáveis.

Após a construção via oficinas de escrita, encontros do Comitê, Seminário aberto e Consulta pública, as considerações colocadas nesses espaços foram incorporadas ao Plano que seguiu para aprovação no Conselho Municipal da Criança e Adolescente no mês de julho de 2024.

12 EIXOS – QUADRO DO MARCO LÓGICO

A metodologia utilizada para a escrita do quadro do marco lógico foi realizada com base na orientação da REPI e a partir das 18 ações finalísticas contidas no Plano Nacional pela Primeira Infância. Essas ações trazem os marcos legais e o panorama geral sobre cada tema discutido, assim como principais estratégias, Políticas Públicas relacionadas, diretrizes, desafios, objetivos e metas.

Dividimos essas ações em 3 grandes eixos e trabalhamos nas oficinas a construção de um quadro com objetivos, ações, metas e setor responsável.

O primeiro eixo chamado: “Do direito à assistência aos Direitos Humanos” agrupou os seguintes temas para a discussão:

- As famílias e as comunidades das crianças
- Assistência social às famílias com crianças na primeira infância
- Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos
- Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias
- Enfrentando as violências contra as crianças
- O sistema de justiça e a criança

A responsabilidade do Estado, comunidade e da família é lembrada aqui quando se diz da proteção e desenvolvimento das crianças da primeira infância. Pensar os diferentes tipos de organização familiar e comunitária é necessário, assim como o fortalecimento dos serviços da Assistência Social. A discussão estratégica sobre a proteção e prevenção de violências são abordados desde o domiciliar até o sistema de Justiça. Nesse eixo também se discutiu como promover a diversidade como valor positivo de forma a pensar ações afirmativas de inclusão, garantir os direitos humanos para as crianças oriundas de povos e comunidades tradicionais

12.1 As famílias e as comunidades das crianças e Assistência social às famílias com crianças na primeira infância

Tabela 7: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Metas	Responsável
1. Valorizar os diversos formatos de famílias, incluindo a família extensa.	a. Realizar campanhas com a temática da diversidade de composições familiares, com foco nas famílias acompanhadas pelo PAIF e inseridas no SCFV.	Realizar 1 (uma) campanha por regional administrativa, com periodicidade mínima de 2 regionais por ano. Curto prazo.	SMDS CRAS
		Materiais vinculados pela prefeitura com representatividade de diversidade familiar. Curto prazo.	Comunicação
2. Ampliar e fortalecer a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos especificamente à Primeira Infância.	a. Definir públicos e territórios prioritários à partir do diagnóstico municipal para o desenvolvimento das ações de fortalecimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Criação de 2 (dois) núcleos do SCFV, voltados para o público de 0 a 6 anos, nas regionais administrativas com maior população de crianças de 0 a 6 anos, podendo ser executado por OSCs parceiras. Curto prazo.	SMDS
	b. Conscientizar sobre a importância do envolvimento familiar no desenvolvimento das crianças.	Elaboração de um material informativo intersetorial sobre a temática e distribuição nos diversos pontos da rede. Curto Prazo.	SMS Desenvolvimento Social SEDUC
	c. Criar espaços de diálogo e tomada de decisões envolvendo as famílias.	Participação das famílias na construção do planejamento das oficinas do SCFV, de forma que essa metodologia alcance 100% dos CRAS . Curto Prazo.	SMDS/CRAS

<p>3. Ampliar a estratégia de educação permanente do SUAS.</p>	<p>a. Inserir no Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS conteúdos formativos que compreendam a diversidade de infâncias, com os temas: Comunidades tradicionais de matriz africanas, comunidades quilombolas, ciganos, circense, reinado-congado, indígenas, migrantes</p>	<p>Elaborar 1 (um) evento formativo intersetorial abordando as populações tradicionais e 1 (um) abordando a população migrante, anualmente. Curto Prazo.</p>	<p>SMDS/SMDHC</p>
<p>4. Fortalecer a relação com as famílias</p>	<p>Garantir a presença das famílias em atividades junto às crianças nos Cemeis.</p>	<p>Realizar oficinas semanais de contação de histórias pelas famílias. Médio prazo.</p>	<p>SEDUC</p>
	<p>Efetivar a parceria entre CREAS, Conselho Tutelar e CEMEI</p>	<p>Formação para Pais e responsáveis sobre os equipamentos do território, semestralmente. Médio prazo.</p>	<p>SEDUC / SMDS / SMDHC</p>

Fonte: Elaboração Própria

12.2 Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos/Enfrentando as violências contra as crianças/O sistema de justiça e a criança

Tabela 8: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Metas	Responsável
4. Fortalecer a reintegração familiar, o acolhimento em modalidade familiar e o acolhimento conjunto	a. Promover a reintegração familiar sempre que possível, com apoio e acompanhamentos adequados.	Elaborar Plano Individual de Atendimento (PIA) para 100% das crianças acolhidas.	SMDS
	b. Fortalecer a oferta da modalidade de acolhimento familiar (família acolhedora) especificamente à Primeira Infância	Implantação do serviço de Família Acolhedora, com repasse de recursos financeiros direto para as famílias habilitadas e selecionadas. Curto Prazo.	SMDS
5. Apoiar as famílias no construção de seu planejamento familiar	a. Orientação sobre planejamento familiar e entrega legal	Realização de oficinas e produção de material gráfico informativo sobre os temas. Médio prazo.	SMS e SMDS/ apoio judiciário
6. Qualificar as informações por meio de uma base de dados confiável, única e nacional que subsidie os processos de formulação e gestão da política para a infância e a adolescência	a. Ampliar a utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) para coleta e gestão de dados	Fomentar a sistematização e continuidade do uso, alcançando 100% dos Conselheiros Tutelares. Curto prazo.	SMDHS/CMDCAC
	b. Elaborar diagnósticos para viabilizar melhores estratégias de enfrentamento às violações dos direitos da criança e do adolescente.	Análise anual de relatório do SIPIA. Curto prazo.	SMDHS/CMDCAC
7. Capacitar os profissionais da educação na prevenção e enfrentamento das violências como racismo, sexismo, lgbtfofia, xenofobia, classismo, <i>bullying</i> , entre outros.	a. Abordar, nas formações, conteúdos sobre mediação de conflitos, enfrentamento de violências e cultura de paz.	Divulgar o documento sobre Cultura de Paz nas escolas, em 100% das unidades escolares em até 6 meses após sua finalização. Curto Prazo.	SEDUC/Comissão
	b. Fornecer ferramentas aos professores para que possam efetivar a proteção e acolhimento a crianças em situação de violência;	Divulgar o documento sobre Cultura de Paz nas escolas, em 100% das unidades. Curto Prazo.	SEDUC/Comissão

8. Implementação da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e versa sobre a Escuta Especializada.	a. Sensibilizar quanto à implementação da Lei nº 13.431, de 2017 (Lei da Escuta Protegida).	Divulgação, no SGDCA, de material informativo sobre procedimentos e fluxos sobre a não revitimização de crianças e a lei em si. Curto Prazo.	CMDCA SMDS SEDUC Judiciário PC
		Realização de 1 (um) evento intersetorial sobre violência sexual e escuta protegida com os profissionais da educação. Curto Prazo.	SMS
	b. Adotar estratégias de proteção para a escuta das crianças vítimas nas diversas instâncias.	Criação do Centro de Atendimento Integrado para centralizar as demandas de escuta especializada. Curto Prazo.	SMS / SMDS / SMDHC
	c. Articular junto ao Judiciário a instalação e o uso de salas de depoimento especial, de maneira que seja garantida privacidade e acolhimento à criança.	Utilização das salas para coleta antecipada de provas. Médio prazo. Capacitar para a oitiva o corpo técnico responsável pela sua realização. Médio prazo.	SMDHC
9. Estabelecer políticas de proteção infantil e programas de prevenção contra o abuso e a exploração infantil.	a. Capacitar profissionais da área da saúde, educação e assistência social para identificação de sinais de abuso sexual infantil e apoio às vítimas.	Ação contínua de formação anual. Curto Prazo.	SEDUC / SMS / SMDS
	b. Acompanhamento de todas as crianças que sofreram abuso sexual pelos serviços de saúde, pelos serviços da Assistência Social, pelo Conselho Tutelar e demais serviços necessários para cada caso.	Acompanhamento intersetorial de 100% dos casos.	SMS
		Ação contínua a ser implementada em curto prazo.	Assistência Social, CT, SEDUC
10. Aumentar a circulação de informações para diversos públicos, do infantil ao adulto, sobre os diversos tipos de violências a que as crianças estão expostas, assim como	a. Priorizar, na situação de composição dos acervos das bibliotecas infantis, materiais focados na educação para a prevenção contra o abuso sexual infantil e outros tipos de violência.	Materiais disponíveis em 100% das escolas da rede pública e conveniada. Médio prazo.	SEDUC

métodos de prevenção e denúncia.	b. Fomentar a divulgação, empréstimos e produção de material literário, audiovisual e lúdico sobre o tema.	Inserir, nas rubricas orçamentárias, verbas destinadas à aquisição, elaboração e divulgação de obras que contemplem a temática de combate às diversas violências, em 100% das escolas. Curto Prazo.	SMDHC, COMPETI, SMS, SMDS
	c. Conscientizar sobre os direitos das crianças e os diferentes tipos de violência que podem estar sujeitas	Realizar ações comunitárias de orientação e sensibilização no dia 18 de maio, em escolas, praças, equipamentos públicos em geral ou pelo menos em todas regionais administrativas. Curto Prazo.	CMDCAC, SMDS, SEDUC, SMDHC, SMS
1. A partir das diretrizes da Política Nacional de Saúde Integrada da População Negra e Quilombola, combater a esterilização forçada e a violência obstétrica, promovendo a saúde integral da população do município (14443/2002 lei planejamento familiar)	a. Fortalecer a equipe matricial	Publicação da Portaria de Nomeação indicação de profissional exclusivo. curto prazo	SMDHC, SMS
	b. Realizar monitoramento do preconizado na legislação	publicização dos relatórios de monitoramento trimestral, com indicativo de pontos de melhoria. curto prazo	
	c. Sensibilizar as equipes técnicas de saúde a partir da nota técnica	Disponibilizar, em 100% das unidades de saúde que lidem com o público de grávidas e puérperas, materiais visuais. médio prazo	
12. Garantir um ambiente educacional livre do racismo e da violência étnico-racial, à partir do já preconizado pelo programa “Infância sem Racismo” da Unicef e o Plano Municipal de Promoção da	a. Promover ações expositivas sobre as Diretrizes para a Educação Étnico-racial em espaços pedagógicos (Lei de nº(10.639/2003-MEC).	Formação inicial e em serviço,	SMDHC, SEDUC
		Criação e disseminação de material simplificado sobre a legislação, para os profissionais que atendem a primeira infância. Curto prazo.	
		Realização de 1 seminário anual, para os profissionais que atendem a primeira infância. Curto prazo.	

<p>Igualdade Racial (PLAMPIR, Lei 4.812/2016.</p>	<p>b. Criar estratégias de participação da educação infantil nas ações do mês de enfrentamento ao racismo, estabelecida pela Lei 4.717/2015.</p>	<p>Disponibilização de recursos humanos, financeiros e materiais - como no projeto além dos muros - (lei 4717/2015). Médio prazo.</p>	<p>SEDUC</p>
	<p>c. Promover ações e eventos no ambiente escolar;</p>	<p>Disponibilização de recursos humanos, financeiros e materiais - como no projeto além dos muros - (lei 4717/2015). Médio prazo.</p>	<p>SEDUC</p>
	<p>d. ampliar a participação das escolas nas ações para a efetivação da política municipal de enfrentamento ao racismo, Lei 5.270/2022.</p>	<p>Promover, em 100% das escolas, eventos e ações pedagógicas relacionados às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, do PLAMPIR e da política municipal de enfrentamento ao racismo, de acordo com o calendário de ações da cidade (como a participação na Marcha de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa, Ações do Novembro Negro, 21 de março, Dia internacional de combate à discriminação racial (data ONU))</p>	<p>SEDUC SMDHC</p>
<p>13. Ampliação dos espaços de debate para discutir coletivamente as diversas formas de violência e seu enfrentamento.</p>	<p>a. Inclusão, nos debates públicos sobre o tema da violência contra a criança, promovidos pelos órgãos governamentais, das temáticas: “Violência em nome da religião enquanto violência étnico-religiosa com recortes das questões de poder” / “Violência étnico-racial como forma de exclusão e exploração” / “Violência étnico- cultural como forma de aculturamento e inclusão forçada”; / “Racismo ambiental” / “Racismo recreativo” / “Racismo x Bullying” / “Racismo nas relações de consumo”</p>	<p>Realização de Formação sobre os temas; Realização de 1 seminário anual, Criação e disseminação de material simplificado sobre as temáticas</p>	<p>CMDCAC, SMDHC, SEDUC, SMDS, SMS</p>

Fonte: Elaboração Própria

12.3 Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias

Tabela 9: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Metas	Responsável
14. Fomentar o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial das crianças.	a. Garantir o acesso e permanência de crianças quilombolas, indígenas, ciganas, demais povos e comunidades tradicionais e migrantes.	Criação de uma Resolução conjunta do executivo municipal, pactuada com diversos conselhos, com base na resolução 181 do CONANDA. Curto prazo.	SMDHC, SEDUC
	b. Fortalecimento do Programa Escola Sem Fronteiras.		
	c. Valorizar, no programa de alimentação escolar na educação infantil, os produtos da agricultura familiar produzidos pelos povos e comunidades tradicionais no âmbito local ou regional.	Ampliar o projeto horta nas escolas. Médio Prazo.	SMDS, Trabalho e Segurança Alimentar/CMAUF
	d. Garantir a oferta de materiais e recursos pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial.	Inclusão de lápis de cor/giz de cera de tons de pele no material escolar. Curto prazo.	
		Determinar obrigatoriedade de aquisição de materiais didáticos diversos. Curto prazo.	
e. Destinar, anualmente, recursos do orçamento da educação para a aquisição de literatura infantil que apresente, de forma positiva, a diversidade étnico-racial do Brasil	Incluir na capacitação dos educadores e gestores escolares a importância de decorações, atividades pedagógicas e recursos utilizados que contemplem a diversidade. Curto prazo.	30% do material adquirido pelas escolas. Médio prazo.	SEDUC e CULTURA

<p>15. Garantir a implementação das leis anti-racistas nas unidades escolares buscando pautar permanentemente a questão étnico-racial.</p>	<p>a. Identificar o status de implementação das leis anti-racistas nas unidades escolares buscando pautar permanentemente a questão étnico-racial.</p>	<p>Assegurar a implementação efetiva das leis 10.639/03 e 11.645. Médio prazo.</p>	<p>SMDHC</p>
<p>16. Incentivar o compartilhamento de boas práticas na Valorização da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena voltadas à primeira infância</p>	<p>a. Divulgar e fomentar a inscrição de unidades escolares no Edital Certificado de Boas Práticas na Valorização da História e Cultura Africana, Afro- brasileira e Indígena</p>	<p>Ampliar o número de ações visando a valorização da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena voltadas à primeira infância. Médio prazo</p>	<p>SMDHC e SEDUC</p>
<p>17. Garantir a representatividade étnico-racial para crianças</p>	<p>a. Assegurar política de cotas conforme a lei para garantir em seu quadro de professores pessoas negras.</p>	<p>Ampliar o número de pessoas negras professoras. Longo prazo.</p>	<p>SEDUC / SEAD</p>
<p>18. Coibir o racismo institucional, presente desde a recepção dos/as usuários/as às políticas públicas.</p>	<p>Orientar os serviços e programas sociais, as instituições parceiras, sobre a necessidade de implementação de políticas de prevenção ao racismo institucional.</p>	<p>Elaborar um plano para o enfrentamento ao racismo institucional. Médio prazo</p>	<p>SMDHC, SEDUC, SMDS, SMS, todas as secretarias</p>

Fonte: Elaboração Própria

No eixo 2, “Do direito à saúde, educação, cultura e espaço urbano”, agrupamos as ações:

- Crianças com Saúde
- Educação Infantil
- Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças
- A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente
- Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais
- Evitando acidentes na primeira infância
- A criança e a cultura

Nessa oficina foram abordadas várias temáticas ligadas ao direito à saúde integral das crianças incluindo medidas para o combate à mortalidade materno-infantil, cobertura vacinal e prevenção de acidentes na primeira infância. Foi abordado o acesso e uso de telas digitais, uma grande questão da atualidade, de forma a pensar usos regulados, assim como o maior acesso dessas crianças a atividades culturais presenciais e a um espaço urbano humanizado, acolhedor, um espaço urbano que caiba e celebra a vivência da infância. Esses espaços se conectam com o direito do brincar, ligado fundamentalmente ao desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e da construção de valores culturais, bem como na socialização e no convívio familiar da criança. A educação infantil como espaço pedagógico conecta e articula as questões colocadas acima a partir da construção e fortalecimento das CEMEI's e de suas e seus profissionais.

12.4 Crianças com Saúde e Evitando acidentes na primeira infância

Tabela 10: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Metas	Responsável
19. Ampliar o acesso da mulher e da criança ao atendimento na Atenção Primária à Saúde	Ampliar gradativamente o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde para até as 19:00.	Ampliar em 50% das UBS, a longo prazo	SMS
	Ampliar gradativamente o número eSF, por Distrito Sanitário e redividir a área de abrangência dentro dos distritos sanitários, adequando a população referenciada por equipe.	Ampliar 130 eSF, a longo prazo, reduzindo a população por equipe para até 4000 pessoas.	
	Ofertar consultas de Pré-Natal, Puerpério e de Puericultura, nos horários estendidos (entre 17:00 e 19:00).	Garantir adesão da gestante e da criança a 100% do atendimento ao Pré-Natal, Puerpério e à Puericultura ofertados, a curto, médio e longo prazo.	
	Preencher as informações pertinentes aos agravos e atendimentos nos Sistemas de Informação da Saúde.	Informações em saúde fidedignas para subsidiar diagnóstico e planejamento das ações para primeira infância, a curto prazo.	
	Inserir Profissionais nas eSF e eMulti através de programas Federais, Estaduais e Municipais que garantam financiamento e fixação deste profissional na APS.	Manter vínculo e permanência prolongada dos profissionais médicos nas eSF, a curto, médio e longo prazo.	
	Ampliar e qualificar o trabalho o ACS para: o cadastramento, visitas domiciliares, acompanhamento e busca ativa de Gestantes, Puéperas, Crianças e não vacinados.	100 % da população cadastrada e acompanhada, a longo prazo.	SMS
20. Garantir atendimento e atenção integral à gestante	Realizar captação precoce da gestante no território até 12ª semana de gestação e oferecer início imediato do Pré-Natal para as gestantes adolescentes.	No mínimo de 45% de gestantes captadas até 12ª semana de gestação, a curto prazo.	SMS

e à puérpera	Ofertar consulta de Pré-Natal durante todos os dias de funcionamento das UBS, sensibilizando a gestante, parceria e familiares sobre a importância do pré-natal.	Atingir o mínimo de 7 consultas de pré-natal para todas as gestantes cadastradas, a curto prazo.	SMS
	Garantir pré-natal odontológico, com atendimento à gestante e puérpera.	80% das gestantes com pelo menos 1 atendimento odontológico, a curto prazo.	
	Realizar mapeamento e acompanhamento sistemático das gestantes de alto Risco e das gestantes adolescentes.	Reduzir a morbimortalidade e prematuridade devido a gravidez de alto risco, e gravidez na adolescência, a médio prazo.	
	Ofertar os exames previstos em protocolos e os testes rápidos nos 1º, 2º e 3º trimestres de gestação, todas as gestantes de Rotina e Alto Risco.	Realizar de 100% dos exames necessários para a gestante, conforme protocolo, a curto prazo.	
21. Atenção Obstétrica e Neonatal com Alta responsável do Centro Materno Infantil;	Manter apoio ao parto normal com segurança, assistência no pré-parto e parto com realização de testes rápidos, garantia do contato pele a pele e aleitamento materno na primeira hora de vida do bebê.	Garantir Centro Materno Infantil Amigo da Criança, a curto, médio e longo prazo.	SMS
	Assegurar direito ao acompanhante, mesmo que homem no pré-parto, na hora do parto e no alojamento conjunto.		
	Agendar na APS, a primeira consulta dos RN residentes no município, antes da Alta da Maternidade Municipal de Contagem – Alta Responsável.	Assegurar primeiro atendimento da Puérpera e do RN antes dos 10 dias de vida, a curto prazo.	SMS
22. Garantir Atendimento integral ao Puerpério, ao RN e manejo do Aleitamento Materno	Ofertar Teste do Pezinho e Ações do 5º dia de vida tanto no CMI quanto na APS.	Realizar Teste do Pezinho e Ações do 5º dia de vida em 100% dos nascidos vivos do município, a curto prazo.	SMS
	Sensibilizar profissionais, gestantes, famílias e empresas quanto a importância da amamentação, com foco no Aleitamento Materno Exclusivo e apoio às mães lactantes.	Aleitamento Materno exclusivo entre 90% e 100%, a médio prazo.	

<p>23. Garantir Ações de Imunização</p>	<p>Ampliar salas de vacinação e horários de vacinação na APS e nos espaços estratégicos (como Shoppings), com ampliação da vacinação extramuros, em eventos, nas creches e escolas, além da inclusão de um vacimóvel para percorrer todo o município e áreas que não possuem salas de vacinação.</p>	<p>Ampliar cobertura vacinal para a meta de > 95% para as vacinas da criança menor de 1 ano e com 1 ano de idade, a médio prazo.</p>	<p>SMS</p>	
<p>24. Garantir Ações de Vigilância em Saúde</p>	<p>Manutenção dos Grupos Condutores e dos Comitês da SMS: de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, de transmissão vertical da sífilis congênita com emissão de recomendações para melhoria da assistência.</p>	<p>Redução das mortes evitáveis: · No período Neonatal (Recém-nascido até 27 dias de vida) para, no máximo, 05 (cinco) óbitos por 1.000 (mil) nascidos vivos (OMS) · Em menores de 1 ano para no máximo 10 (dez) óbitos por 1.000 nascidos vivos. (OMS). A médio prazo.</p>	<p>SMS</p>	
	<p>Manter monitoramento das doenças sazonais e transmissíveis por meio de boletins epidemiológicos e linhas de cuidados.</p>	<p>Reduzir para 0,5 casos por 1.000 nascidos vivos na taxa de detecção da Sífilis congênita < 1 ano de idade, a médio prazo.</p>	<p>Boletins epidemiológicos periódicos públicos no site oficial da PMC, a curto prazo.</p>	<p>SMS</p>
	<p>Manter Vigilância de Surtos de doenças transmissíveis no ambiente escolar em conjunto CIEVS e Diretorias das Escolas.</p>	<p>Controle e Monitoramento de 100% dos surtos das doenças transmissíveis no ambiente escolar pelo CIEVS Contagem, a curto prazo.</p>	<p>SMS e SEDUC</p>	
<p>25. Garantir o atendimento integral à criança de 0 a 6 anos por meio de: Práticas baseadas evidências e uma puericultura de</p>	<p>Ampliar, o calendário de consultas de Puericultura para crianças de 0 a 6 anos de idade, com rotina de busca ativa de faltosos.</p>	<p>Agenda de Puericultura disponível para 0 a 6 anos disponível, em médio prazo.</p>	<p>SMS</p>	

eficiência, com utilização da caderneta da criança e por Atendimento especializado.	Realizar atividades de educação para comunidade, pais, cuidadores e profissionais que trabalham com crianças, com as temáticas: segurança, prevenção de acidentes e primeiros socorros, higiene oral e cuidados com a criança deficiente.	Implantar como rotina na RAS 1 atividade por semestre, em médio prazo.	SMS
	Realizar ações de cuidado odontológico precoce: primeira consulta odontológica do bebê, avaliação do frênulo lingual, e manutenção do acompanhamento e tratamento odontológico.	Atender 100% das crianças de 0 a 2 anos, a longo prazo.	SMS
	Qualificar os profissionais da eSF, das e-Multi, e da AAE, numa perspectiva interdisciplinar, para uma puericultura de eficiência, intervenção no sofrimento psíquico, realização dos testes rápidos (Sífilis, HIV, Hepatites e Teste do Pezinho) .	Qualificar 80% dos profissionais por prazo: Curto: Nível Superior 80% / Médio: Nível Técnico e ACS: 80%	SMS
	Cumprir, anualmente, o “Plano de ação de atendimento às crianças < 5 anos contra as doenças respiratórias” no período da sazonalidade na RAS.	Início precoce do atendimento das doenças respiratórias no mês de abril e garantir até julho, anualmente, a curto prazo.	
	Avaliação do desenvolvimento integral da por meio da Caderneta da Criança, com avaliação dos marcos do desenvolvimento e referenciamento para Programa de Intervenção Precoce Avançado (PIPA) e de Atenção Especializada.	100% das crianças avaliadas, com registro na caderneta e com intervenção precoce, a médio prazo	
	Manter e ampliar acesso às especialidades médicas e exames no Atendimento na Atenção Especializada (AAE)		
	Manter Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) com garantia de insumos e equipamentos para o	Manter equipe de Atendimento Pediátrico no SAD	

	cuidado em domicílio, conforme protocolo.		
26. Saúde Mental	Sensibilizar, por meio de documentos, recursos audiovisuais e salas de espera: orientações sobre práticas saudáveis de cuidado infantil e alerta ao desenvolvimento integral e psicossocial da criança.	Fortalecer os vínculos socioafetivos da criança no contexto familiar, de saúde, de educação e de proteção, a curto prazo	SMS
	Potencializar o CAPSi como articulador e referência de cuidados em saúde mental, de forma integrada aos territórios, para a construção e desenvolvimento de uma rede integrada com os equipamentos de saúde, rede de educação, assistência e de proteção.	CAPSi integrado à rede de atenção e de proteção, a curto prazo	SMS, SEDUC, ASSISTÊNCIA SOCIAL
27. Garantir a Atenção a Alimentação Infantil Saudável e Aleitamento Materno e Suporte Nutricional Domiciliar.	Incentivar Aleitamento Materno exclusivo até o 6º mês de vida, com continuação até os 2 anos de idade, enfatizando os 10 passos para a alimentação saudável.	· Aumento do Aleitamento Materno Exclusivo para Maior que 90% a longo prazo. / · Redução da desnutrição e obesidade, fortalecimento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), a longo prazo.	SMS
	Manter o serviço de coleta de Leite Humano, no CMI, para alimentação dos Recém Nascidos hospitalizados e separados da mãe no início da vida.		
	Realizar ações de Alimentação Saudável, acompanhamento sistemático do peso, altura e alimentação por meio da puericultura e do programa Saúde na Escola (PSE), com registro nos SI e no SISVAN		
	Manter Suporte Nutricional Domiciliar com fornecimento de fórmulas alimentares por via oral ou enteral, para tratamento de patologias específicas como: Alergias, intolerâncias alimentares, doenças neurodegenerativas e impossibilidade de amamentação (HIV).		

28. Realizar Ações de Saúde em conjunto com a Educação	Realizar as Ações do PSE dentro das 14 temáticas indicadas pelo documento orientador do MS, com ênfase na Alimentação Saudável, Imunização, Saúde Bucal (a curto prazo) e Promoção da Atividade Física (a médio e longo prazo).	Realizar pelo menos 1 ação em cada uma das escolas pactuadas, anualmente, a curto prazo.	SMS E SEDUC
	Manter o GTIM Municipal para Implantação de ações estratégicas do PSE.	Reuniões periódicas bimensais, a curto prazo.	
	Realizar as ações de promoção e prevenção de agravos em saúde auditiva e saúde ocular no âmbito das escolas públicas com concessão de óculos para todos os educandos que tenham indicação.	100% das crianças até 6 anos, em médio e longo prazo	SMS E SEDUC
29. Garantir cuidado com as crianças com deficiência: ofertando atendimento integral na RAS.	Manter fornecimento de órteses e próteses nos serviços especializados credenciados para as deficiências (físicas, auditivas, visual)	Manter dispensação regulada, conforme fluxo já estabelecido.	SMS
	Disponibilizar e Ampliar o Atendimento no CER-IV	Ampliar em 15% o número de vagas no CER- IV, longo prazo.	
	Qualificar os profissionais da eSF, das e-Multi, e da AAE, numa perspectiva interdisciplinar, para uma detecção do TEA e para intervenção precoce em tempo oportuno.	Garantir 100% de detecção precoce das alterações nos marcos do desenvolvimento com acompanhamento na APS e AAE a Longo prazo	
	Implantar a Linha de Cuidado para Atenção às Crianças em Condições Específicas e suas famílias, com rastreamento do TEA (Utilização do M-CHAT).	Implantar em 100% da RAS, a Curto Prazo	

30. Ações Intersetoriais	Manter a articulação da APS e AAE com os demais serviços, equipamentos de Assistência Social, Conselho Tutelar, Educação e Justiça através da participação ativa nas Audiências Concentradas, nas reuniões intersetoriais territoriais, do GT de Matriciamento, do Fórum de Diálogo com os Conselhos Tutelares, do Comitê da Pessoa com Deficiência e dos Comitês da Criança e do Adolescente (CDCAC, COMPETI, da Violência).	Manter Reuniões Periódicas de cada Grupo de Trabalho, conforme já estabelecido.	SMS, SEDUC, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESENVOLVIMENTO SOCIAL
	Promover campanhas de prevenção de acidentes, a partir da análise de proporcionalidade de risco associado à faixa etária.	Realizar 1 campanha por ano, relacionado ao "Maio Amarelo". Curto prazo.	SMS / SEDUC / Transcon
	Orientar pais e educadores responsáveis por crianças de 0 a 6 anos sobre medidas de segurança em casa, incluindo prevenção de quedas, queimaduras e intoxicações.	Realizar 1 campanha por ano. Curto prazo.	
	Instruir quanto ao uso adequado de dispositivos de segurança infantil, como cadeirinhas para carros, grades de proteção e travas de segurança em móveis.	Realizar 1 campanha por ano. Curto prazo.	
	Conscientizar a população sobre a prevenção de acidentes na primeira infância e os cuidados de emergência.	Realizar 1 campanha por ano. Curto prazo	
	Realizar ações que possam inibir o transporte ilegal de crianças na primeira infância	Assegurar que existam regulamentações específicas para veículos e serviços de transporte que atendam crianças 0 a 6 anos. Aumentar a fiscalização, realizando inspeções regulares e aplicando as penalidades em caso de irregularidades.	SMS / SEDUC / Transcon

Fonte: Elaboração Própria

12.5 A criança e a cultura; Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais e A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente

Tabela 11: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Metas	Setor Responsável	
31. Garantir planejamento urbano que promova um ambiente saudável e seguro para as crianças.	a. Priorizar projetos de revitalização de espaços públicos, que tenham como intuito torná-los mais acessíveis e atrativos para as crianças, envolvendo-as na concepção e planejamento destes espaços urbanos.	Implantação de brinquedos adequados a crianças de 0 a 6 anos em praças de todas as regionais administrativas. Médio prazo.	Obras/SMDHC/Esporte e Lazer	
	b. Promover planejamento urbano que priorize espaços seguros e amigáveis para crianças, incluindo áreas verdes e zonas livres de trânsito.	Incluir nas discussões sobre o plano diretor a priorização de espaços amigáveis para crianças de 0 a 6 anos. Longo prazo.	Habitação	
32. Educar sobre a importância da conservação ambiental e sustentabilidade desde a primeira infância, incentivando práticas ecológicas.	a. Ampliar a área verde nas unidades escolares, pelo programa COM VIDAS como fonte de estímulo às crianças.	Garantir orçamento para o programa COM VIDAS para maior suporte às escolas. Curto prazo.	SEDUC Meio Ambiente	
	b. Usar áreas verdes como palco para realização de atividades pedagógicas, a partir da promoção do acesso aos parques da cidade, por meio do programa Além dos Muros.	Viabilizar transporte adequado que possibilite as ações pedagógicas em espaços abertos para crianças de 0-3 anos.	Garantir a continuidade e expansão. Curto prazo.	SEDUC/ Meio Ambiente
		c. Implantar, com as crianças, jardins e hortas em atividade coletiva;		
	Valorizar os espaços verdes e além da sala de aula, que já existem no Cemei, com as crianças	Formação para o corpo docente, visando a valorização desses espaços. Médio prazo	seduc	
33. Promover, em espaços públicos, ações que viabilizem o explorar e brincar ampliado às	a. Promover ações de “Ruas Para o Lazer”, com ações integradas entre as diversas secretarias e demais equipamentos do município.	1 em cada das 3 regionais com maior número de crianças de 0 a 6 anos, aos finais de semana, implementada e 1 nas demais regionais. Curto prazo.	Esporte e Lazer/Transcon	

crianças.	b. Ampliação de atividades voltadas à primeira infância nas praças, parques e equipamentos culturais, com equipes especializadas e preparadas para receber esse público, visando proporcionar uma experiência cultural enriquecedora para as crianças.	Realização de passeio guiado pelos equipamentos culturais, (Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, Casa de Cacos e Estação Bernardo Monteiro) com foco nas crianças de 0 a 6 anos. Curto prazo.	Cultura e Meio Ambiente
34. Ampliar o uso dos espaços públicos do município para atividades artísticas, de esporte e lazer para crianças de 0 a 6 anos.	Fomentar as parcerias com as organizações da sociedade civil	Criação de editais (ou objetivos dentro dos editais) para este fim. curto prazo	Cultura, Esportes, SMDHC, e Fundos Especiais
35. Oportunizar espaço de vivência cultural para as crianças	Ofertar diversas oficinas de vivência das diversas linguagens culturais (música, dança, teatro, artes plásticas, etc) voltadas para crianças pequenas	Pelo menos uma oficina de cada linguagem , nos espaços de fácil acesso à população. Médio prazo.	Cultura, SEDUC, SMDS
36. Evitar a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais.	a. Fortalecimento da oferta de atividades em espaços públicos que envolvam a primeira infância.	Expandir a programação de atividades lúdicas e educativas em parques e praças. Curto Prazo.	Cultura, Educação e Meio Ambiente
		Estabelecer parcerias institucionais para oferecer programação regular. Médio prazo.	
	Integrar essas atividades à rotina das comunidades. Longo prazo.		
	b. Regulamentar o acesso às telas na educação infantil.	Elaborar orientação de uso de telas na educação infantil	SEDUC
	c. Ampliar o atendimento de esportes para crianças de 4 e 5 anos.	Criar uma turma para esta faixa etária para cada modalidade já ofertada. Médio Prazo.	Esportes
37. Sensibilizar cuidadores a respeito dos impactos do uso excessivo de telas na	a. Orientar cuidadores sobre a mediação do acesso a telas na primeira infância e como potencializar o uso dos recursos tecnológicos.	Realizar seminário de formação com os profissionais, pelo menos uma vez ao ano.	SEDUC, SMDS
		Produção de material informativo para pais e responsáveis, pelo menos uma vez ao ano.	

primeira infância.		Realizar rodas de conversa com pais e responsáveis, pelo menos uma vez ao ano.	
	b. Informar pais e responsáveis sobre o direito à privacidade de crianças e os possíveis impactos da violação desse direito.	Médio Prazo	SEDUC / SMDS
	c. Informar pais e responsáveis sobre conteúdos nocivos aos quais as crianças podem estar expostas (abuso, erotização, auto extermínio, entre outros).		
	d. Dialogar com os grupos familiares sobre a monetização de conteúdos nas redes sociais e os impactos da exposição das crianças em sua construção de identidade, sociabilidade e os riscos de segurança associados.		
38. Garantir acesso a experiências culturais diversas desde a primeira infância.	a. Promover o acesso à crianças, desde os primeiros anos, em produções, eventos e espetáculos.	Incentivar a participação em eventos culturais existentes. Curto prazo.	Cultura/educação
		Criar espaços dedicados a apresentações para a primeira infância. Médio prazo.	
		Integrar essas produções ao currículo escolar. Longo prazo.	
	b. Incluir elementos culturais nas atividades escolares.	Integrar a diversidade cultural nos currículos escolares e programas educacionais desde a primeira infância. Curto prazo.	Educação e Cultura
		Capacitar professores para abordar a diversidade cultural. Médio prazo.	
		Garantir que a diversidade seja parte essencial do currículo. Longo prazo.	
	c. Apoiar a preservação e celebração da cultura local em eventos e festivais voltados para a primeira infância.	Realizar eventos culturais locais. Curto prazo.	Cultura
		Documentar e compartilhar tradições locais. Médio prazo.	
		Integrar essas celebrações ao calendário oficial. Longo prazo.	

	d. Incentivar a participação ativa das crianças na criação e expressão cultural, permitindo que compartilhem suas próprias histórias e tradições.	<p>Criar espaços para que as crianças expressem suas histórias e tradições. Curto prazo.</p> <p>Promover projetos artísticos nas escolas. Médio prazo.</p>	Cultura/ educação
39. Promover a história da Turma do Contagito nos diversos espaços da Cidade.	a. Ampliar a exposição e participação da Turma do Contagito em diversos eventos voltados para a primeira infância.	Participar de eventos locais. Curto prazo.	Cultura / SEDUC
		Ampliar a visibilidade da Turma do Contagito em mídias locais. Médio prazo.	
		Estabelecer a Turma do Contagito como símbolo cultural reconhecido. Longo prazo.	
	b. Utilizar a Turma do Contagito em produções gráficas e mídias digitais de ações direcionadas à primeira infância.	Explorar a participação da Turma do Contagito em materiais visuais. Curto prazo.	Cultura
<p>Ampliar sua presença em plataformas digitais. Médio prazo.</p> <p>Consolidar a Turma do Contagito como um recurso visual relevante para crianças e suas famílias. Longo prazo.</p>			
40. Garantir e ampliar o atendimento às crianças com deficiência e neuro divergentes/atípicas.	a. Ampliação do número de Salas de AEE no município	Garantir que toda unidade escolar tenha pelo menos uma sala para atendimento. Médio prazo.	SEDUC
	b. Ampliação do número de professores (as) com especialização em Educação Inclusiva para atendimento nas salas de AEE e nos Cemeis.	garantir atendimento cada vez mais qualificado nas salas de AEE	
	c. Manutenção/Ampliação de monitores de apoio à inclusão escolar, bem como instrutores/intérpretes de libras e técnicos de enfermagem para os atendimentos necessários.	Incluir as crianças com TEA na obrigatoriedade de terem monitores de apoio e garantir o quantitativo de monitores previsto nas normativas	

Fonte: Elaboração Própria

12.6 Educação Infantil

Tabela 12: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Meta	Setor Responsável
41. Garantir instituições de educação infantil que ofereçam um ambiente seguro, estimulante e inclusivo, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, social, emocional, e físico da criança.	a. Ofertar vagas de tempo integral nas unidades da Rede Municipal.	Rever critérios de priorização de atendimento a partir das sinalizações de hipervulnerabilidade.	SEDUC
		Curto prazo.	
		Aumentar % de vagas para atendimento em tempo integral na rede parceira. Médio prazo.	
		Criar vagas para atendimento em tempo integral nos CEMEIS. Longo prazo.	
	b. Ampliar as parcerias entre Município e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que realizem atendimento educacional à primeira infância.	Ampliar parceria com OSCs, prioritariamente nas regiões com maior demanda. Médio prazo.	SEDUC
	c. Aumentar atendimento 0 a 3, tanto na rede própria quanto na rede parceira.	Atender 100% da demanda de atendimento de crianças de 3 anos. Médio prazo.	SEDUC
Progressivamente, aumentar a oferta de atendimento de 0 a 3 anos, até alcançar 100% da demanda. Longo prazo.			
d. Levantamento de dados da demanda por atendimento escolar à primeira infância.	Realização de campanha anual de cadastramento escolar, formato mutirão para facilitar o acesso ao público. Curto prazo.		
42. Garantir o registro de todas as crianças entre 0 - 6 anos em uma lista de espera para vaga escolar.	a. Cadastro único para preenchimento de vagas escolares.	Unificar 100% as listas de esperas da rede com as conveniadas. Médio prazo.	SEDUC (funcionamento escolar)
43. Garantir atendimento das crianças com Professores formados e qualificados.	a. Custeio do atendimento professor sala com verba separada do per capita aluno.	Equiparação salarial de todos Professores das conveniadas. Médio prazo.	SEDUC (diretoria de convênio)

44. Garantir o Brincar como direito da criança em todas as conveniadas.	a. Fornecer brinquedos de parquinhos para todas as conveniadas que ainda não tem.	Identificar, substituir e fornecer 100% dos brinquedos no atendimento integral. Médio prazo.	SEDUC (superintendência educação infantil)
---	---	--	---

Fonte: Elaboração Própria

No eixo 3, “Governança e Intersetorialidade”, o último eixo trabalhado, foram agrupadas as temáticas contidas do Plano Nacional da Primeira infância:

- Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;
- Protegendo as crianças contra a pressão consumista;
- Objetivos de desenvolvimento sustentável para e com as crianças;
- As empresas e a primeira infância;
- O direito à beleza.

Para finalizar as oficinas de escrita abordamos de maneira destrinchada os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas Brasil. 2022). que são uma agenda de Estado, que deve ser construída de forma intersetorial, integrada e transversal, buscando transformar o paradigma de desenvolvimento no mundo por meio da relação equilibrada entre a prosperidade humana e a proteção do planeta. Foi discutida a importância de construção de estratégias para que nenhuma criança fique sem registro civil e a problematização sobre o papel que as empresas têm para com a primeira infância. Como responsabilizar e sensibilizar o setor privado em relação ao desenvolvimento das crianças e de sua relação com os pais e ou responsáveis. Um tema relacionado ao combate à pressão consumista, a publicidade direcionada a crianças e sua influência no comportamento desenvolvimento e alimentação.

A ação estratégica de acesso à beleza, denominada “O direito à beleza” se apresenta como mais do que uma ação, sendo uma convocação para que a beleza componha todas as ações desenvolvidas no atendimento à primeira infância. Não se relaciona, entretanto, a uma preocupação estética, mas mostra de maneira concreta a beleza de uma vivência da infância através do acesso pleno a direitos. Pensar o direito à beleza é buscar outra lente, mais generosa para enxergar o mundo, ou membros mais flexíveis para a construção de um caminho, futuro e um horizonte junto com as crianças.

12.7 Do direito ao brincar

Tabela 13: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Meta	Setor Responsável
45. Oportunizar espaços destinados exclusivamente ao brincar da primeira infância, compreendendo toda a diversidade de infâncias.	b. Promover espaços de brincar que propiciem a experiência de brincar de maneira adaptada e inclusiva.	implementação de brinquedos adaptados em pelo menos uma praça por regional	SMDHC Obras / Meio Ambiente
46. Fortalecer o Programa Brincar é Direito.	a. apresentar projeto de lei sobre a primeira infância	Criação do “Dia do Brincar” no calendário municipal. médio prazo	SMDHC Comitê SEDUC
	b. Garantir financiamento contínuo para o programa	Realizar pelo menos 4 atividades do programa por mês médio prazo	SMDHC
47. Oportunizar espaços destinados à promoção da cultura e leitura para a primeira infância, compreendendo toda a diversidade de infâncias.	a. Promover espaços de aprendizado e incentivo a leitura.	Criação de uma brinquedoteca municipal. Médio prazo.	SMDHC Cultura

Fonte: Elaboração Própria

12.8 Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças

Tabela 14: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Meta	Setor Responsável
48. Assegurar o documento de registro completo para todos os bebês, em tempo.	a. Orientar as gestantes, durante o período de pré natal, sobre a documentação necessária para o registro do recém nascido, incluindo a documentação necessária para registro de paternidade.	90% das crianças nascidas no Centro Materno Infantil de Contagem com registro antes da alta hospitalar	SMS SMDS
	b. Fortalecimento e continuidade do atendimento da unidade interligada na maternidade.	Inclusão de outras certidões na unidade Interligada	cartório

Fonte: Elaboração Própria

12.9 Empresas e a primeira infância e Protegendo as crianças contra a pressão consumista

Tabela 15: Quadro lógico

Objetivos	Ações	Meta	Setor Responsável
49. Fortalecer o entendimento de que as empresas são reconhecidas, e devem se reconhecer, como parte dos agentes da sociedade corresponsáveis pelo cumprimento, com prioridade absoluta, dos direitos das crianças.	a. Formulação de material informativo relacionado aos direitos da primeira infância e aos direitos e responsabilidades dos pais e responsáveis.	uma campanha, com materiais publicitários, aprovadas. curto prazo	CMDCAC SEDUC
	b. Estimular as empresas a fazer doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, do CMDCAC, reiterando as contrapartidas desta ação.	realização de seminários, rodas de conversas, encontros de negócios para divulgar o FMDCA. curto prazo	Desenvolvimento econômico
	c. Assegurar, nos contratos firmados pela administração pública com empresas, a presença de cláusulas que definam a obrigação dessas em prevenir, mitigar e remediar violações de direitos de crianças e adolescentes, com especial enfoque à primeira infância, incluindo a responsabilidade solidária no controle de impactos da cadeia produtiva.	criação de cláusula padrão para os contratos, convênios e termos de parceria da PMC. médio prazo	SEAD desenvolvimento econômico
	d. Criação do selo “Empresa Amiga da Criança” como um estímulo ao Investimento Social Privado das empresas com fins lucrativos em projetos em benefício da primeira infância.	elaboração de edital da Campanha, divulgação do Edital. médio prazo	SEAD desenvolvimento econômico

Fonte: Elaboração Própria

13 COMO FAREMOS O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO?

O monitoramento e a avaliação são ferramentas essenciais para avaliar o progresso, a eficácia e o impacto das intervenções governamentais. Segundo Souza (2010), eles são instrumentos indispensáveis para uma gestão pública eficiente e eficaz. Além de acompanhar o andamento das políticas, o monitoramento e a avaliação permitem identificar falhas e gargalos, possibilitando ajustes necessários para alcançar os resultados desejados.

No caso específico do Comitê Intersetorial da Primeira Infância do Município de Contagem, foi decidido em sua primeira reunião ordinária que o monitoramento das ações previstas no Plano Municipal será realizado de forma bimestral, por meio de reuniões convocadas para esse fim. Ao final das reuniões de monitoramento, será elaborado e publicado informativo com os avanços do PMPI naquele período.

A principal ferramenta de monitoramento será o acompanhamento das metas estabelecidas para cada ação prevista nos quadros de propostas. Esses quadros foram construídos pelo Comitê Intersetorial com a participação da sociedade civil e estabelecem marcos que devem ser alcançados durante o período de vigência do plano. Além disso, será feito um acompanhamento qualitativo dos andamentos das ações, a partir do relato dos responsáveis estabelecidos nos quadros.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção do Plano Municipal pela Primeira Infância foi observado uma lacuna, uma falta de menção ao papel das mulheres e as consequências positivas da elaboração e posterior implementação do plano para elas. Afinal, na prática, quem são, em sua grande maioria, as principais cuidadoras das crianças de 0 a 6 anos? Não se trata de abordar o tema como algo essencialista, como se o maternar e a maternidade fosse obrigações naturais, religiosas ou morais do sexo feminino, nem ao menos que o cuidado das crianças deve ser obrigação exclusiva de genitores, pais, família em seus mais diversos formatos, da comunidade e do Estado.

Mais do que necessário, é crucial dizer que as mulheres são a grande maioria no cuidado com as crianças, sejam mães, familiares da rede de apoio ou profissionais das áreas diretamente envolvidas no atendimento a esta faixa etária, como assistência, saúde e educação. Tal fato é realidade devido a construção estrutural e cultural de nossa sociedade. Foi através da divisão sexual do trabalho que se organizou a vida de forma a responsabilizar as mulheres e homens por esferas diferentes e considerar sempre as atividades masculinas como mais valorizadas.

Os homens estariam então destinados às atividades produtivas, relativas à produção de mercadorias e bens de consumo, onde seu trabalho é visível, público, reconhecido, valorizado e remunerado. Às mulheres, caberia a atividade reprodutiva, relativa ao cuidado com as pessoas, em especial crianças, um trabalho invisível, na esfera privada, não reconhecida, não valorizada e normalmente não remunerada ou mal remunerada. Na realidade é possível perceber que as mulheres estão ao mesmo tempo nas duas atividades, as produtivas e reprodutivas, ou seja, na esfera privada e também na pública.

Essa divisão desigual e hierárquica do trabalho não é algo natural, mas historicamente e socialmente construída. A hierarquia consiste na valorização do trabalho masculino em detrimento do feminino, visto que ao trabalho reprodutivo é atribuído menor valor econômico. Mesmo no mercado de trabalho a mulher não está desobrigada de seu trabalho reprodutivo (doméstico) aquele trabalho de reprodução da vida, do cuidado, e recebendo pouca ou nenhuma contribuição do homem da casa ou genitor dos filhos.

Desta forma, eles têm seu tempo livre para dedicar-se à economia formal, enquanto elas enfrentam a dupla jornada de trabalho. Isto torna as oportunidades das mulheres menores em relação às dos homens e faz com que haja mais pobreza entre o gênero feminino. De acordo com IBGE, em 2022, quase 7 milhões de mulheres entre 15 e 29 anos não estavam estudando e nem ocupadas no mercado de trabalho. Desse total, mais de 2,5 milhões afirmaram que não buscaram trabalho porque precisavam cuidar dos afazeres domésticos ou tomar conta de filhos e parentes. Para os homens, por outro lado, o número não chegou a 100 mil pessoas.

A responsabilidade com a primeira infância recai sobre as mulheres, e ainda que haja uma diversidade importante de ser destacadas nas organizações familiares, como o cuidado a partir da família extensa, famílias homoafetivas, entre outras, em sua grande maioria são as mulheres em casa ou no público, no trabalho reprodutivo remunerado ou não, as grandes

cuidadoras das crianças, principalmente as da primeira infância devido a sua maior dependência.

Dessa forma, é central afirmar que a construção de um Plano pela Primeira Infância é visibilizar trabalho reprodutivo, de cuidados, o trabalho das mulheres. É desonerar, reduzir a sobrecarga, pensar sua erradicação, devolvê-la tempo. Tempo que, articulado a demais políticas, poderá ser usado para um acesso mais qualificado aos estudos e mercado de trabalho, possibilitando maior renda, estabilidade e independência financeira. É devolvê-la tempo para o próprio cuidado e desenvolvimento pessoal. Devolvê-la tempo e estabilidade para o cuidado ainda mais qualificado das crianças. Por esses motivos, a elaboração e real implementação de um Plano pela Primeira Infância pode ser passo essencial na construção de uma efetiva equidade de gênero. Mas para isso, essa perspectiva precisa ser descortinada, trabalhada, deve estar contida no plano como princípio, diretriz, deve estar na discussão intersetorial na responsabilização do Estado, na valorização profissional das trabalhadoras do cuidado.

Construir de maneira intersetorial, com participação popular, com escuta das crianças, construir, implementar e monitorar um Plano da Primeira Infância é responsabilizar o poder público ao cuidado sistemático e integral da criança. E pode ser uma reeducação, responsabilização de genitores, homens assim como uma desconstrução da falácia de que é “natural”, uma obrigação primária, primordial, solitária de mulheres o cuidado com a vida, desenvolvimento e proteção das crianças.

15 AGRADECIMENTOS

A prefeitura de Contagem agradece a todos os envolvidos na elaboração do seu Plano Municipal pela Primeira Infância, especialmente:

- a Rede Primeira Infância - Minas Gerais (REPI-MG) e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Minas Gerais - UNCME/MG pelo apoio técnico e consultoria;
- às Secretarias Municipais de Educação e de Direitos Humanos pelo direcionamento das ações no Comitê Intersectorial;
- às unidades de atendimento à Educação Infantil municipais, Anexos, Cemeis, Escolas Municipais e Creches Parceiras pela contribuição e engajamento nas atividades propostas;
- à equipe da Superintendência de Educação de Infantil pela escuta atenta e envolvimento das IELs na elaboração do PMPIC;
- à equipe da Superintendência de Políticas Públicas para a Infância e Adolescência pela realização das oficinas e alinhamento conceitual do plano com os integrantes do Comitê Intersectorial;
- à equipe da Secretaria de Saúde pelo empenho na construção do diagnóstico situacional;
- às crianças que inspiraram e contribuíram com as ações propostas neste plano, demonstrando seu potencial e leitura da cidade.

16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(“Observatório”, [s.d.]) Observatório. Disponível em: <https://ww2.contagem.mg.gov.br/observatorio/caracteristicas-demograficas-regionais-administrativas/>. Acesso em: 21 maio. 2024.

BAPTISTA, M. C. A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02/05/2024

_____. Estatuto da criança e do adolescente. Lei n.o 8.069, de 13 de 1990. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2019.

_____. Lei n.o 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n.o 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n.o 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.o 5.452, de 1 de maio de 1943, a Lei n.o 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n.o 12.662, de 5 de junho de 2012.

CARVALHO, Andréa Pinheiro T. de e BATISTA, Patrícia Barros Soares. Um olhar sobre a criança e seu direito ao acesso à linguagem escrita na educação infantil. *Revista Brasileira de Educação Básica*. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/um-olhar-sobre-a-crianca-e-seu-direito-ao-acesso-a-linguagem-escrita--na-educacao-infantil/2017>.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 mar. 2016, Seção 1, p. 1. _____. Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília, DF: RNPI, 2010

DUTRA, Fernando. Contagem entrega kits de uniformes gratuitos para estudantes da rede municipal de ensino. Disponível em: <https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/79926/contagem-entrega-kits-de-uniformes-gratuitos-para-estudantes-da-rede-municipal-de-ensino>. Acesso em 23/04/2024.

EVELISE J.; VINCENSI, E. J.; CERUTTI, J. C. Resenha do filme “A invenção da infância”. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/arquivos/clinicapsicologia/informativos/falandonisso6/resenha#:~:text=O%20filme%20encerra%20com%20a,essa%20diferencia%C3%A7%C3%A3o%20persistisse%2C%20seria%20posterior> Acesso em: 12 de dez de 2023.

FIGUEIREDO, Ana Paula; DUTRA, Fernando. Especial da Semana: Contagem constrói um futuro inovador para a educação no município. Disponível em: <https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/79973/especial-da-semana-contagem-constroi-um-futuro-inovador-para-a-educacao-do-municipio>. Acesso em 23/04/2024.

GOBBI, Márcia Aparecida. Mundo na ponta do lápis: desenhos de crianças pequenas ou de como estranhar o familiar quando o assunto é criação infantil. Linhas Críticas, Brasília, DF, V.20, n.41, p. 147-165, jan/abr. 2014.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. Plano nacional pela primeira infância. Brasília, DF: RNPI, 2010.

SALLES, Fátima.; FARIA, Vitória. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. Editora Ática , 2012, 2ª edição.

SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel (1997). As Crianças e a Infância: definindo conceitos, delimitando o campo. Universidade do Minho. 2002.

SILVA, Milla. Intervenções no Forno Dias atraem visitantes proporcionando mais lazer e contato com a natureza. Disponível em:
<https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/79947/intervencoes-no-forno-dias-atraem-visitantes-proporcionando-mais-lazer-e-contato-com-a-natureza>. Acesso em 23/04/2024.

Decreto 648 2022 de Contagem MG. Disponível em:
<<https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/contagem/decreto/2022/65/648/decreto-n-648-2022-institui-o-nucleo-intersectorial-de-prevencao-da-violencia-e-promocao-da-cultura-de-paz-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SOUZA, Davi; EGG, Etiene. Mais saúde: gestantes e puérperas recebem assistência com conforto e qualidade em novo endereço. Disponível em:
<https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/79954/mais-saude-gestantes-e-puerperas-recebem-assistencia-com-conforto-e-qualidade-em-novo-endereco>. Acesso em 23/04/2024)

SOUZA, S. J. Infância e Linguagem. In.: Ser Criança na Educação Infantil: infância e linguagem. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 1. ed., Brasília: MEC/SEB, 2016.

DUTRA, Fernando. Prefeitura inicia entrega de tablets para montagem de laboratórios móveis de informática nas escolas.

Disponível em: <https://ww2.contagem.mg.gov.br/estudacontagem/prefeitura-inicia-entrega-de-tablets-para-montagem-de-laboratorios-moveis-de-informatica-nas-escolas/>
Acesso em 29/04/2024

DUTRA, Fernando. Prefeitura entrega novos brinquedos para a Rede Municipal de Ensino e beneficia mais de 15 mil crianças. Disponível em:
<https://ww2.contagem.mg.gov.br/estudacontagem/prefeitura-entrega-novos-brinquedos-para-a-rede-municipal-de-ensino-e-beneficia-mais-de-15-mil-criancas/> Acesso em 29/04/2024

Lei nº 13.257/2016 (BRASIL, 2016) Marco Legal pela Primeira Infância Constituição Federal (BRASIL, 2010, Art.227)

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
Acesso em: 02 de maio de 2024

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acesso em: 02 de maio de 2024

BRASIL. LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a

primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: . Acesso em 02 de maio de 2024.

BRASIL. UNICEF. Cartilha – Plano Municipal para a Primeira Infância: um passo a passo para a elaboração. 2021. Acesso em 02 de maio de 2024

EVELISE J. Vincensi, E.J.; CERUTTI, J. C. Resenha do filme “A invenção da infância”. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/arquivos/clinicapsicologia/informativos/falandonisso6/resenha#:~:text=O%20filme%20encerra%20com%20a,essa%20diferencia%C3%A7%C3%A3o%20persistisse%2C%20seria%20posterior.> Acesso em: 12 de dez de 2023.

GOBBI. Márcia Aparecida. Mundo na ponta do lápis: desenhos de crianças pequenas ou de como estranhar o familiar quando o assunto é criação infantil. Linhas Críticas, Brasília, DF, V.20, n.41, p. 147-165, jan/abr. 2014.

SALLES, Fátima.; FARIA, Vitória. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. Editora Ática , 2012, 2ª edição.

SOUZA, S. J. Infância e Linguagem. In.: Ser Criança na Educação Infantil: infância e linguagem. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 1. ed., Brasília: MEC/SEB, 2016.

<https://ww2.contagem.mg.gov.br/observatorio/visao-geral-do-municipio/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes> acessado maio de 2024

“Política Nacional de Cuidados Visa Diminuir a Desigualdade de Gênero No Mundo Do Trabalho.” *Agência Gov*, agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/politica-nacional-de-cuidados-visa-diminuir-a-desigualdade-de-genero-no-mundo-do-trabalho. Accessed 9 May 2024.

Decreto 648 2022 de Contagem MG. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/contagem/decreto/2022/65/648/decreto-n-648-2022-institui-o-nucleo-intersectorial-de-prevencao-da-violencia-e-promocao-da-cultura-de-paz-e-da-outras-providencias>>.

MULHERES TRANSFORMANDO A ECONOMIA: Cartilha sobre Economia Solidária e Feminista; São Paulo, 2015, cartilha. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilhaSOFdigital.pdf>. Accessed on May 2024.

CEFEDES, O direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé. 2022. Cartilha. Disponível em: https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Cartilha_Direito_Consulta_WEB.pdf

Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC/PMC. Mapeamento de povos e comunidades tradicionais de Contagem. Contagem; 2016. Cartilha. Disponível em:

<https://decidim.contagem.mg.gov.br/assemblies/mapeamentocomunidadestradicionaisdecontagem?locale=pt> Accessed on May 2024.

Plano Nacional pela Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 – 2030. Brasília: Rede Nacional Primeira Infância/CONADA, 2020.

Caetano, D., Barros, F. C., & Carvalho, F. L. (2010). Desnutrição infantil no Brasil: Panorama e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, 26(11), 2063-2074.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). (2004). Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Eixos e diretrizes. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 de dezembro de 2004.

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). (2006). Lei nº 11.346, de 25 de setembro de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 de setembro de 2006.

Pastoral da Criança. (2023). *Nutrição Infantil: Guia prático para agentes de saúde e famílias*.

Cavalcante, J. M., Bezerra, M. N., & Barreto, M. L. (2006). Obesidade infantil no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Saúde Pública*, 40(2), 242- 248.

Minas Gerais. Solicitar atendimento na Casa da Gestante. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/servico/solicitar-atendimento-na-casa-da-gestante#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,Unidade%20Neonatal%20de%20Terapia%20Intensiva.>>. Acesso em: 13 maio 2024.

Ministério da Saúde. Aleitamento Materno - IHAC. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno/ihac>>. Acesso em: 13 maio 2024.

Sousa, Marconi Fernandes de. *Monitoramento e avaliação de políticas públicas: conceitos básicos*. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/992?mode=full>. Acesso em: 22 maio 2024.

Anexo I - Decreto do Comitê Intersetorial

DECRETO Nº 1109, DE 17 DE JANEIRO DE 2024.

Institui o Comitê Intersetorial da Primeira Infância no Município de Contagem.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM, no exercício de seu cargo e no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere a Lei Orgânica desse município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Intersetorial da Primeira Infância no Município com a finalidade de planejar, promover, coordenar, avaliar e monitorar as políticas públicas relacionados à primeira infância em Contagem.

Art. 2º Para os efeitos desse decreto, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

Art. 3º O Comitê Intersetorial da Primeira Infância tem as seguintes atribuições:

I - convocar, planejar e coordenar a realização de grupos de trabalho por área, itens ou assuntos para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, bem como divulgar as suas propostas;

II - acompanhar e avaliar o processo de implementação das propostas de ações sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância;

III - assessorar a Prefeitura Municipal em relação à pauta da primeira infância e à atenção integral à criança;

IV - acompanhar os indicadores do município referentes ao Plano Municipal pela Primeira Infância;

V - acompanhar, junto à Câmara Municipal de Contagem, a tramitação de projetos legislativos relativos à política municipal da Primeira Infância;

VI - monitorar o processo de implementação, avaliação e revisão do Plano Municipal pela Primeira Infância e dos planos subsequentes;

VII - elaborar seu Regimento Interno;

VIII - as demais atribuições previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância.

Art. 4º O Comitê Intersetorial da Primeira Infância será composto por representantes dos seguintes órgãos, instituições e entidades:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Segurança Alimentar;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;

VII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

VIII – 01 (um) representante da Câmara Municipal de Contagem;

IX – 01 (um) representante do Conselho Tutelar;

X – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

XI – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde;

XII – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

XIII - 01 (um) representante de Universidades no município;

XIV – 01 (uma) criança de 05 ou 06 anos com o(a) representante legal.

§ 1º Cada representante titular terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros titulares e seus respectivos suplentes serão indicados pelos Secretários Municipais e presidentes dos Conselhos que compõem a comissão.

§ 3º Os responsáveis por indicar os membros deste Comitê deverão comunicar, por ofício, à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, sempre que houver necessidade de alteração do respectivo representante.

§ 4º A falta de indicação ou nomeação de qualquer representante não inviabiliza a instituição e/ou funcionamento do Comitê.

§ 5º O exercício da função de membro do Comitê Intersetorial da Primeira Infância não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

§ 6º Na presença do membro titular, o membro suplente não terá direito à voto nas reuniões.

§ 7º Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Poder Judiciário podem participar do Comitê na condição de convidados em caráter permanente.

§ 8º O Comitê pode convidar profissionais e/ou especialistas para contribuir com o processo e análise de temas relacionados à primeira infância.

Art. 5º A Coordenação do Comitê deverá ser definida na primeira reunião e será responsável pela organização da agenda de trabalhos.

Art. 6º O Comitê Intersetorial da Primeira Infância terá seu funcionamento regulado por Regimento Interno, que deverá ser elaborado e aprovado pelos membros.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal fornecerá a estrutura necessária para o adequado funcionamento do Comitê da Primeira Infância.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Registro, em Contagem, 17 de janeiro de 2024.

MARÍLIA APARECIDA CAMPOS

Prefeita de Contagem

Anexo II - Consulta Pública

Escuta à sociedade para construção do Plano Municipal pela Primeira Infância

Conforme o acordo estabelecido pelo Plano Nacional pela Primeira Infância, documento político e técnico que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e de promoção dos direitos das crianças na primeira infância, com a necessária especificidade e com a prioridade que lhe atribui a Constituição Federal em seu Art. 227, os municípios brasileiros ficaram incumbidos de elaborar os seus planos locais.

Nesse sentido, o Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Contagem estabeleceu 08 eixos, sobre os quais pretende ouvir a população do município para o planejamento de ações a estes relacionadas. São eles: (1) A saúde das crianças; (2) Educação Infantil; (3) Assistência Social e Convivência Familiar e Comunitária de crianças; (4) A criança e o direito ao brincar e à cultura; (6) Atenção integral às crianças e suas famílias em situação de violência; (7) Proteção das crianças contra a pressão consumista, a exposição precoce aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais; (8) O Sistema de Garantias de Direitos e de Justiça às crianças e as suas famílias.

Contamos com a sua colaboração no preenchimento das questões abaixo até o dia 12/06/2024. Desde já, agradecemos!

Comitê Intersetorial de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Contagem

PARTE I – DADOS DO/A RESPONDENTE:

NOME:

Idade:

GÊNERO:

RAÇA/Cor:

BAIRRO/TERRITÓRIO:

NACIONALIDADE:

ESCOLARIDADE:

PROFISSÃO:

Cuida/convive com crianças de 0 a 6 anos?

Caso conviva/cuide, qual(is) seu(s) vínculo(s) com a criança?

PARTE II – CONTRIBUIÇÕES AOS EIXOS DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - PMPI

Escolha o(s) eixo(s) do Plano Municipal pela Primeira Infância sobre o(s) qual(is) você gostaria de dar a sua contribuição. É muito importante que, além do registro da sua opinião, marcando uma das afirmativas que aparecem na primeira questão de cada eixo, você também responda à pergunta seguinte (segunda questão de cada eixo), porque será o seu comentário sobre a opinião assinalada e o registro da sua contribuição para o planejamento e para a melhoria das ações do(s) referido(s) eixo(s).

Eixo 1 – A saúde das crianças

Esse eixo aborda ações para a garantia do direito à saúde integral das crianças de 0 a 6 anos. Tais como: pré-natal, parto, vacinação, puericultura, vigilância alimentar e nutricional.

1.1- Em conformidade com o eixo 1, como você percebe “A saúde das crianças” no município de Contagem?

há ações de atendimento satisfatórias.

há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias. o atendimento é precário e requer providências imediatas.

Ainda sobre o eixo “A saúde das crianças”, comente sua opinião, respondendo à pergunta a seguir.

1.2- Quais melhorias você considera necessárias para garantir a saúde integral de crianças de 0 a 6 anos no município de Contagem?

Eixo 2 – Educação infantil (creche e pré-escola)

Esse eixo aborda as ações de atendimento com qualidade, em creches e pré-escolas, para as crianças de 0 a 5 anos, garantindo o direito à educação infantil.

2.1- Na sua opinião, em relação ao eixo “Educação infantil”, no Município de Contagem:

há ações de atendimento satisfatórias.

há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias. o atendimento é precário e requer providências imediatas.

Ainda sobre o referido eixo, comente sua opinião, respondendo à pergunta a seguir.

2.2- O que é necessário para melhorar a oferta e a qualidade da educação infantil nas creches e escolas do município?

Eixo 3- Assistência social e a convivência familiar e comunitária das crianças

Esse eixo aborda ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social sobre convivência familiar e comunitária. Com ênfase nos serviços de acolhimento institucional, família acolhedora, apadrinhamento afetivo que visam ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

3.1- Com relação ao eixo “Assistência social e a convivência familiar e comunitária das crianças”, no município de Contagem, qual é a sua

opinião? há ações de atendimento satisfatórias.

há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias. o atendimento é precário e requer providências imediatas.

Ainda sobre o eixo “Assistência social e a convivência familiar e comunitária das crianças”, comente a sua opinião, respondendo à seguinte pergunta:

3.2- Quais ações você considera que o município de Contagem deveria realizar para garantir a proteção e a defesa dos direitos das crianças de 0 a 6 anos?

Eixo 4- A criança e o direito ao brincar e à cultura

Esse eixo aborda ações voltadas à garantia e aos direitos de todas as crianças de 0 a 6 anos do município de Contagem, no sentido de brincar e de desfrutar dos equipamentos e dos espaços culturais e naturais que a cidade oferece.

4.1- Na sua opinião, em relação ao eixo “A criança e o direito ao brincar e à cultura”, no município de Contagem:

há ações de atendimento satisfatórias.

há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias. o atendimento é precário e requer providências imediatas.

Ainda sobre o eixo “A criança e o direito ao brincar e à cultura”, comente sua opinião, respondendo à seguinte pergunta:

4.2- Como você avalia os espaços públicos que as crianças utilizam para brincar (praças, parques infantis, ruas de lazer) em nossa cidade, além dos eventos acessíveis às crianças de 0 a 6 anos?

Eixo 5- Atenção Integral às crianças e as suas famílias em situação de violência.

Esse eixo aborda ações voltadas à proteção de crianças de 0 a 6 anos e de famílias vítimas ou testemunhas de violência, objetivando o respeito às crianças na sua dignidade de pessoa e de sujeitos de direitos.

5.1- Na sua opinião, em relação ao eixo “Atenção Integral às crianças e as suas famílias em situação de violência”, no Município de Contagem:

há ações de atendimento satisfatórias.

há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias. o atendimento é precário e requer providências imediatas.

Ainda sobre o eixo “Atenção Integral às crianças e as suas famílias em situação de violência”, comente sua opinião, respondendo à seguinte pergunta:

5.2- Quais medidas podem ser adotadas pelo município para atender crianças de 0 a 6 anos e suas famílias vítimas ou testemunhas de violências?

Eixo 6- Proteção das crianças contra a pressão consumista, a exposição precoce aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais

Esse eixo aborda ações voltadas à sensibilização da sociedade contagense com relação aos prejuízos causados às crianças de 0 a 6 anos pela exposição aos aparelhos consumistas das mídias digitais (televisão, celular, tablet, computador, etc.), à sua formação como cidadãos que praticam o consumo consciente e ao aperfeiçoamento dos marcos legais que regulam temas relacionados às mídias digitais.

6.1- Na sua opinião, em relação a este eixo:

há ações de atendimento satisfatórias.

há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias. o atendimento é precário e requer providências imediatas.

Ainda sobre o eixo “Proteção das crianças contra a pressão consumista, a exposição precoce aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais”, comente a sua opinião, respondendo à pergunta a seguir.

6.2- Como o poder público municipal pode contribuir com os responsáveis pelas crianças de 0 a 6 anos, a fim de orientar a relação que elas mantêm com as diversas plataformas midiáticas (telas digitais, internet, aplicativos, jogos, redes sociais, TV, publicidades, etc.) e de protegê-las contra a pressão consumista?

Eixo 7- A criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente

Esse eixo aborda ações voltadas à garantia do direito da criança de 0 a 6 anos ao ambiente, considerando três subtemas intrinsecamente relacionados: (a) o meio ambiente físico e cultural em que vive; (b) a cidade como lugar de vida e de cidadania; e (c) a sociedade sustentável, que envolve a sustentabilidade do planeta e a educação ambiental, por meio de adaptações dos espaços onde elas vivem e de ações públicas e intersetoriais.

7.1- Na sua opinião, em relação ao eixo “A criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente”, no município de Contagem:

() há ações de atendimento satisfatórias.

() há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias. () o atendimento é precário e requer providências imediatas.

Ainda sobre o eixo “A criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente”, comente sua opinião, respondendo à pergunta a seguir.

7.2- Como você gostaria que fossem os espaços em Contagem, inerentes às ruas, praças, transportes, áreas de convivência, etc. destinados às crianças de 0 a 6 anos? Aponte sugestões para ações do poder público municipal, no sentido de adequá-los às vivências saudáveis para este público.

Eixo 8- O sistema de garantias de direitos e de justiça às crianças e as suas famílias.

Esse eixo aborda as ações do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública. Esses órgãos devem articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, visando estabelecer estratégias que atuam desde a prevenção até a definição e a implementação de medidas que protejam e promovam os direitos das crianças de 0 a 6 anos pertencentes ao município de Contagem

8.1- Na sua opinião, em relação ao eixo “O sistema de garantias de direitos e de justiça às crianças e as suas famílias”, no Município de Contagem:

() há ações de atendimento satisfatórias.

() há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias. () o atendimento é precário e requer providências imediatas.

Ainda sobre este eixo, comente sua opinião, respondendo à seguinte pergunta:

8.2- Como é possível ampliar o acesso da população aos órgãos do Sistema de Garantias de Direitos e de Justiça (Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar,

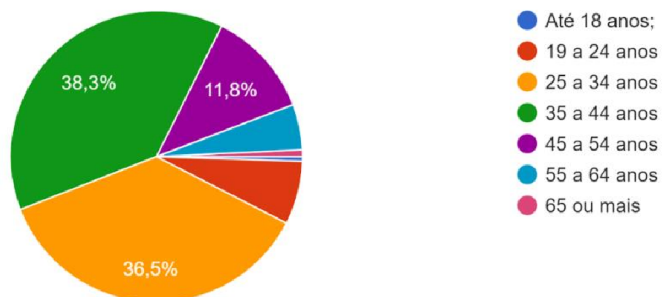
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, Polícias Militar, Civil e Federal, entre outros) e aos serviços prestados por eles, de forma a atender com mais eficiência aos interesses das crianças de 0 a 6 anos e de suas famílias?

Anexo III - Resultado da Consulta Pública

O formulário foi respondido por 397 pessoas conforme gráficos e nuvens de palavras para as questões abertas, a seguir:

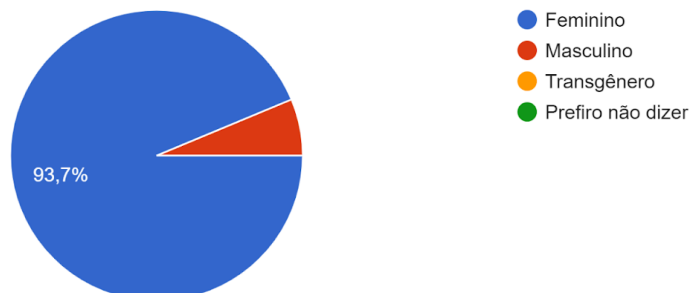
Idade

397 respostas



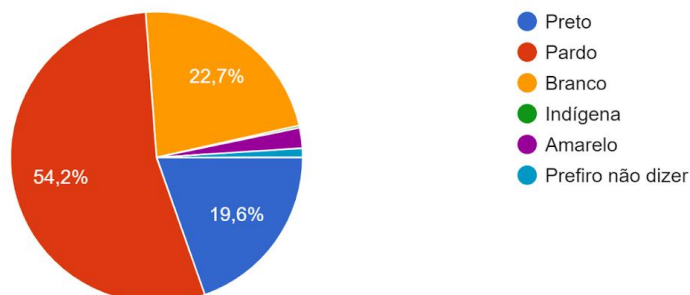
Gênero

397 respostas



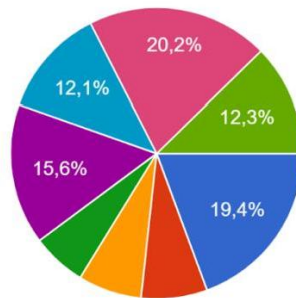
Raça/Cor

397 respostas



Regional em que reside

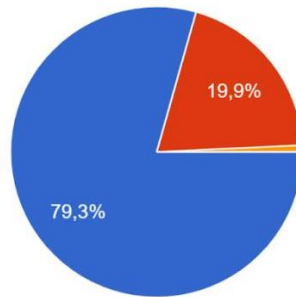
397 respostas



- Eldorado
- Industrial
- Nacional
- Petrolândia
- Ressaca
- Riacho
- Sede
- Vargem das Flores

Nacionalidade

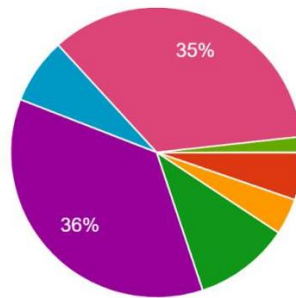
397 respostas



- Brasileira Originária
- Brasileira Naturalizado
- Estrangeira

Escolaridade

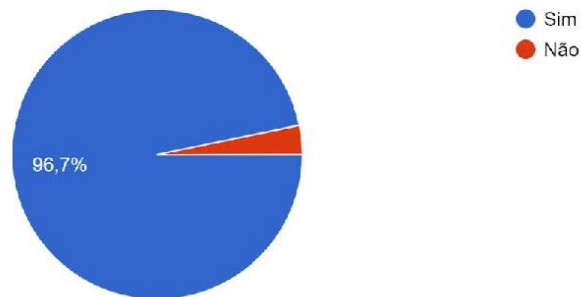
397 respostas



- Não frequentou a escola
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Mestrado
- Doutorado

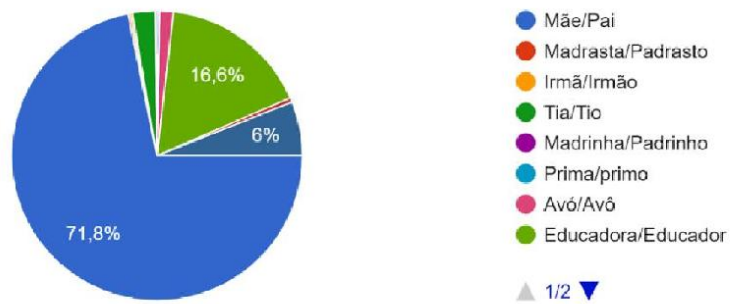
Cuida/convive com crianças de 0 a 6 anos?

397 respostas



Caso conviva/cuide, qual(is) seu(s) vínculo(s) com a criança?

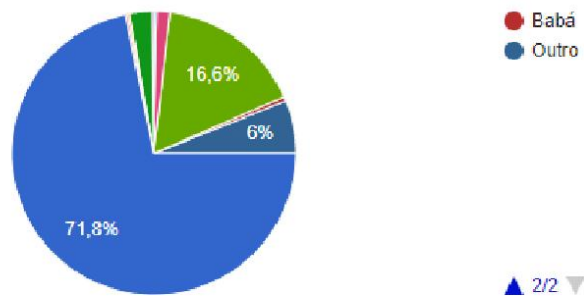
397 respostas



Caso conviva/cuide, qual(is) seu(s) vínculo(s) com a criança?

397 respostas

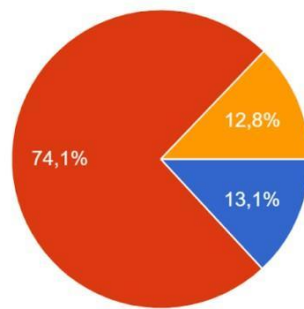
 Copiar



Eixo 1 - A saúde das crianças

Em conformidade com o eixo 1, como você percebe “A saúde das crianças” no município de Contagem?

397 respostas



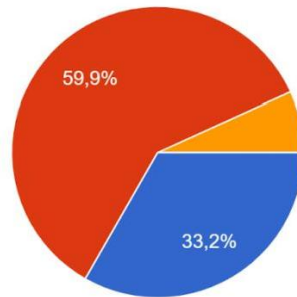
- Há ações de atendimento satisfatórias
- Há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias
- O atendimento é precário e requer providências imediatas



Eixo 2 - Educação infantil (creche e pré-escola)

Na sua opinião, em relação ao eixo “Educação infantil”, no Município de Contagem:

397 respostas



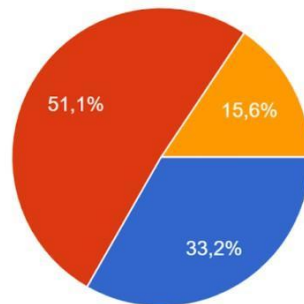
- Há ações de atendimento satisfatórias
- Há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias
- O atendimento é precário e requer providências imediatas



Eixo 3 - Assistência social e a convivência familiar e comunitária das crianças

Com relação ao eixo “Assistência social e a convivência familiar e comunitária das crianças”, no município de Contagem, qual é a sua opinião?

397 respostas



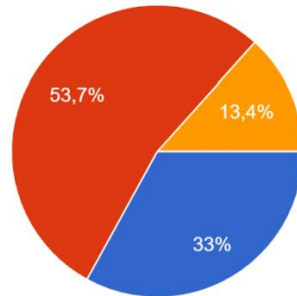
- Há ações de atendimento satisfatórias
- Há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias
- O atendimento é precário e requer providências imediatas



Eixo 4 - A criança e o direito ao brincar e à cultura

Na sua opinião, em relação ao eixo “A criança e o direito ao brincar e à cultura”, no município de Contagem:

397 respostas



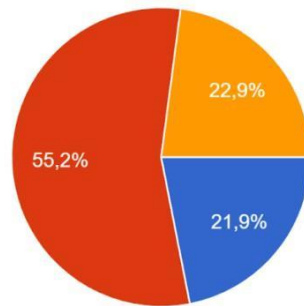
- Há ações de atendimento satisfatórias
- Há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias
- O atendimento é precário e requer providências imediatas



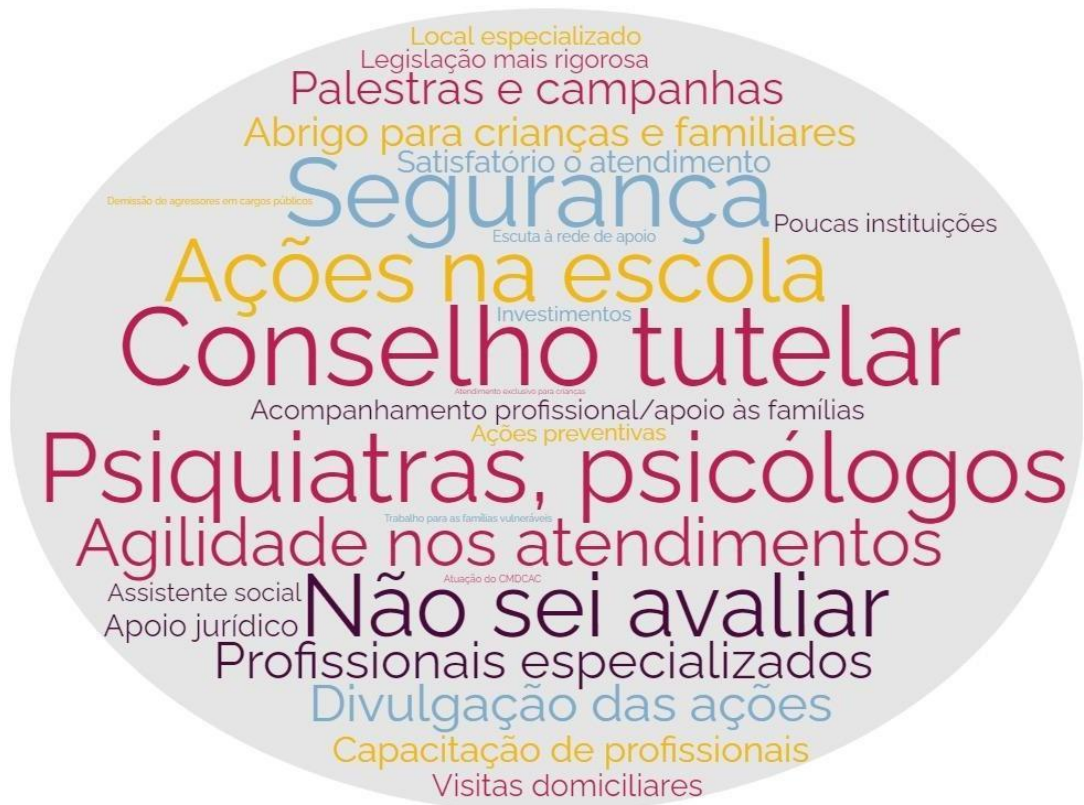
Eixo 5 - Atenção Integral às crianças e as suas famílias em situação de violência

Na sua opinião, em relação ao eixo “Atenção Integral às crianças e as suas famílias em situação de violência”, no Município de Contagem:

397 respostas



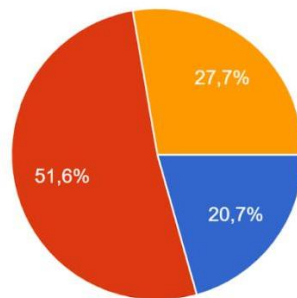
- Há ações de atendimento satisfatórias
- Há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias
- O atendimento é precário e requer providências imediatas



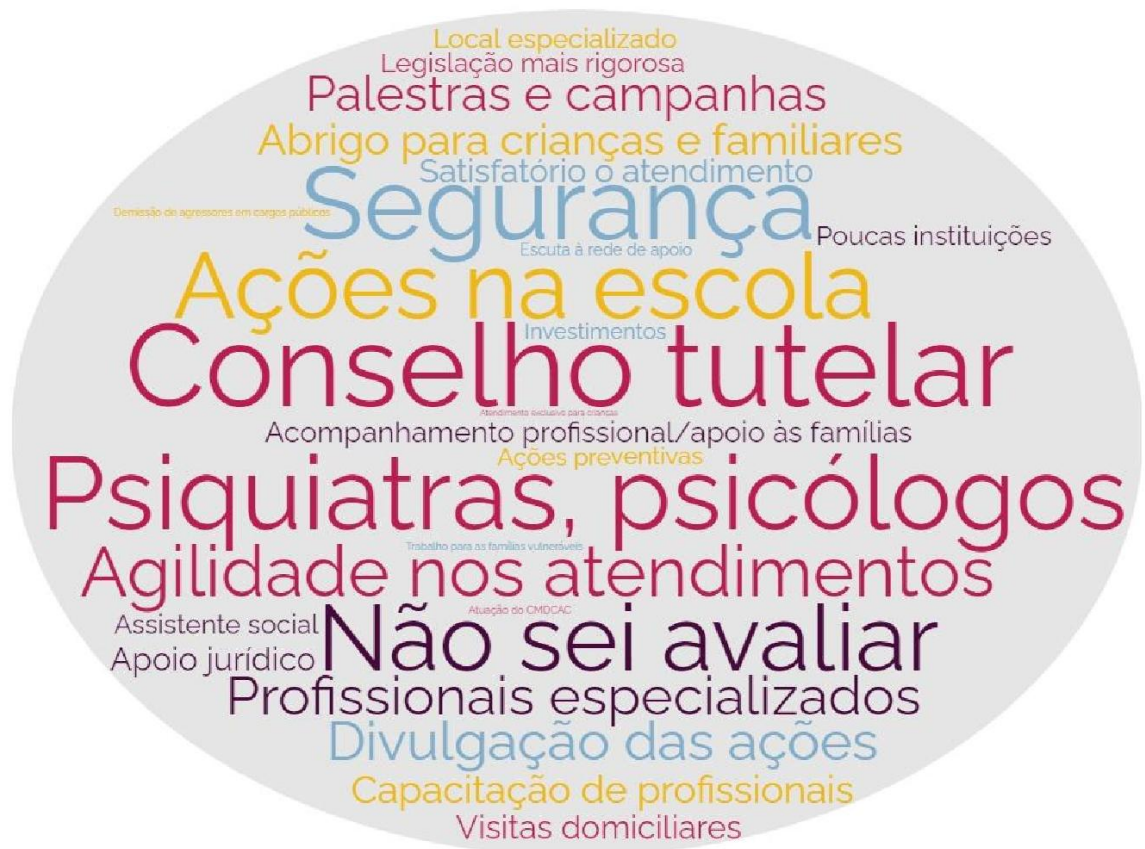
Eixo 6 - Proteção das crianças contra a pressão consumista, a exposição precoce aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais

Na sua opinião, em relação a este eixo:

397 respostas



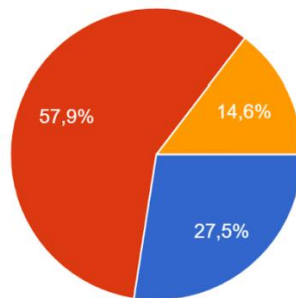
- Há ações de atendimento satisfatórias
- Há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias
- O atendimento é precário e requer providências imediatas



Eixo 7 - A criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente

Na sua opinião, em relação ao eixo “A criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente”, no município de Contagem

397 respostas



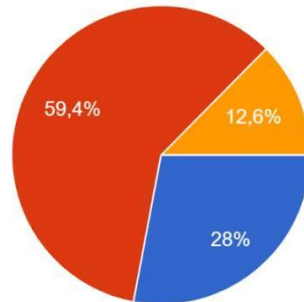
- Há ações de atendimento satisfatórias
- Há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias
- O atendimento é precário e requer providências imediatas.



Eixo 8 - O sistema de garantias de direitos e de justiça às crianças e as suas famílias

Na sua opinião, em relação ao eixo “O sistema de garantias de direitos e de justiça às crianças e as suas famílias”, no Município de Contagem:

397 respostas



- Há ações de atendimento satisfatórias
- Há ações de atendimento, mas que merecem atenção e melhorias
- O atendimento é precário e requer providências imediatas



Cemei Cândia Ferreira

“Quero no campinho, rede de verdade, lixeira, grama, para não sujar a roupa. Jogar o lixo no lixo e a bola não voar para o mato.”

CEMEI CÂNDIA FERREIRA

Caio Vieira Dias

05 ANOS – Turma Pinóquio



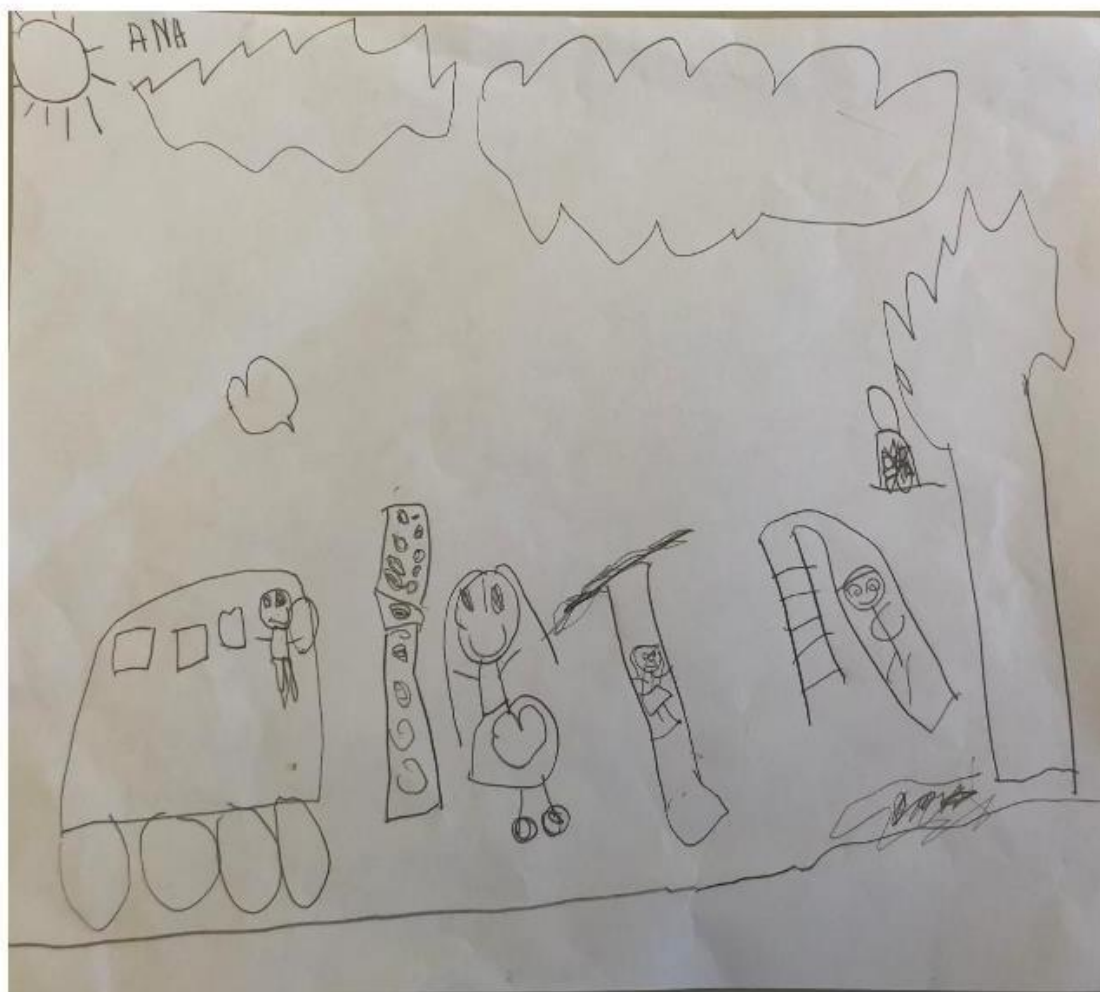
Cemei Cândida Ferreira Ana Silva dos Santos

“Quero que a nossa cidade tenha praça com parquinho e ônibus perto da minha casa, minha mãe fala que é difícil sair porque tem que andar muito para pegar o ônibus!”

CEMEI CÂNDIDA FERREIRA

Ana Silva dos Santos

05 anos - Turma João e Maria



Cemei Conjunto Água Branca

"Se eu governasse o mundo eu construiria mais praça perto da minha casa, com árvores, tanque de areia, brinquedos e um campinho de futebol. Tudo que criança precisa para brincar e se divertir"



E. M. Francisco Borges

"Queria que em Contagem tivesse uma piscina e um carro que não existe ainda, então eu vou inventar. Queria uma praia e uma ilha. Vou fazer uma pessoa recolhendo o lixo da praia. Um caderno mágico que tudo que eu desenhar aparece na vida real. Queria uma praia pra andar de skate. E um tobogã com pisca pisca dentro. E um jet ski. Na praia tem um alto falante e um peixe feliz porque a praia está limpa".



E. M. Francisco Borges

"Contagem é um lugar bem importante. Lá em Contagem guarda 'suplementos' que fazem qualquer tipo de móveis para todo o planeta. Queria que tivesse um parquinho e mais lugares para brincar. É tipo o parquinho da escola mas não tem teto, assim cabe mais brinquedo. E uma joaninha que solta bolhas para as crianças estourarem. Podia ter mais praças."



Cemei Conjunto Água Branca



Cemei Confisco





"Se eu governasse o mundo eu construiria mais praça perto da minha casa, com árvores, tanque de areia, brinquedos e um campinho de futebol. Tudo que criança precisa para brincar e se divertir"

1ª EDIÇÃO - 2024



Rede
Primeira
Infância
Mãos Unidas

50 Planos Municipais
pela Primeira Infância
de Minas Gerais



ifan
INSTITUTO DE
INFÂNCIA



CECIP
URBAN95

